



**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

RODOLPHO BAZZANELLA CASSOL

**ÍNDICE DE RIQUEZA ECONÔMICA: ENSAIO SOBRE OS PRINCÍPIOS
GERADORES DE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA**

CAXIAS DO SUL

2023

RODOLPHO BAZZANELLA CASSOL

**ÍNDICE DE RIQUEZA ECONÔMICA: ENSAIO SOBRE OS PRINCÍPIOS
GERADORES DE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade de Caxias do
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina
Gullo.

CAXIAS DO SUL

2023

RODOLPHO BAZZANELLA CASSOL

**ÍNDICE DE RIQUEZA ECONÔMICA: ENSAIO SOBRE OS PRINCÍPIOS
GERADORES DE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA**

Monografia apresentada como requisito para
obtenção do Grau de Bacharel em Ciências
Econômicas pela Universidade de Caxias do
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Carolina
Gullo.

Banca Examinadora:

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grato às minhas raízes familiares, em especial aos meus pais Neiva e Ivar e, também, aos meus avós Eda e Alduino, por zelarem sempre por uma boa educação e me estimularem desde o princípio a ser a minha melhor versão possível. Agradeço igualmente aos meus amigos de universidade, trabalho e vida por tornarem o processo mais cheio de significado e aprazível, compartilhando ambições e momentos relevantes.

Tenho um elogio especial à minha professora orientadora Maria Carolina por sua disposição e seus conselhos a fim de se buscar a correta condução deste estudo. Ademais, obrigado ao corpo docente e à Universidade de Caxias do Sul pela formação prestada por todos esses anos, a qual carregarei comigo durante minha trajetória tanto pessoal quanto profissional. Meu sincero muito obrigado a todas as pessoas que me desenvolveram e a todos os aprendizados que vivi, e dos quais me ative com o intuito de materializar este trabalho.

“É a partir de uma vontade profunda e de um trabalho vocacionado que se cria a riqueza.”

Rodolpho Bazzanella Cassol

RESUMO

A riqueza nacional deve ser avaliada não apenas por seu resultado em termos de produto. Na verdade, avaliá-la sob a ótica das variáveis causadoras desse processo de opulência geral parece ser a forma mais apropriada. Consoante a isso, o intento deste ensaio é avaliar os princípios medulares geradores da fartura econômica em países optados na contemporaneidade após a Segunda Guerra Mundial. A seleção dos países pertencentes ao escopo analítico deu-se por meio da disponibilidade de seus dados nas diversas fontes consultadas, enquanto que a criação do Índice de Riqueza Econômica serviu a fim de delimitar quais devem ser os critérios de triagem para a qualificação dos países optados, isto é, os relativamente mais ricos, assim como serviu de base correlativa para o exame das métricas que tendem a gerar a riqueza. A metodologia utilizada é a teórica descritiva para o capítulo dois, análise descritiva para o capítulo três e analítico-indutivo no capítulo quatro. Utilizou-se como referencial teórico autores da economia, sociologia e comércio internacional, sendo que os dados modelados neste estudo vieram, em sua maioria, de sites de organizações para cooperação em âmbito global. Por fim, conclui-se que o processo de pujança econômica decorre do recebimento de rendas do exterior, da inventividade e melhoria de produtos e processos, da facilidade em se fazer negócios e da eficiência governamental (ou seja, das expectativas dos entes econômicos), da vocação laboral e à melhoria e, principalmente, do aumento da produtividade nacional.

Palavras-chave: riqueza; índice de riqueza econômica; comércio internacional; produtividade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Curva de Lorenz: distribuição da renda e do consumo suíço em 2014...	61
Gráfico 2 – RNB per capita ponderada por Gini (em milhares de US\$, 2022).....	72
Gráfico 3 – FBCF per capita (em milhares de US\$, 2022).....	73
Gráfico 4 – Poupança bruta per capita ponderada por Gini (em milhares de US\$, 2022).....	74
Gráfico 5 – Produtividade econômica (PIB/hora trabalhada, US\$, 2022).....	75
Gráfico 6 – PIB por pessoa empregada (US\$ 2017, PPP, 2022).....	76
Gráfico 7 – Ativos financeiros per capita ponderados por Gini (em milhares de US\$, 2022).....	77
Gráfico 8 – Gastos com saúde per capita (em milhares de US\$, 2022).....	78
Gráfico 9 – Inflação anual, desvio padrão (coluna à esquerda) e média anual (linha à direita).....	79
Gráfico 10 – Empréstimos líquidos (% PIB, média).....	80
Gráfico 11 – Renda primária líquida recebida per capita (em milhares de US\$, 2022).....	81
Gráfico 12 – IED retiradas per capita (em milhares de US\$, média).....	82
Gráfico 13 – Exportações financeiras e de seguros per capita (em milhares de US\$, 2022).....	83
Gráfico 14 – Exportações e renda primária per capita (em milhares de US\$, 2022).....	84
Gráfico 15 – Exportações per capita (em milhares de US\$, 2022).....	85
Gráfico 16 – Conta corrente (% PIB, média).....	86

Gráfico 17 – IED entradas per capita (em milhares de US\$, média).....	87
Gráfico 18 – Exportações de serviços per capita (em milhares de US\$, 2022).....	88
Gráfico 19 – Exportações de serviços de TI per capita (em milhares de US\$, média).....	89
Gráfico 20 – Salários Médios (em milhares de US\$, média).....	91
Gráfico 21 – Migração líquida per capita (número de pessoas, média).....	92
Gráfico 22 – Jovens nem trabalhando, nem estudando (% jovens 20-24 anos de idade, média).....	93
Gráfico 23 – Poder de compra ponderado por Gini (nº mensal de <i>Big Macs</i> , em centenas, passíveis de consumo por salário médio, 2022).....	94
Gráfico 24 – Horas trabalhadas por trabalhador (horas em centenas, 2022).....	95
Gráfico 25 – Recebimentos de propriedade intelectual per capita (em centenas de US\$, 2022).....	96
Gráfico 26 – Artigos científicos per capita (US\$, 2022).....	97
Gráfico 27 – Gasto bruto doméstico com P&D per capita (em centenas de US\$, 2022).....	98
Gráfico 28 – Confiança no governo central (% população, média).....	99
Gráfico 29 – Competitividade (IMD, colocação, 2022).....	101
Gráfico 30 – Índice de desenvolvimento humano (IDH, escala de 0 a 1, 2022).....	102
Gráfico 31 – BCI (desvio padrão).....	103
Gráfico 32 – Liberdade Econômica (<i>Heritage Foundation</i> , pontos, 2022).....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo das Teorias Econômicas.....	41
Quadro 2 – Resumo dos Principais Indicadores Econômicos.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de Riqueza Econômica.....	66
Tabela 2 – Indicadores e índices econômicos.....	68
Tabela 3 – Indicadores sobre os agregados econômicos correlacionados ao IRE..	71
Tabela 4 – Indicadores sobre o comércio internacional correlacionados ao IRE.....	81
Tabela 5 – Presença dos países optados na <i>Fortune Global 500</i> (2022).....	90
Tabela 6 – Indicadores sobre o mercado de trabalho correlacionados ao IRE.....	90
Tabela 7 – Indicadores sobre a inovação correlacionados ao IRE.....	96
Tabela 8 – Indicador sobre o setor público correlacionado ao IRE.....	99
Tabela 9 – Presença dos países optados no CTHI (2021).....	100
Tabela 10 – Outros índices correlacionados com o IRE.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
BCI	<i>Business Confidence Index</i>
C	Capital Constante, segundo Marx (2013)
CCI	<i>Consumer Confidence Index</i>
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CTHI	<i>Corporate Tax Haven Index</i>
EMgk'	Eficiência Marginal do Capital
EUA	Estados Unidos da América
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FOB	<i>Free On Board</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IRE	Índice de Riqueza Econômica
ISIC	<i>International Standard Industrial Classification</i>
K	Capital
L	Trabalho
M	Mais-valia, segundo Marx (2013)
NEET	<i>Not in employment, education or training</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECD	<i>The Organization For Economic Cooperation and Development</i>

ONU	Organização das Nações Unidas
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
RNB	Renda Nacional Bruta
UNDP	<i>United Nations Development Program</i>
UNSD	<i>United Nations Statistics Division</i>
V	Capital Variável, segundo Marx (2013)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA.....	14
1.2	DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES.....	15
1.2.1	Hipótese Principal.....	15
1.2.2	Hipóteses Secundárias.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA.....	16
1.4	DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS.....	17
1.4.1	Objetivo Geral.....	17
1.4.2	Objetivos Secundários.....	17
1.5	METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	18
2	RIQUEZA E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO ECONÔMICO.....	20
2.1	IDEAIS MERCANTILISTAS E CLÁSSICOS.....	20
2.2	IDEAIS KEYNESIANOS.....	27
2.3	IDEAIS SCHUMPETERIANOS, WEBERIANOS E AUSTRÍACOS.....	29
2.4	TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	34
2.5	MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	38
3	CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO GERADOR DE RIQUEZA	42
3.1	REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE RIQUEZA.....	42

3.2	BREVES MENÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O FOMENTO DA RIQUEZA....	44
3.3	INDICADORES SOBRE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA.....	46
4	ENSAIO SOBRE OS PRINCÍPIOS GERADORES DE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA.....	64
4.1	ÍNDICE DE RIQUEZA ECONÔMICA E METODOLOGIA.....	64
4.2	ANÁLISE DE INDICADORES E ÍNDICES ECONÔMICOS.....	67
4.2.1	Indicadores acerca dos agregados econômicos.....	71
4.2.2	Indicadores acerca do comércio internacional.....	80
4.2.3	Indicadores acerca do mercado de trabalho.....	90
4.2.4	Indicadores acerca do processo de inovação.....	95
4.2.5	Indicadores acerca do setor público.....	98
4.2.6	Outros índices.....	100
4.3	PRINCÍPIOS E INFERÊNCIAS SOBRE O FOMENTO DA RIQUEZA.....	104
5	CONCLUSÃO.....	108
	REFERÊNCIAS.....	111
	ANEXOS.....	117

1. INTRODUÇÃO

A busca por melhores condições de vida e a vontade de vencer os revezes dela levaram o ser humano a transformar a escassez em fartura. Aquilo que era antes tão somente desejado, tornou-se palpável e, em seguida, de amplo acesso. A criatividade e o conhecimento adquirido no tempo foram agentes transformacionais e suscitaram o progresso técnico, por meio de processos disruptivos. A divisão do trabalho, que levou a especialização da mão de obra e a redução dos custos médios, tornou viável a expansão dos mercados e a multiplicação do capital. Por fim, o mesmo capital incrementou a providência econômica e, como resultado, a capacidade de continuar transformando à vontade em riqueza.

A partir da evolução das trocas mercantis, possibilitada pelo Renascimento Comercial e Urbano¹ ocorrido durante a Baixa Idade Média, deu-se o estopim do que viria a ser o mundo moderno. Sob tal ótica, a pujança econômica proveniente desse processo fez emergir novas estruturas sociais, como as nações modernas, e econômicas, tal como as empresas manufatureiras e, depois, fabris, em reação ao dinamismo então experienciado. Tais mudanças serviram de campo fértil para o estudo teórico, o qual se debruçou no exame das razões para a riqueza das nações, isto é, de que forma a aumentar e estimulá-la.

Posto isso, o projeto corrente tem por objetivo apresentar uma análise quanto às causas basilares do enriquecimento econômico das nações. Serão explicitadas as raízes desse processo presentes, à época, na Revolução Comercial e nas Grandes Navegações e investigados os níveis de prosperidade econômico-social dos países contemporâneos, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Falar sobre desenvolvimento econômico vai muito além da pauta de crescimento de uma ou outra métrica econômica. Se trata do progresso das pessoas

¹ RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO. *In*: Mundo Educação. [São Paulo, SP: Universo Online (UOL), 2022]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/renascimento-comercial-e-urbano.htm#:~:text=O%20renascimento%20comercial%20e%20urbano%20aconteceu%20na%20Baixa%20Idade%20M%C3%A9dia,de%20permitir%20o%20aumento%20populacional>. Acesso em: 04 dez. 2022.

e instituições que compõem um local. Porém, antes mesmo de vislumbrar-se pelo êxito de uma sociedade, é necessário compreender a cultura e as ações associadas à essa prosperidade – e o que a mantém.

É possível nomear previamente uma lista dos países mais prósperos do globo invocando termos como riqueza e qualidade de vida juntos. É provável também associar estas nações a marcas e empresas bem-sucedidas mundialmente; a razão para isso é clara, direta ou indiretamente, o mundo consome dessas empresas gerando consumo e financiando o progresso.

A prosperidade vai muito além de alta renda *per capita* e liberdade econômica tendo em vista que ela se relaciona com o nível de plenitude e satisfação dos indivíduos. Em suas ideias, o filósofo grego Aristóteles (2022) dizia que “o fim último do homem é a felicidade”. Portanto, o fomento econômico nada mais é do que um meio para um fim.

Diante do exposto o presente projeto pretende responder às seguintes questões:

1. Como ocorre a criação de riqueza na sociedade?
2. Qual é o impacto causado pelas empresas multinacionais e exportadoras no balanço de pagamentos e no processo de aumento da renda nacional?
3. De que forma a demanda agregada e as expectativas dos agentes econômicos corroboram para aumentar a riqueza de um país?
4. Qual é o papel do crédito na geração de riqueza e desenvolvimento econômico?
5. Como a industrialização afeta a riqueza interna?
6. Como tecnologia, inovação e criatividade afetam a criação de riqueza?
7. Qual é o efeito prático da mentalidade empreendedora no processo de promoção econômica?
8. Como transformar o valor agregado gerado por uma economia em renda disponível nas mãos da população?

1.2 DEFINIÇÃO DAS HIPÓTESES

1.2.1 Hipótese Principal

HP - O fomento econômico de uma nação pode ser mensurado por sua aptidão de criar e perpetuar negócios e diferenciais competitivos capazes de atrair divisas internacionais no comércio mundial.

1.2.1 Hipóteses Secundárias

H1 - A riqueza decorre do aumento do poder aquisitivo dos agentes econômicos no longo prazo.

H2 - As empresas exportadoras aumentam a capacidade econômica de um país pois auxiliam na entrada de mais meio circulante, o que eleva a demanda interna e a criação de empregos.

H3 - A demanda atua como uma validadora dos preços. Quanto maior o número de consumidores e quanto mais consumidores forem, maior será o potencial de oferta. Logo, o nível de oferta superior levará também ao incremento na formação de capital e do produto nacional.

H4 - O crédito viabiliza a materialização das vontades de consumo.

H5 - Verticalizar a manufatura de bens nacionalmente auxilia os países a reterem a maior parte da renda proveniente das vendas internas ou externas.

H6 - O processo de melhora tecnológica permite fazer mais produtos com menos insumos, cujo efeito é a melhoria da produtividade e da competitividade de um país.

H7 - A mentalidade e a cultura locais são determinantes a fim de transformar recursos básicos em riqueza.

H8 - Estimular a poupança interna do Governo, das famílias e das empresas e aplicá-las, ora em ativos financeiros, ora em ativos reais, possibilita a sustentabilidade da renda nacional no longo prazo.

1.3 JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TEMA

Todos os agentes econômicos anseiam por superar seus desejos sejam eles materiais ou mesmo sentimentais; contudo alguns o fazem, enquanto outros entes permanecem aquém de suas potencialidades. Ao longo da história, diferentes nações, souberam direcionar seus potenciais e seus recursos escassos para empreitadas cujas probabilidades posicionaram suas economias em posições favoráveis à

convexidade, elevando suas sociedades um degrau acima do anterior em termos desenvolvimentistas.

Decerto, se em termos financeiros uma das premissas básicas é a de que o dinheiro detém valor no tempo pode-se inferir que o tempo é valioso pela sua simples existência; tão verdadeira é essa afirmação que a remuneração paga pelos empresários aos assalariados é feita por hora trabalhada. Posto isso, é intrigante cogitar o fato de que mesmo com igual acesso a esse recurso, no final do dia pessoas de regiões distintas do globo têm diferentes níveis de renda para a mesma quantidade de tempo. A indagação que fica é: como e por que alguns indivíduos possuem um carro de luxo em sua garagem enquanto outros nem a garagem têm.

Assim sendo, fica evidente a necessidade de se estudar as origens da abundância de recursos, pois suas repercussões são elucidativas no sentido de demonstrar formas práticas de se elevar o nível de renda nacional, de acumulação de capital e, conseqüentemente, de satisfação social. Nesse sentido, o presente estudo se justifica por realizar um estudo quantitativo e qualitativo de *cases* de sucesso em economias nacionais com o intuito de pormenorizar o mecanismo de causa e consequência relacionado à gestão de riqueza global, além de identificar os princípios econômicos inerentes desse processo.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Principal

Realizar uma análise sobre as causas fundamentais do processo de enriquecimento econômico em nações desenvolvidas, desde a revolução comercial até o hodierno, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial.

1.4.2 Objetivos Secundários

1. Destacar os fatores responsáveis pelo processo de gestão da riqueza.
2. Mensurar o efeito das exportações no aumento da renda nacional.
3. Explicitar o papel das expectativas econômicas no crescimento econômico.
4. Identificar a importância da alavancagem para se criar mais riqueza.
5. Demonstrar o valor agregado e a empregabilidade concebidos pela indústria.

6. Evidenciar como a criatividade e a insatisfação são capazes de criar novas fontes de receita.
7. Definir formas de se perpetuar a riqueza e a prosperidade em uma sociedade.
8. Identificar e analisar indicadores que influenciam e refletem a evolução da riqueza de um país.

1.5 METODOLOGIA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A metodologia configura-se como parte basilar de qualquer estudo científico, inclusive em um projeto de pesquisa, haja vista que o rigor com o tratamento dos dados, das teorias, das evidências e das conclusões é fulcral com o intuito de trazer credibilidade e o devido zelo com a verdade. Consoante ao exibido, Lozada e Nunes (2019, p. 144) reiteram que:

[...] o método científico é a sequência de operações realizadas com a intenção de alcançar certo resultado, sendo um modo sistemático e ordenado de pensar e investigar, formando um conjunto de procedimentos que permitem alcançar a verdade científica.

Desse modo, o presente estudo emprega diferentes modelos de metodologia com o fito de desenrolar e analisar os conteúdos pertinentes ao projeto de pesquisa. De acordo com Fonseca (2012), a pesquisa advém de um questionamento, o qual será o motivo a fim de procurar a solução de um problema. No capítulo dois tem-se o uso do método teórico descritivo, posto que nele são expressos os referenciais teóricos ligados às áreas da economia (principalmente), do comércio internacional e do empreendedorismo, os quais fundamentam o exame das causas geradoras de riqueza em âmbito nacional.

Por outro lado, no capítulo três o método utilizado é o de análise descritiva, afinal nele é esmiuçado e descrito o conceito de riqueza abordado no trabalho, bem como pontuado exemplos de países efetivos na gestação da riqueza. Outrossim, são mencionados indicadores importantes para tal análise. Segundo Bardin *apud* Vergara (2006, p. 7) esse método de análise é definido como “um conjunto de técnicas de análise [...] visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição [...], indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos [...]”.

Já no capítulo quatro, é feito o uso do método analítico-indutivo, dado que a partir de casos particulares retiram-se conclusões abrangentes, isto é, padrões de causa e consequência. Para isso, a análise é pautada em dados de nações desenvolvidas extraídos de sites oficiais governamentais e de entidades econômicas mundiais. Logo, o cerne deste projeto científico localiza-se em pesquisas referenciais, além de acervos de dados. Com isso, será viável, fundado no método descritivo, com as teorias e posterior análise dos casos, interpretar e identificar os padrões de fomento econômico e promoção da riqueza em países desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial.

2. RIQUEZA E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO ECONÔMICO

A salvaguarda de um meio propício ao fomento econômico-social, isto é, o ato de gestar um ecossistema incentivador da busca individual e, pois, coletiva por melhores condições de vida e de produto, leia-se de renda, naturalmente é um dos propósitos de qualquer nação democrática. À luz da Constituição Federal brasileira de 1988, constituem objetivos fundamentais da nação, mas não somente, garantir o desenvolvimento nacional e a erradicação da miséria. Posto isso, muitos autores do pensamento econômico debruçaram-se na investigação dos motivos e estímulos para o incremento da fartura e do desenvolvimento em uma sociedade.

2.1 IDEAIS MERCANTILISTAS E CLÁSSICOS

A investigação sobre as origens da riqueza, ou melhor dizendo, sobre sua formação surge no campo teórico primordialmente a partir da escola mercantilista, a qual tem suas raízes no século XVI. O contexto da época fora favorável ao fomento de tal pensamento, afinal foi justamente nesse ínterim que se deram “As Grandes Navegações” e com elas a expansão do comércio europeu globalmente, motivado não só pela busca do poder hegemônico por parte dos Estados Modernos do velho continente, mas também, e justamente, pela oportunidade de se monopolizar o comércio de especiarias orientais e encher os cofres reais de ouro e prata.

Diga-se de passagem, segundo Gennari (2009), à época o poder do Estado era invariavelmente relacionado à riqueza do reino, riqueza essa definida pelo acúmulo de metais preciosos. Todavia, o excesso de meio circulante ocasionado pelo afluxo constante desses metais em direção às metrópoles levou a um processo inflacionário generalizado na Europa chamado de “Revolução dos Preços”. A Espanha, porventura a nação mais afetada, experimentou a corrosão de sua economia, à luz de Tomás de Mercado (1569) em “*De los tratos de India y tratantes en ellas*”²; assim como na França, onde entre 1545 e 1568 encontrou-se mais ouro e prata do que nos 200 anos antecedentes, sinalizado por BODIN (1568).

Sob tal ótica, tornou-se evidente que a “a riqueza das nações” não poderia ser mais traduzida *ad litteris* pela quantidade de moeda entesourada pelo Estado. Desse

² VILAR, Pierre. Ouro e moeda na história. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

modo, no século XVII ganha tração o mercantilismo britânico, tendo Thomas Mun³ (1571-1641) como expoente mor. Em sua obra póstuma e mais proeminente, *“England's treasure by forraign trade, or, the ballance of our forraign trade is the rule of our treasure”* (1664)⁴, Mun define o comércio exterior como a verdadeira fonte de riqueza nacional - antecipando, ou até mesmo criando, os elos responsáveis pela gestação do Império Ultramarino Britânico (1583-1997).

Nesse sentido, a defesa dos autores ingleses ao afluxo de capital estrangeiro capitaneado pelo comércio internacional deixa de ser apenas uma ideia geral e evolui para um conceito central do pensamento mercantilista: a doutrina da balança comercial favorável. De acordo com SUPRINYAK (2009, p. 585):

[...] sua fé inabalável na eficácia de um saldo comercial favorável para a promoção da prosperidade nacional está relacionada a outra crença, mais profunda e sutil: a ideia de que é o mercado de bens que determina, em última instância, os rumos da atividade econômica, e que as demais variáveis apenas se ajustam para seguir o seu curso.

Consoante a isso, o racional mercantilista por trás do conceito do saldo comercial favorável revela o papel medular do mercado de bens para a obtenção do superávit comercial. Assim sendo, outra figura notória do mercantilismo britânico foi Edward Misselden (*1608?-1654?), quem ilustrou elucidativamente a importância desse conceito. Segundo MISSELDEN (1623, p. 117):

Se as mercadorias nativas exportadas tenderem e excederem em valor as mercadorias estrangeiras importadas; é uma regra que nunca falha, que então o reino cresce rico e prospera em propriedades e capital: porque o excedente deve entrar no tesouro. (tradução nossa)

Embora as mercadorias vendidas às outras nações auxiliassem no aumento da prosperidade nacional, ainda por cima Suprinyak (2009) explica que elas na visão dos pré-clássicos ingleses constituem-se como a própria riqueza, em razão dos lucros mercantis estarem nelas embutidos. Dessa maneira, qualquer medida político-econômica fomentadora do aumento das transações comerciais seria benéfica para o tesouro soberano, tal como o soberano incentivar a circulação monetária em sua economia via gastos internos (MUN, 1664). Tamanho era o peso dado ao comércio

³ Mun fora mercador, oficial e diretor da East India Company (Companhia Britânica das Índias Orientais)

⁴ O tesouro da Inglaterra pelo comércio exterior, ou, o saldo de nosso comércio exterior é a regra de nosso tesouro (tradução nossa).

na economia, ao ponto de Mun (1621, p. 1) reiterar a prática mercantil como “*the touchstone of a kingdomes prosperity.*”⁵

Se o comércio exterior é a origem da riqueza nacional para os mercantilistas do séc. XVII, conforme Suprinyak (2009), ela pode ser oriunda de duas fontes: dos recursos naturais e das manufaturas domésticas. Aqui os autores, sobretudo Thomas Mun, analisam o papel das manufaturas a fim de melhorar o superávit comercial; pois, para se buscar o saldo mais positivo possível na balança comercial, invariavelmente, uma nação deverá atender ainda mais os anseios de consumo estrangeiro e reduzir suas importações de bens. Logo, a solução para esse dilema poderia ser fabricar os tais bens em território nacional, conforme MUN (1664, p. 8):

Em nossas exportações, devemos não apenas considerar nossas próprias superfluidades, mas também devemos considerar as necessidades de nossos vizinhos, do mesmo modo as mercadorias que eles não conseguem desejar, nem ainda se fossem fornecidas em outro lugar, nós devemos [...] ganhar o tanto quanto pudermos na manufatura e também nos esforçamos para vendê-las caro, na medida em que o alto preço não cause o menor suspiro na quantidade. (tradução nossa)

Por volta de um século adiante, o filósofo Adam Smith (1723-1790) - apesar de divergir em uma série de momentos dos ideais mercantilistas - em seu *magnum opus* “*An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*”⁶ (1776) corroborou a tese dos mercantilistas de que as mercadorias são tidas como riqueza. Todavia, foi além ao afirmar que, na verdade, a profusão das mercadorias deve ser entendida como a legítima riqueza das nações; não só equivalem à riqueza como também determinam a quantidade de moeda em circulação necessária e o tamanho dos mercados (SMITH, 2022).

Quando Smith indica a abundância de bens como fonte da prosperidade, ele faz menção automaticamente à importância do excedente do trabalho. Pois no tempo em que diversos trabalhadores produzem mais mercadorias do que comporta seu consumo próprio, invariavelmente essas sobras serão trocadas por outros bens igualmente necessários ao consumo; é nesse íterim que o poder de troca geral da sociedade é incrementado (SMITH, 2022)

⁵ A referência da prosperidade de um reino (tradução nossa).

⁶ Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações (tradução nossa)

Logo, Smith (2022) entende que o tamanho do poder de troca relaciona-se sempre com a extensão do mercado; assim, quanto maior o poder de troca de uma sociedade, ou seja, quanto maior for o excedente do trabalho desta sociedade, maior será a extensão do mercado consumidor final. Conseqüentemente, o produto total desse mercado sofrerá incrementos de valor à medida que houver maior especialização do trabalho, ou melhor dizendo, divisão do trabalho.

Este último tema é de importância central na tese de Adam Smith sobre a riqueza das nações. Para Smith (2022), a divisão do trabalho⁷ surge da disposição à troca inerente à natureza humana e da habilidade, destreza ou propriedade com as quais se realiza o trabalho. Ela é capaz de fazer mais bens com menos tempo e recursos. Não à toa, o autor clássico credita a ela a comodidade, a conveniência e a fartura do mundo moderno, cujos benefícios espraiam uma certa riqueza geral:

É a grande multiplicação da produção de todos os diferentes ofícios – como consequência da divisão do trabalho – que causa, em uma sociedade bem governada, a opulência universal que se estende até os escalões mais baixos da sociedade. (SMITH, 2022, P.48)

Com isso, a especialização laboral gerou, por um lado, pujança comercial ao causar acréscimos nas trocas mercantis, e, por outro, a elevação da manufatura para *status* de atividade industrial, pautada no “uso das máquinas nela empregadas (cuja invenção também foi provavelmente ocasionada pela mesma divisão do trabalho)” segundo Smith (2022, p. 43). Além daquilo que já foi dito, essa divisão das forças produtivas poderá levar, aliás, a vantagens no comércio exterior entre as nações⁸. Outro pensador clássico, David Ricardo (1772-1823), reiterou a tese de que a eficiência produtiva poderia levar a vantagens competitivas no âmbito internacional.

Para Ricardo (1996), essas regalias fariam com que diferentes países trocassem entre si os bens de menor custo comparativo, leia-se, menor preço de mercado, e, por conseguinte, uma parte menor do produto da terra e do trabalho de um país seria utilizado para as importações, restando uma parcela maior desse

⁷ É notória a exposição de Smith na obra “A Riqueza das Nações” sobre a fabricação de alfinetes. Em uma manufatura, ele pode presenciar os reais poderes dessa divisão, onde cada funcionário desempenhava atividades específicas com certo auxílio de maquinário. O efeito foi a fabricação de 4.800 alfinetes de tamanho médio por pessoa, enquanto um trabalhador sem especialização mal conseguiria fazer um por dia.

⁸ A Teoria das Vantagens Absolutas, de Smith, declara: “As Nações [...] deveriam especializar-se na produção de bens para os quais elas têm uma vantagem e negociá-los por bens para os quais outras nações têm uma vantagem.” BRUE, GRANT (2016, p. 75)

produto para aquisições de outras mercadorias, ampliando o volume de bens consumidos e, à vista disso, a satisfação geral (GENNARI, 2009). Essa visão de Ricardo foi expressa na “Teoria das Vantagens Comparativas”, a qual expõe que:

[...] cada país naturalmente se especializa nos ramos em que tem maiores vantagens, isto é, em que seus custos de produção são menores do que os de seus parceiros. Na divisão internacional de trabalho, cada país apresenta vantagens naturais (solo, clima, minério etc.) ou artificiais (mais capital acumulado, melhor infraestrutura), que determinam os produtos que pode obter com menor custo. SINGER (1982, p. 23)

Além da ampla explanação sobre as razões do comércio mundial, Ricardo ratificou o *modus operandi* exportador alicerçado nos ganhos de eficiência, pois “[...] na medida em que as técnicas e os melhoramentos avançaram, e várias nações se destacaram em indústrias diferentes, [...], o valor dos metais preciosos passou a regular-se principalmente pela superioridade de tais indústrias” (RICARDO, 1996, p. 103). O progresso industrial de um país tende a remodelar a distribuição de metais preciosos entre as nações do globo, além de aumentar a quantidade de mercadorias⁹. Assim, no seu entendimento uma nação arrecadaria maiores ou menores quantias de riquezas oriundas do comércio externo através da redução do custo de produção e das inovações tecnológicas, afinal:

O preço das mercadorias é determinado por seu custo de produção. Com a utilização de maquinaria aperfeiçoada, o custo de produção das mercadorias se reduz, e, conseqüentemente, será possível vendê-las no mercado externo por um preço mais baixo. Se, no entanto, rejeitássemos o uso da maquinaria, enquanto os demais países o encorajassem, seríamos obrigados a exportar dinheiro em troca dos produtos estrangeiros até que o preço natural de nossos produtos baixasse para o mesmo nível de preço dos demais. Trocando mercadorias com aqueles países, estaríamos entregando uma mercadoria que custa aqui dois dias de trabalho por uma mercadoria que custa um no exterior, e essa troca desvantajosa seria a consequência de nossos próprios atos, [...]. (RICARDO, 1996, p. 294)

⁹ Ricardo (1996) salienta as benesses da maquinaria aplicada à indústria na produtividade e redução consequente dos preços finais das mercadorias, fatos esses que seriam positivos para todas as classes sociais. Todavia, o autor já demonstrava certa preocupação com a diminuição do emprego e da renda dos trabalhadores ao serem em parte substituídos pelas máquinas. Ricardo pontuou que caso os excedentes de capital ganhos com a dita substituição não fossem escoados à aplicação produtiva, os rendimentos brutos da economia reduziriam-se mesmo os líquidos mantendo-se iguais.

Decisivamente, tanto Smith quanto Ricardo centraram, entre outros assuntos, suas abordagens teóricas no mercado de bens, isto é, no lado da oferta. Entretanto, para que a profusão de mercadorias exposta por Smith assumira o papel de riqueza de um país, ela precisa achar demanda equivalente por esses produtos, ou melhor, ela necessita ser validada pela vontade de consumir; pois do contrário, ela perderia seu valor. Sob tal ótica, Thomas Malthus (1766-1834), outro pensador clássico, veio a discorrer acerca da relevância do prisma da demanda no que tange ao processo de prosperidade econômica; afinal, segundo Malthus (1996, p. 177):

[...] nenhuma nação tem a possibilidade de enriquecer mediante uma acumulação de capital decorrente de uma redução permanente do consumo, porque, se tal acumulação ultrapassa de muito o necessário para se obter uma demanda efetiva¹⁰ do produto, uma parte dela logo perde tanto o seu uso quanto o seu valor e deixa de ter o caráter de riqueza.

À luz do exposto, a fim de se compreender a magnitude da demanda, o autor debruçou-se no tema e, junto com Jean de Sismondi (1773-1842), Malthus cunhou o termo “demanda efetiva”. Sua elucidação traz à tona o produto de um país e guarda forte correlação com o que hoje é conhecido como Produto Interno Bruto (PIB). Assim sendo, vale salientar que a demanda efetiva reflete a procura “de bens e serviços para os quais existe uma capacidade de pagamento, podendo ser igual ou inferior ao nível da demanda realmente desejada pela população, segundo suas necessidades” (SOUZA, 2012, p. 104).

Nessa ocasião, por capacidade de pagamento Malthus faz menção ao poder de compra dos entes econômicos. De acordo com Souza (2012), no átimo em que houver demanda com poder de compra, haverá viabilidade ao incremento da feitura, leia-se do produto. O aumento da produção dá-se pelo emprego da acumulação de capital de períodos anteriores justamente nos setores produtivos da economia. Esse acúmulo, para Malthus (1996), deriva da adição anterior nos rendimentos e no valor, refletido, ainda para Souza (2012), no aumento dos preços decorrente da expansão veloz da demanda efetiva, cujo resto¹¹ é o investimento e o crescimento econômico.

¹⁰ À luz de Souza (2012), a demanda efetiva está relacionada à somatória do consumo agregado, gastos com investimentos, gastos do governo e exportações menos importações.

¹¹ Menção à operação matemática da divisão. Segundo a Wikipédia (2022), quando o resultado dessa operação não é representado apenas por um quociente inteiro, o número que sobra para que esse quociente seja de fato inteiro é chamado de resto (ou seja, o resultado secundário do cálculo).

Isso posto, a demanda agregada efetiva e o ato fabril têm papel elementar no curso da promoção da riqueza. Malthus não só reitera o valor desses dois pontos de vista como também inaugura outro conceito crucial para a formação da riqueza: a distribuição dela. Consoante exposto em Souza (2012, p. 107-108):

A maneira pela qual o produto é distribuído entre trabalhadores, produtores e rentistas influencia o volume da produção nos períodos seguintes. [...] A riqueza nacional contabiliza-se tanto por lucros e rendas, como por salários. O aumento destes gera riqueza e acresce o bem-estar da população. A elevação da massa salarial, em função do aumento dos salários e do emprego, expande a demanda de bens de consumo e, então, a demanda de bens de capital.

Outro ponto que influencia o volume da oferta e da demanda é o crescimento populacional, haja vista que Malthus “considerou o crescimento demográfico como um dos fatores de elevação do consumo e da produção” (SOUZA, p. 108). Todavia, de forma alguma tão-somente o mercado interno é o responsável por subir a riqueza nacional. Em discurso alinhado aos seus antecessores clássicos e mercantilistas, o autor ratifica o valor das exportações ao aludir que elas deveriam ser estimuladas e são fonte relevante para o crescimento econômico (SOUZA, 2012).

Ainda que considerado um autor da escola clássica, Karl Marx (1818-1883), foi na verdade um crítico do sistema capitalista e das teorias até então vigentes pelos autores já mencionados. Em sua obra “O Capital” (1867) preconizava um desfecho trágico para o capitalismo, devido a contradições inerentes ao capitalismo, materializadas na tendência à queda da taxa de lucro (SOUZA, 2012). A fim de que o capital seja perpetuado, os capitalistas precisam lucrar cada vez mais (incremento do capital constante¹²), isso resulta em decréscimo da taxa de lucro, forçando à redução do capital variável, leia-se, diminuição dos salários dos trabalhadores, para mantê-la em tendência crescente.

Esse efeito é muito bem expresso em Marx (2013); na realidade é um tema central de seu pensamento. A esse valor extraído dos empregados no processo produtivo cunhou-se o nome “mais-valor”, ou até “mais-valia”, sendo o “excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção” Marx (2013, p. 368). Para Souza (2012, p. 82 e 83):

¹² O capital total é formado pelo capital constante (C), bens de capital e matérias-primas e pelo capital variável (V), salários pagos à força de trabalho, segundo MARX (2013).

A mais-valia constitui-se dos lucros líquidos, juro e renda da terra. Corresponde à diferença entre o produto líquido e o que é pago em termos de salários e ordenados. Pode ser definida também como trabalho excedente, isto é, como a diferença entre o trabalho empregado no processo produtivo e o trabalho socialmente necessário à reprodução do trabalhador.

Vale frisar que, como a mais-valia (M) está incorporada nos preços de troca, Marx (2013), para que ela exista é necessário que o mercado valide esse valor adicionado, ou seja, é necessário haver demanda efetiva que ratifique os níveis de preço e de quantidade ofertados; caso contrário, no átimo em que a demanda de uma economia arrefecer, as quantidades consumidas ou os preços se reduzirão, gerando menor mais valia ou até mesmo nenhuma, assim encolhendo o valor do capital constante. Nesse ponto, Marx reforça a preocupação de Malthus acerca do subconsumo como freio para a prosperidade econômica. Para o autor, a busca pelo mais-valor e a produtividade tecnológica¹³, geraria um exército industrial de reserva, o empobrecimento populacional e a diminuição do consumo global (SOUZA, 2012).

Sob tal ótica, Souza (2012, p. 89) diz que “o crescimento mais do que proporcional de M em relação a V aumenta, no longo prazo, a participação da renda do capital no produto, em detrimento da participação da renda do trabalho [...]”. Isto posto, pode-se deduzir duas consequências desse movimento. A primeira delas refere-se ao fato de que, mediante produtividade, cada vez mais a renda tenderá a fluir para os meios intensivos em capital com vistas à perpetuação patrimonial, isto é, o operário deverá cogitar se transformar em um capitalista. A outra diz respeito às nações que se propuserem a fomentar economias intensas em tecnologia e capital, leia-se eficiência produtiva e comercial, em tese trarão mais lucro e novos negócios.

2.2 IDEIAS KEYNESIANAS

Ainda que Thomas Malthus tenha sido um dos grandes precursores da ideia da demanda efetiva, propriamente foi através de John Maynard Keynes (1883-1946) que o estudo da demanda teve grande difusão. Além dos preceitos já pontuados por Malthus, Keynes advogou que a demanda efetiva determina também o volume de

¹³ Souza (2012, p. 83) explicita bem essa passagem ao dizer que “no longo prazo, a tecnologia gera crescimento maior de C em relação a V”. O efeito disso é a diminuição da renda disponível para a classe trabalhadora e aumento no estoque de capital.

emprego de uma economia (SOUZA, 2012). Essa noção é útil no sentido de expor como o produto de um país, e porque não a sua renda, interfere na massa salarial e na propensão a consumir. À luz de Souza (2012, p. 110), “o consumo é uma função crescente do nível de renda”.

De forma similar, é imperativo, então, identificar o fator que colabora para o aumento da renda, o qual segundo Keynes (1996) figura-se no investimento e na propensão a poupar. O investimento, segundo o autor, incita incrementos de renda e, assim, de emprego através do processo intitulado multiplicador do investimento¹⁴; nele, uma acumulação prévia auferida reinjetada na economia causa elevação das receitas dos fatores produtivos ligados ao investimento inicial. Após esse momento, uma parte dessas rendas continua a fluir na economia via gastos com consumo e a outra é retida como poupança - a qual se transformará em novos aportes futuros. Desse modo, Keynes (1996, p. 139-140) reafirma:

[...] é pelo princípio geral do multiplicador que se deve explicar como as flutuações no montante do investimento, comparativamente pequenas em proporção à renda nacional, podem gerar alterações no emprego e na renda agregada de amplitude muito maior que elas próprias.

Ademais, ele ainda mencionou o fato de o grau de emprego seguir oscilações dos níveis de investimentos e como elas “são influenciadas pelas taxas de juro e de risco e pela eficiência marginal do capital¹⁵” (SOUZA, 2012, p. 113). Conforme dito por Souza (2012), a eficiência marginal do capital relaciona-se com as expectativas dos empresários ante o mercado e, assim, pela expectativa dos rendimentos futuros; inclusive, no longo prazo, é a confiança empresarial que dita o ritmo da acumulação de capital. Logo, Keynes cita como as perspectivas influenciam o humor econômico:

No curto prazo, as expectativas acumuladas afetam o nível de emprego corrente e influenciam o grau de capacidade ociosa. No longo prazo, elas produzem variações maiores no nível do emprego, via aumento da capacidade produtiva. [...] As expectativas de longo prazo envolvem incerteza e risco. Quanto mais

¹⁴ Presente na Teoria Geral de Keynes (1936), o multiplicador do investimento alude ao processo de expansão da renda e do emprego baseado no princípio da propensão a consumir e a poupar, cuja premissa é a de que para cada unidade realizada de investimento, um percentual destina-se ao consumo e o outro à poupança. Quanto maior for a propensão ao consumo, maior será o efeito multiplicador (de meio circulante) do investimento (KEYNES, 1996).

¹⁵ Para Keynes (1996), a eficiência marginal do capital (EMgk') corresponde à taxa de desconto que torna o valor presente do fluxo de rendas esperadas do capital igual aos seus preços de oferta. Nessa taxa de descontos estão incluídas tanto as expectativas dos empresários quanto o risco psicológico, assim como o custo de oportunidade do investimento, de acordo com SOUZA (2012).

estáveis forem as instituições e quanto mais a política econômica for favorável ao aumento da eficiência produtiva e à abertura de novos mercados, menor será o grau de incerteza e risco e maiores serão os investimentos no presente. Os riscos, na medida em que afetam a taxa de juro dos empresários, elevam os custos dos investimentos, afetando a EMgk'. (SOUZA, 2012, p. 113)

Portanto, as expectativas saem da esfera de uma mera subjetividade para o posto de fator primordial no tocante aos aumentos de capacidade produtiva e ritmo de crescimento econômico no longo prazo (KEYNES, 1996). Isto posto, a firmeza econômica, ao lado do multiplicador do investimento são capazes de criar injeção de meio circulante que possibilita a continuidade no incremento da demanda efetiva e da formação de capital fixo.

2.3 IDEAIS SCHUMPETERIANOS, WEBERIANOS E AUSTRÍACOS

Joseph Alois Schumpeter (1883-1950) foi contemporâneo de Keynes, porém divergiu perante o último em suas ideias ao assumir uma análise desenvolvimentista guiada “na esfera da vida industrial e comercial” (SCHUMPETER, 1997, p. 68). Para ele, o desenvolvimento econômico apoia-se na função empresarial, nas inovações tecnológicas e no crédito, ou seja, o fomento é oriundo da inovação empresarial (SOUZA, 2012). Dadas as causas do desenvolvimento para Schumpeter, o autor narra o que seria na sua visão o conceito de desenvolvimento:

É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. (SCHUMPETER, 1997, p. 68 e 69)

Por novos arranjos, leia-se, inovações, SCHUMPETER (1997) lista cinco exemplos: 1) Introdução de um novo bem. 2) Introdução de um novo método fabril. 3) Abertura de um novo mercado. 4) Conquista de novas fontes de matérias-primas ou de bens semimanufaturados. 5) Estabelecimento de nova organização industrial, como criação de monopólio ou fragmentação dele. Destarte, os novos arranjos, sejam eles novos produtos ou processos fabris diferentes, causam deslocamento dos métodos antigos (destruição criadora) em prol da eficiência produtiva em um ambiente concorrencial, permitindo às empresas inovadoras elevarem suas taxas de lucro puro,

o qual incita novos investimentos, propiciando a eclosão de novas fontes de lucro em períodos seguintes (SOUZA, 2012).

Posto isso, Souza (2012, p. 146) concebe “o processo de mudança técnica como o elemento fundamental da dinâmica econômica.” Sabendo que as inovações podem abrir mercados antes inexplorados e criar demandas de consumo inéditas, é necessário um agente para pô-las em prática, afinal, do contrário elas seriam irrelevantes economicamente, segundo SOUZA (2012). De acordo com Schumpeter (1997) esse ator é o empresário inovador. É ele o responsável por reunir cientistas, técnicos e capitais com o fito de obter novos arranjos. Aliás, Schumpeter (1997, p. 77) caracteriza o “empresário por expressões tais como ‘iniciativa’, ‘autoridade’ ou ‘previsão’.”

Assim, ainda conforme Souza (2012), a capacidade empresarial ao introduzir novos métodos e bens acelera o crescimento econômico; pois, “na fase ascendente do ciclo das inovações, financiadas pelo crédito, estimulam a demanda de bens de produção e a economia cresce acima da tendência histórica”, à luz de Souza (2012, p. 136). Conforme Schumpeter (1997), essa fase é chamada prosperidade. Muito embora o empresário seja dotado de motivação e iniciativa para implantar novos métodos, é o crédito o agente viabilizador dos novos empreendimentos na teoria econômica Schumpeteriana. Em consonância com Souza (2012, p. 131):

Conceder crédito ao empresário significa emitir uma ordem ao sistema econômico, em consonância com os anseios do empresário, no sentido de criar capacidade produtiva adicional; isso implica a transformação de capital líquido em capitais fixos ou meios de produção.

Para Schumpeter (1997), o risco da liberação de crédito ao empreendedor recai ao banqueiro, intermediário entre o empresário e o capitalista. É justamente ele o promotor da ampliação dos meios de pagamento ao possibilitar o crédito, visto por Schumpeter como um agente crucial do desenvolvimento econômico. Ademais, Souza (2012, p. 133) menciona que “a existência de inovações financiadas pelo crédito é o que permite o crescimento econômico contínuo acima do crescimento demográfico, mesmo havendo pleno emprego de fatores.”

Conforme já aludido por Smith (2020), o trabalho produtivo tende a gerar prosperidade econômica-social. De acordo com Schumpeter (1997), para atingir esse efeito é preciso um agente causador: o empresário. Assim, com o intuito de uma

reflexão apropriada sobre esse tema é mister compreender o ânimo por trás da motivação empresarial. Nessa linha, os estudos do intelectual alemão Max Weber (1864-1920) denotam importante utilidade prática. Em sua obra de 1905, “A ética Protestante e o ‘Espírito’ do Capitalismo”, Weber (2004), por meio de uma composição gradual de elementos extraídos da realidade histórica, busca definir a intenção dos agentes capitalistas ou, como ele intitula, o “espírito capitalista”.

Na referida obra, o autor relaciona as matrizes do capitalismo moderno com os ideais, isto é, preceitos da doutrina protestante - em especial o ramo calvinista. Dentre outras diferenças ante o cristianismo tradicional, Weber (2004) identifica uma distinta visão de trabalho como virtude e as riquezas e os lucros pessoais oriundos dele como maneira de honrar a Deus. Pessanha (2010) também adiciona as virtudes morais, o trabalho intensivo e a valorização do ensino pelas famílias (seja o básico, seja aquele sob a forma de ofícios), características essas que na visão dos protestantes zelavam pela salvação de toda a sociedade. Não à toa, “Gothein tem razão quando designa a diáspora calvinista como o viveiro em que floresceu a economia capitalista”, Weber (2004, p. 37).

Weber (2004) nomeia exemplos históricos, os quais confirmam sua teoria, como o fato de a Áustria algumas vezes ter importado diretamente fabricantes protestantes e o Rei da Prússia Frederico Guilherme I (1688-1740) ter admitido na Prússia Oriental os menonitas¹⁶ por serem os vetores do desenvolvimento industrial. Similarmente, o pensador alemão continua a dizer que:

Já sabiam os espanhóis que a ‘heresia’ (ou seja, o calvinismo dos Países Baixos) fomentava o espírito comercial (e isso corresponde perfeitamente às opiniões que avançou Sir W. Petty em sua discussão sobre as razões da escalada capitalista nos Países Baixos. Weber (2004, p. 37)

O mesmo efeito causado pelos menonitas nos Países Baixos e na Alemanha, viu-se na Inglaterra e América do Norte com os *quakers*¹⁷ (WEBER, 2004). De acordo com Pessanha (2010), a doutrina *quaker* difundiu, na *Pennsylvania*¹⁸, a igualdade entre todos os homens, a integridade, a simplicidade, o pacifismo, a justiça e a

¹⁶ Assim como os calvinistas, os menonitas são uma vertente da Reforma Protestante originada na Suíça e difundida por toda Europa (WIKIPEDIA, 2023).

¹⁷ Os *quakers* também foram uma vertente religiosa do protestantismo, originada na Inglaterra e difundida nas Treze Colônias Britânicas por William Penn (1644-1718) (PESSANHA, 2010).

¹⁸ À luz de Pessanha (2010) uma das 13 Colônias originais (Estados Unidos da América hoje).

liberdade religiosa e de pensamento (tudo previsto na legislação¹⁹ dessa colônia). Bases essas que tornaram sua metrópole sinônimo de pujança econômica. Ela atraiu exportadores e comerciantes orientados ao mercado interno das colônias que desenvolveram manufaturas navais, agrárias (moinhos de cereais, corte de madeiras etc.) e metalúrgicas (PESSANHA, 2010); ademais:

O primeiro hospital, a primeira livraria, a primeira companhia de seguros do país foram instaladas em *Philadelphia*. Muitos edifícios foram construídos no século XVIII; as artes, legislação, medicina, imprensa e a ciência em geral se desenvolveram (*PENNSYLVANIA GENERAL ASSEMBLY* apud PESSANHA, 2010, p. 38).

A despeito de o maior contingente populacional da *Pennsylvania* ser de berço protestante e britânico, a sua legislação libertária atraiu numerosas migrações, à luz de Pessanha (2010). Posto isso, um desses grupos de imigrantes teve papel central no desenvolvimento da região: os alemães oriundos do vale do Reno. Conforme *Pennsylvania General Assembly* apud Pessanha (2010, p. 39 e 40):

As artes e ofícios expandiram-se, pela contribuição das diversas imigrações, em especial a alemã. [...] *Pennsylvania* era uma das maiores produtoras de ferro fundido e de produtos acabados em ferro da América. Em Lancaster County, na década de 1750, foi produzido o vagão Conestoga, por menonitas alemães, com capacidade de transporte de quatro toneladas. Este veículo serviu de base para a produção subsequente do vagão coberto, que, puxado por bois ou cavalos, transformou-se no principal meio de transporte e viagem para a corrida ao oeste americano.

Com base nessa digressão histórica, torna-se lúcida a definição do “espírito capitalista” de Weber; “isso porque esses poucos exemplos já revelam, todos eles, uma só coisa: o ‘espírito de trabalho’, de ‘progresso’ ou como se queira chamá-lo” (WEBER, 2004, p. 38). É relevante a associação que Weber faz entre trabalho e progresso como sendo as matrizes da substância capitalista e de como a retidão à disposição ao trabalho e mentalidade de melhoria, denotadas no *ethos* protestante, tornam o indivíduo digno de honrarias. Nada mais alusivo a isso do que a menção de

¹⁹ Em 1682, o donatário da colônia, Penn, criou a legislação mais liberal e igualitária das treze colônias. Não à toa, foi na *Philadelphia* (maior cidade da *Pennsylvania*) o local das assinaturas da independência estadunidense e da primeira constituição no novo país (WIKIPÉDIA, 2023).

Weber (2004) à autobiografia de Benjamin Franklin²⁰, o qual relata que, quando jovem, seu pai calvinista repetia bastante um versículo bíblico (Pr 22, 29): “Vês um homem exímio em sua profissão? Digno ele é de apresentar-se perante os reis”.

Igualmente, Franklin também declarou seu júbilo pelo fato de seus esforços terem gerado melhoramentos na *Philadelphia*, ter dado trabalho a várias pessoas e por ter colaborado para o florescimento mercantil e demográfico da cidade (WEBER, 2004). Assim, Weber deduz nessas circunstâncias o caráter vocacional do trabalho, sendo ele fim em si mesmo e orientado ao ganho e ao aperfeiçoamento (em outras palavras, ao progresso). O autor vai além no seu raciocínio e credita à educação a gênese dessa vocação particular, pois “tal disposição não está dada na natureza [...], só podendo ser o produto de um longo processo educativo” (WEBER, 2004, p. 54).

O pensador alemão refere-se, inclusive, a como a propensão ao trabalho encontrou na prática empresarial solo fértil para o ganho econômico (e como o capitalismo encontrou na empresa seu vetor de difusão), afinal o espírito capitalista moderno designa “aquela disposição que nas raias de uma profissão de forma sistemática ambiciona o ganho” (WEBER, 2004, p. 57). Dessa maneira, “a ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à ‘vocação’ de ganhar dinheiro” (WEBER, 2004, p. 64). Por fim, Weber (2004, p. 55 e 56) sintetiza:

A capacidade de concentração mental bem como a atitude absolutamente central de sentir-se “no dever de trabalhar” encontram-se aqui associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de poupança que calcula o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam de maneira excepcional a produtividade. Para essa concepção do trabalho como fim em si mesmo, como “vocação em uma profissão”, [...] “boa vontade para trabalho”.

No tocante à labuta empresarial, vale ressaltar a complementaridade da Escola Austríaca aos posicionamentos de Schumpeter e Weber sobre o papel do empreendedorismo e da vontade de se ambicionar o ganho econômico, apesar de alguns pontos divergirem de forma ampla. O economista britânico Israel Meir Kirzner (1930-), assim como Schumpeter, entende que o empreendedor é o protagonista dos mercados e que sua função é fruto dos desequilíbrios destes. Contudo, Kirzner (2012) põe em segundo plano o empresário reformador e perturbador do equilíbrio de

²⁰ Benjamin Franklin foi um polímata estadunidense e um dos líderes da Independência dos Estados Unidos da América (EUA), considerado um homem bem sucedido em seu meio (FRANKLIN, 2017).

Schumpeter para descrevê-lo muito mais como um agente capaz de visualizar as oportunidades inexploradas e como força equilibradora, cuja ação reage às tensões existentes e equaliza-as com correções.

Conforme síntese de Abreu (2012), na ótica da Escola Austríaca aqueles empreendedores de sucesso nada mais são do que os indivíduos que souberam manejar as dissuasões do mundo real, recebendo os lucros ao terem êxito em levar os recursos, custos e preços em direção ao equilíbrio. Além disso, Rothbard (apud Abreu (2012)) menciona que a função do empreendedor é, logo, ser perturbador e inovador. Assim, Abreu (2012) conclui que a capacidade criativa do empresário e o acaso positivo das circunstâncias formam o motor do crescimento econômico.

2.4 TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Previamente, nos primórdios do comércio ultramarino moderno, Mun (1664) solidificou a ideia de que o comércio com o exterior é a principal fonte de riqueza de uma nação provavelmente respaldado no exemplo bem sucedido dos Países Baixos do século XVII, os quais, segundo o autor, eram a loja de mercadorias do mundo europeu. A partir dessa análise, outros tantos autores lançaram-se sobre o tema na expectativa de encontrar os motivos geradores de riqueza no comércio internacional e, também, quais fatores impactam tal processo.

À luz das deduções sobre a divisão do trabalho, Smith (2022) concebeu a noção de “Vantagens Absolutas” no comércio internacional baseado na diferença de eficiência produtiva para determinado bem entre as nações. Assim sendo, um dado país deveria se aperfeiçoar na manufatura dos bens que pudesse colocar no mercado com menos recursos em relação aos outros países. Mais tarde, David Ricardo melhorou o raciocínio pré-concebido sobre as Vantagens Absolutas ao adicionar a ele o custo de oportunidade.

Com efeito, Ricardo (1996) externou que dado um exemplo de comércio entre Portugal e Inglaterra, de vinhos e tecidos, mesmo Portugal requerendo menos horas aplicadas no fabrico desses itens comparativamente à Inglaterra, ainda assim haveria comércio internacional, pois o custo de oportunidade ao se abdicar da produção de vinho em prol da de tecidos em Portugal era maior; da mesma forma, na Inglaterra, ao se direcionar o emprego dos recursos nacionais na produção de vinhos ao invés de colocá-los na feitura de tecidos traria perda de produtividade. Logo, cada nação

deveria especializar-se na manufatura do bem cujo fabrico é mais eficiente ante o outro²¹. Dessa forma, os países em questão esticariam seu potencial de acumulação de capital. Essa teoria foi nomeada de “Vantagens Comparativas”.

Além da razão exposta no parágrafo anterior, Souza (2013) sinaliza que para Ricardo haveria dois motivos para a comercialização estrangeira de mercadorias; primeiramente porque os países são diversos entre si como em recursos naturais, na evolução técnica e em aspectos demográficos. Já o outro motivo diz respeito ao fato de que cada nação poderá produzir aquilo que a outra ainda não é capaz de comercializar. “Também com o comércio internacional as empresas ganham em economia de escala, podendo vender a mercados mais alargados e aumentar sua rentabilidade” (SOUZA, 2013, p. 38). Ademais, o autor clássico entendia que por meio da especialização na produção a renda nacional se elevaria.

Muitas das teses posteriores a Ricardo pautaram-se no pressuposto das Vantagens Comparativas e alargaram o escopo analítico. O economista britânico Alfred Marshall (1842-1924) cunhou o termo *terms of trade*²² para designar “a relação de equivalência entre quantidades absolutas de produtos ou de fatores afetos aos fluxos de exportação e a quantidade de produtos ou de fatores obtidos pelo país no exterior” (SOUZA, 2013, p. 43). Por meio de suas razões de troca, Marshall demonstrou a proporção de trabalho nacional que adquire determinada proporção de trabalho estrangeiro e vice-versa, ou mesmo as variações dos preços das exportações e importações, demonstrando as situações em que uma nação ganha ou perde poder de compra (SOUZA, 2013).

Posteriormente, os economistas suecos Eli Heckscher (1879-1952) e Bertil Ohlin (1899-1979) desenvolveram uma tese que procurava explicar o comércio internacional pautado na disponibilidade de recursos de um país e das diferenças estruturais entre nações. Suas ideias são exibidas no Teorema de Heckscher-Ohlin. Souza (2013, p. 46) pontua que, “de acordo com o referido teorema, a causa do comércio internacional reside fundamentalmente nas diferenças entre as dotações de fatores dos países”. Nessa linha, Krugman (apud Souza (2013)) vai além ao dizer que as transações internacionais indiretamente negociam os fatores de produção

²¹ Nessa passagem, David Ricardo conclui que Portugal deve especializar-se na feitura de vinhos ao invés de envidar esforços no fabrico de tecidos e vice-versa para a Inglaterra.

²² Termos de troca em inglês.

utilizados na produção dos bens efetivamente comercializados, isto é, alguns países negociarão bens mais intensivos em capital, enquanto outros em mão de obra.

Com o avanço tecnológico, cada vez mais as movimentações internacionais surgem pela divergência entre a maturidade das dotações de fatores entre nações. Por conseguinte, as inovações técnicas por serem redutoras de custos de produção ou pioneiras na satisfação de certas demandas antes não atendidas abrem espaço para uma região ganhar *share*²³ no mercado internacional. Segundo Posner (apud Souza (2013, p. 48 e 49)):

A grande intensidade de comércio existente entre países industrializados baseia-se na introdução de novos produtos e processos produtivos. Esse avanço tecnológico garante ao país inovador um monopólio “temporal” que durará até que outros copiem a nova tecnologia e vendam a preços inferiores; entretanto, o líder tecnológico poderá ter lançado um novo produto ou inovado processos, existindo constantemente um motivo para o comércio internacional.

Em face da globalização, tanto da comercialização quanto da produção das mercadorias hodiernamente, o estadunidense Raymond Vernon (1913-1999) formou o modelo do ciclo do produto, o qual mostra como ocorrem certas modificações nas vantagens competitivas das nações à proporção que as mercadorias avançam em seus processos de comercialização. Com base em Souza (2013), na primeira etapa do ciclo, quando o produto é novo, sua fabricação sedia-se no país inovador em decorrência da mão de obra qualificada e pelo fato de os empresários conhecerem o mercado local. A partir do momento que a demanda cresce de forma expressiva passa-se para o estágio do produto maduro.

Nesse momento, os ganhos de escala e os volumes de vendas podem justificar “o seu fabrico em países estrangeiros, sempre que os custos de transporte das exportações e as barreiras aduaneiras sejam suficientemente elevados para justificar a descentralização” (SOUZA, 2013, p. 49). Com diferentes fases produtivas em diversas regiões do globo emerge a exigência de se racionalizar os processos fabris, e, assim,:

Finalmente, em uma terceira etapa (produto padronizado), a produção tende a se deslocar para os países menos desenvolvidos onde a mão de obra é abundante e mais barata, permitindo assim obter custos mais baixos e exportando-o aos países desenvolvidos. (SOUZA, 2013, p. 49)

²³ Participação, em inglês.

Portanto, infere-se que o capital tende a buscar as situações em que lhe oferecem maiores rendimentos. Segundo Porter (apud Souza (2013, p. 50)), “o único conceito que explica a competitividade das nações é o da ‘produtividade nacional’, que corresponde ao rendimento produzido por uma unidade de trabalho ou de capital”. Com isso, Porter enumerou condições para que vigorem certas vantagens competitivas no mercado global em dois grupos: condições dos fatores (quantidade, qualidade e custo com pessoal, recursos naturais, capital e infraestrutura, e o nível de conhecimento técnico e mercadológico) e da demanda (tamanho da procura e exigência dos mercados internos e externos, e como suas demandas se associam), (SOUZA, 2013).

Igualmente, Medeiros (apud Souza (2013)), à luz das vantagens competitivas, infere que a especialização advinda da dotação de fatores explica o fomento geral. Para tanto, a exclusividade dos recursos mais do que nunca explica as posições de destaque nos negócios mundo afora. Nesse sentido, Shelby Hunt (1939-2022) criou a Teoria da Vantagem em Recursos²⁴, a qual explicita o papel dos recursos com relação à competitividade mercantil. Conforme Souza (2013, p. 53),:

Cada organização tem um conjunto único de recursos e capacidades que garante a base para a sua estratégia e a principal fonte dos seus rendimentos, tendo como corolário que em clima de instabilidade e hipercompetição as firmas diferenciam-se mais pela exclusividade de seus recursos do que pela característica da sua estrutura.

Hunt classifica os recursos, ainda baseado em Souza (2013), em financeiros, físicos (capital fixo e circulante), legais (marcas e licenças), humanos (habilidades, conhecimento e empreendedorismo), organizacionais (cultura e processos), de informação (entendimento mercadológico e tecnologia) e de relacionamento (com clientes, fornecedores e, inclusive, concorrentes). Nessa teoria, ao contrário dos preceitos clássicos²⁵, a demanda e os recursos são tidos como heterogêneos, dinâmicos e com mobilidade imperfeita, frutos dos avanços sociais e econômicos. Com vistas a Souza (2013, p. 54), Hunt postula que:

O posicionamento competitivo das empresas determina desempenho financeiro superior, apoiando-se na destruição criativa schumpeteriana

²⁴ Resource Advantage Theory, no original em inglês.

²⁵ Livre concorrência, mercado perfeitamente competitivo e sem grandes perturbações (SOUZA, 2013).

(segundo a qual a competitividade, sendo um processo de seleção, induz inovação) e na escola austríaca que enfatiza os processos, no empreendedorismo e nas instituições econômicas.

Além do mais, Souza (2013) alude ao fato de que os níveis de integração e acesso a recursos, sendo eles influenciados pelas instituições e sua confiabilidade, repercutem na competitividade nacional. Destarte, a relação de causa e efeito entre as firmas e as instituições possui relevância significativa. O autor julga pertinente relacionar os direitos de propriedade, resguardados pelas instituições, com o ritmo de produtividade das firmas e crescimento. Ademais, Souza (2013, p. 57) menciona alguns trechos da obra²⁶ de Douglass North (1920-2015):

Para explicar por que nem todas as economias de mercado são ricas, North argumenta que são as instituições que afetam os custos de troca e produção. Especificamente, instituições eficientes – definidas como aquelas que ‘produzem crescimento econômico’ – baixarão os custos de transação e transformação induzindo cooperação e reduzindo a incerteza (aumentando a confiabilidade). Para North, as sociedades enriquecem ao longo do tempo ‘porque a estrutura institucional subjacente reforça, de forma persistente, os incentivos para que as organizações se engajem nas atividades produtivas’.

Portanto, cabe salientar que as teorias contemporâneas do comércio exterior se alicerçam nos ideais difundidos por Ricardo e pelos suecos Heckscher e Ohlin, e os ampliam, de forma a se adaptar ao dinamismo econômico mundial. Outrossim, fica evidente como a exclusividade dos recursos ou a eficiência na sua aplicação econômica, as inovações tecnológicas, a especialização produtiva e as instituições eficientes e incentivadoras da feitura corroboram para uma posição de destaque de um território no seu êxito mercantil e, conseqüentemente, no seu progresso geral.

2.5 MODELOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Na teoria econômica, na tentativa de explicar e, no mesmo instante, descobrir as raízes do crescimento econômico, durante e após o período da Segunda Guerra Mundial, foi criada uma série de modelos com o fito de extrair conclusões sobre o já

²⁶ Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico, de 1990.

referido incremento geral. Esses modelos visam explicitar a elevação da capacidade produtiva no decorrer do tempo. Para Lopes e Vasconcellos (2008, p. 369):

Crescimento é a expansão do produto real ao longo do tempo. Se a curto prazo, agregados como consumo ou gastos do governo são importantes para a expansão do produto (considerando que o grau de utilização da capacidade produtiva está abaixo de seu máximo), a longo prazo o crescimento é dado, por exemplo, pela acumulação de capital, inovações tecnológicas ou elevação da eficiência do trabalho.

No modelo de Harrod-Domar é destacada a importância de três variáveis para o crescimento econômico, sendo elas: as taxas de investimento e de poupança e a relação entre produto e capital. A tese parte do pressuposto de que o investimento agregado causa duas consequências na economia real: o efeito demanda, em que adições do investimento causam aumentos de demanda pelo produto e, também, o efeito capacidade, no qual os investimentos elevam a capacidade da economia em criar produto (LOPES; VASCONCELLOS, 2008). Nesse princípio, quanto menor for a propensão a poupar, maior será o efeito multiplicador do investimento perante o produto efetivo, tendo produtividade média social potencial do capital²⁷ papel crucial nos níveis de investimento e produto. À luz de Lopes e Vasconcellos (2008, p. 372):

Assim, para que tenhamos um crescimento equilibrado, ou seja, para que o produto efetivo se eleve junto com o produto potencial, evitando-se assim elevação da capacidade ociosa na economia, [...] a taxa de crescimento do investimento líquido e a do crescimento do produto devem ser iguais à propensão marginal a poupar multiplicada pela produtividade do capital.

Segue-se a esse modelo outro de cunho neoclássico visando corrigir os erros associados à impossibilidade de convergência ao equilíbrio após perdê-lo por algum período. Portanto, surge o modelo de Solow, o qual “atribui o crescimento econômico à acumulação de capital, ao crescimento da força de trabalho e às alterações tecnológicas” (LOPES; VASCONCELLOS, 2008, p. 373). A ênfase deste modelo dá-se no sentido de expor que o crescimento a longo prazo ocorre quando o produto por trabalhador (ou *per capita*) sofre sucessivos acréscimos; além disso, conclui-se que a majoração da taxa de poupança expande a razão K/L (Capital sobre Mão de obra) e

²⁷ Indica quantas unidades de produto podem ser obtidas por unidade de capital (LOPES; VASCONCELLOS, 2008).

a renda por indivíduo até a economia atingir o equilíbrio de longo prazo (SOUZA, 2012).

Robert Solow (1924-) analisou a relação das três variáveis ditas no parágrafo anterior com o crescimento do capital e do produto por mão de obra. De acordo com Lopes e Vasconcellos (2008), os aumentos populacionais e da taxa de poupança, na verdade, geram apenas crescimento no átimo em que deslocam o equilíbrio para um novo patamar estacionário. Logo, conforme Lopes e Vasconcellos (2008, p. 380), “somente o progresso tecnológico, que permite sucessivos deslocamentos da função de produção para cima, pode explicar o crescimento do produto por trabalhador ao longo do tempo”. Ademais, Souza (2012, p. 265) pontua que:

As produtividades do trabalho e do capital aumentam com maiores conhecimentos, mais educação e melhor saúde para os trabalhadores, assim como pelo uso de processos e máquinas mais eficientes, o que eleva o ritmo do crescimento econômico. Quanto maior o crescimento do progresso técnico em relação ao número de trabalhadores, maior será a produtividade do trabalho e tanto mais altas serão as taxas da acumulação de capital e do crescimento econômico. A importante conclusão do modelo neoclássico é a de que o ritmo do progresso técnico²⁸ determina o crescimento da renda per capita no equilíbrio estável de longo prazo.

Em decorrência da diferença entre níveis de conhecimento, inventividade, estoque de capital e produtividade laboral, a teoria de crescimento com progresso técnico endógeno ressalta que as desigualdades entre países ricos e pobres tendem a elevar-se, pois a diversidade tecnológica, nas regiões ricas, conduz à concepção de economias externas, gerando efeitos nefastos às pobres (ROMER *apud* SOUZA, 2012). Nesse modelo, são adicionadas novas fontes de crescimento, tais como: economias de escala (decorrentes do aumento dos mercados e das receitas perante os custos), elevação da produtividade (oriunda da transferência de capital e trabalho de setores menos produtivos para os mais rendosos) e economias externas (criadas por reformas institucionais, infraestrutura estatal e difusão do saber). Em resumo:

O conhecimento aparece como um fator de produção como o capital físico, o capital humano e o trabalho. Conclui-se que a sociedade precisa investir na geração de conhecimento como investe em capital fixo e na educação dos trabalhadores. [...] Determinado percentual aplicado na expansão do

²⁸ Segundo Lopes e Vasconcellos (2008), a taxa de incremento tecnológico é chamada de resíduo de Solow.

estoque de conhecimentos gera um aumento mais do que proporcional no nível do produto, pelas interdependências entre os produtores. Dessa forma, os fatores externos dos investimentos em ciência e tecnologia produzem retornos crescentes de escala, implicando crescimento econômico superior ao crescimento demográfico e a variação tecnológica inicial. (SOUZA, 2012, p. 267)

Portanto, infere-se que os modelos vistos nessa seção abonam a importância da acumulação de capital, da taxa de poupança, do crescimento populacional e, sobretudo, do progresso tecnológico tais como fatores que interferem diretamente nos níveis de bem estar e comodidades da sociedade. Desse modo, deduz-se os motivos pelos quais as nações desenvolvidas são aquelas que gozam de elevada qualificação do trabalho, fato este crucial para as inovações tecnológicas e, então, conseqüente evolução do produto por trabalhador.

Quadro 1 – Resumo das Teorias Econômicas

Escola	Mercantilista e Clássica	Keynesiana	Schumpeteriana, Weberiana e Austríaca	Comércio Internacional	Modelos de Crescimento
Ideais	Balança comercial favorável, comércio exterior, manufatura, divisão do trabalho, vantagens comparativas, exportação e demanda efetiva.	Demanda agregada, renda, emprego, propensão a investir e a consumir, taxas de juro, eficiência marginal do capital e expectativas.	Função empresarial, crédito, inovações tecnológicas, “espírito capitalista”, vocação ao trabalho como virtude, educação, lucro, força equilibradora e capacidade criadora.	Dotação de fatores, monopólio temporal tecnológico, ciclo do produto, Vantagem dos Recursos e instituições eficientes.	Harrod-Domar (poupança e razão produto-capital), Solow (acumulação de capital, força laboral e tecnologia), Romer (escala, produtividade e economia externa).
Autores	Thomas Mun, Edward Misselden, Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.	John Maynard Keynes.	Joseph Alois Schumpeter, Max Weber, Israel Meir Kirzner e Murray Rothbard.	Eli Heckscher, Bertil Ohlin, Richard Posner, Raymond Vernon, Shelby Hunt e Douglass North.	Roy Harrod, Evsey Domar, Robert Solow e Paul Romer.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nas teorias econômicas, sociais e de comércio internacional abordadas no capítulo 2.

No Quadro 1 exposto acima, tem-se um apanhado das principais teorias e conceitos abordados no capítulo dois, os quais servirão de base referencial para os capítulos seguintes. Sua elaboração tem o intuito de consolidar o que já fora visto até aqui e também de tornar acessível, visualmente, a exposição do conteúdo. A seguir, serão apresentados dados, eventos e definições, a começar pelo conceito da fatura.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O PROCESSO GERADOR DE RIQUEZA

Com o intuito de um correto entendimento acerca da análise do processo de enriquecimento econômico é valioso não somente compreender os referenciais teóricos como também os conceitos inferidos do processo, as amostras de sucesso e as ferramentas adequadas para visualizar os resultados desse processo; afinal, a formulação de teorias econômicas decorre justamente da reflexão sobre a realidade e seus acontecimentos. Assim, a seguir são expostos os insumos, as observações e os aparatos da análise.

3.1 REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE RIQUEZA

O conceito do que virá a ser compreendido, neste trabalho, como riqueza já assumiu diversas facetas. A adoração por metais preciosos em diferentes épocas por povos distintos resultou no entendimento, por parte desses, de que a simples posse de tais preciosidades configurava-se como riqueza e o caminho para elevá-la seria aumentar as quantidades acumuladas, a exemplo do Mercantilismo, conforme Suprinyak (2009). Na linha de acumulação de produtos escassos, a posse de terras já foi considerada como a principal fonte de riqueza no Feudalismo, assim como para os fisiocratas, já que para eles, à luz de Gennari (2009, p. 68 e 82):

[...] só o trabalho produtivo é capaz de gerar um *produit net*, isto é, um produto líquido, e reconheceram, [...], que só a agricultura tem a propriedade de gerar tal excedente. [...] A classe produtiva é aquela que faz renascer, pela cultura da terra, as riquezas anuais da nação.

Segundo Smith (2022), Thomas Hobbes (1588-1679) em seu livro “O Leviatã” (1651), estabeleceu riqueza²⁹ como poder, isto é, ter a faculdade ou a possibilidade de fazer algo, “porque a riqueza, o saber e a honra não são mais do que diferentes formas de poder” (HOBBS, 2003, p. 30). Adam Smith, por outro lado, creditou, em termos econômicos, o sentido da riqueza à divisão do trabalho, pois em Smith (2022) fica evidente como o excedente do trabalho é o responsável pela profusão das mercadorias, sendo essa profusão o agente causador das comodidades e facilidades do mundo moderno. Com isso, “toda pessoa é rica ou pobre à medida que possa ou

²⁹ Inclusive, ele a associou à liberalidade e à prodigalidade, isto significa, à disposição do indivíduo.

não desfrutar do lazer, das comodidades e dos benefícios da vida humana” (SMITH, 2022, p. 64).

Quando Smith relaciona a divisão do trabalho à riqueza, ele automaticamente estabelece a quantidade de trabalho gerada por uma dada sociedade como variável determinante da opulência geral. Tanto é verdade que “alguém será pobre ou rico de acordo com o trabalho que possa comandar ou com os serviços que seja capaz de adquirir”, consoante a Smith (2022, p. 64). Assim, não só o trabalho detém valor, tal como poder de troca, mas também representa o próprio valor dos produtos para o autor escocês, conforme Smith (2022, p. 64): “Desse modo, o valor de qualquer mercadoria [...] é igual à quantidade de trabalho que lhe permite adquirir ou comandar. O trabalho, portanto, é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias.”

Ainda que o trabalho direcionado à negociação ou produção das mercadorias seja no prisma de Smith (2022) fator primordial para a riqueza, os mercantilistas britânicos, por sua vez, viam as próprias mercadorias como a riqueza, ao associá-la com o lucro do comércio, em linha com Suprinyak (2009), o qual era visto por eles como a origem do aumento do estoque de capital. Entretanto, passados alguns séculos, o pensamento atual sobre a noção de riqueza mescla e incorpora preceitos já elucidados ao longo desses séculos e os evolui. O economista Paulo Sandroni (1944-), em “Novíssimo Dicionário de Economia”, explana o conceito ortodoxo de riqueza econômica atualmente difundido como:

Conjunto dos bens e serviços à disposição de uma coletividade, um grupo social ou um indivíduo. Em termos amplos, é o produto social, apropriado de forma diversa pelos indivíduos em determinada estrutura social. [...] O conceito de riqueza nacional, muito utilizado pelos economistas clássicos, representa o conjunto dos bens materiais existentes no país. (SANDRONI, 1999, p. 532)

Conquanto a opulência de bens e serviços seja interpretada tal como riqueza, é preciso discernir o mecanismo de causa e consequência gerador do enriquecimento econômico; pois, decerto, a referida opulência geral nada mais seria do que um sinal do nível de riqueza. O documentário “O Código da Riqueza”, dirigido por Thiago Nigro e disponível na plataforma de vídeos *Youtube*, condensa esse racional, o qual é expresso na participação de Peter Schiff, CEO³⁰ da Euro Pacific Capital Inc., investidor e escritor. Em suas falas, Schiff desenrola a ideia de que o capital humano e os bens

³⁰ A sigla CEO é de origem inglesa e significa *Chief Executive Officer* (diretor executivo, na tradução).

de capital são a real fonte de riqueza. Afinal, é a partir da confluência produtiva dos capitais indicados que é gerada a profusão das mercadorias e dos serviços de uma economia. Segundo o Schiff³¹:

Para uma nação, a riqueza das nações é sua capacidade produtiva. São as fábricas. Não são os bens de consumo que se traduzem na riqueza. Os carros que temos não são nossa real riqueza, mas sim as fábricas que os produzem são realmente a riqueza. Nós temos a capacidade de produzir carros, essa é a nossa riqueza. O carro é o resultado dessa riqueza. (tradução nossa)

Dessa forma, um país se diferencia de outros no tocante à riqueza tão logo tão maior for sua capacidade de gerar produto. Essa visão de fato parece ser a mais apropriada para se referir à riqueza neste estudo. Mas, em termos abrangentes vale resgatar o sentido geral (ou mesmo literal) da palavra. Segundo Riqueza³² (2022) e *Wealth* (2022), define-se riqueza como fartura de qualquer coisa ou grande quantidade de bens. Portanto, esses serão os conceitos inferidos quando se tratar da palavra riqueza e seus sinônimos, tais como: opulência, abundância, profusão, fartura, prosperidade e afins.

3.2 BREVES MENÇÕES HISTÓRICAS SOBRE O FOMENTO DA RIQUEZA

Na literatura econômica, houve casos efetivos de países cujo ímpeto e cuja atitude moldaram o progresso em seu território, inclusive mesmo as condições internas e externas, fossem elas de qualquer natureza, não sendo tão favoráveis ao ambiente de negócios. Porventura, o caso mais notável de tal feito tenha sido o monopólio neerlandês do comércio de especiarias orientais entre a Ásia e a Europa no século XVII. Segundo Mun (1664), a indústria do comércio gerada pelos Países Baixos sustentava a riqueza cultural e econômica da região, afora encher os cofres públicos com rendas provenientes dos impostos e lucros.

A conjunção de mercados independentes na formação de uma corporação chamada em português de Companhia Holandesa das Índias Orientais (1602) e a criação do mercado de ações através da Bolsa de Valores de Amsterdam (1602) para o financiamento dessa expedição, foram cruciais a fim de conceber a pujança

³¹ Disponível no *Youtube* através do link https://www.youtube.com/watch?v=W7J2_AyHaJ4&t=1305s.

³² Baseado na tradução feita pelo dicionário Michaelis de 2022.

mercantil dos Países Baixos de outrora (BEURSGESCHIEDENIS, 2022). Ainda à luz de Mun (1664), apesar das terras estéreis e lamacentas da região, ela prosperou via seu emprego, sua indústria da pesca e seu ímpeto contra os concorrentes no comércio internacional das especiarias asiáticas; por consequência, tornou-se a loja de mercadorias da maior parte do mundo Cristão, (MUN, 1664).

A próxima grande potência mundial a suplantará a hegemonia holandesa fora a Inglaterra. Após seguidas guerras contra os neerlandeses, a Companhia Inglesa das Índias Orientais abocanha boa parte do comércio das especiarias, mas, conforme pontuado por Souza (2012), o desenvolvimento da manufatura mecanizada na produção e a utilização do carvão mineral como fonte de energia trouxeram expressivos ganhos de escala para os ingleses. Essa descontinuidade dos fluxos de equilíbrio resultou no processo intitulado Revolução Industrial. Essas invenções e inúmeras outras permitiram que os mercados para os produtos ingleses fossem ampliados, através da redução dos custos médios, segundo Souza (2012).

Sob tal ótica, o comércio internacional serviu de propulsor para o crescimento britânico. Além da sua competitividade internacional devido à divisão do trabalho, seus esforços colonialistas, de acordo com Souza (2012), criavam demandas locais nas colônias pela adoção dos costumes ingleses. E foi justamente a difusão de um desses costumes ingleses, o protestantismo religioso, que fez com que uma nova potência mundial surgisse: os Estados Unidos da América. Segundo Souza (2012), as religiões protestantes dignificavam o trabalho e repudiavam a ociosidade. Esse pensamento estimulava a atividade econômica, a busca pelo lucro e a acumulação de capital.

Ademais, Souza (2012) alega também que o forte afluxo de imigrantes vindos da Europa com qualificação durante os séculos XIX e XX auxiliou, junto com essa mentalidade, no incremento da produtividade e das invenções estadunidenses, tornando-se muito competitivos no comércio exterior e desbancando seus antigos colonos ingleses adiante. Para Souza (2012, p. 36-37):

[...] não restam dúvidas de que os fatores centrais da Revolução Industrial americana foram as inovações tecnológicas, a revolução agrícola e a revolução nos transportes, ancoradas na extraordinária contribuição das exportações dos produtos agrícolas. No início de seu processo de industrialização, as divisas provenientes das exportações constituíram fatores vitais para o financiamento das importações de bens de capital para o desenvolvimento do setor de mercado interno. O afluxo de capital externo e o aumento das receitas públicas, decorrentes da dinamização da economia, financiavam os

investimentos de expansão das infraestruturas, que ajudavam as exportações a se tornarem ainda mais competitivas.

Outros exemplos eficazes no processo de enriquecimento nacional foram alguns países asiáticos como: Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Para Souza (2012), o modelo de desenvolvimento econômico dessas economias asiáticas foi pautado na gestão de tecnologias avançadas e de plataformas de exportação de produtos oriundos delas no mercado internacional. O autor pontua também o papel cardeal do Estado nesse fomento econômico. No caso japonês, no final do século XIX, a estratégia era dotar o país com infraestrutura de base, de atividades produtivas sob impulso estatal e, também, de educação profissionalizante (SOUZA, 2012). Aliás, o literato segue dizendo que:

O modelo asiático caracteriza-se pela ação do Estado no sentido do desenvolvimento tecnológico privado interno e da aprendizagem empresarial. Na Coreia do Sul e em Taiwan, por exemplo, através dos bancos oficiais, os empresários comprometiam-se a cumprir determinadas metas, principalmente quanto à exportação de produtos manufaturados de tecnologia intensiva e à nacionalização gradativa da tecnologia importada. (SOUZA, 2012, p. 144)

Sob tal ótica, fica evidente a consonância de alguns fatores para o processo de enriquecimento dos casos enumerados nesta seção. Dentre eles destacam-se, por exemplo, o protagonismo no comércio internacional, a criação de economias de escala, as inovações (tais como de processos, produtos e tecnologias), o incentivo institucional à prática empresarial em território nacional e a cultura de trabalho, da melhoria contínua e da busca pelo lucro. Esses breves casos, todos à sua maneira, demonstram como certas nações abraçam as oportunidades de seu tempo e tratam elas próprias de serem as fornecedoras do consumo existente. Com efeito, essas regiões identificaram como nacionalizar a renda de outras localidades aplicando a ação empresarial.

3.3 INDICADORES SOBRE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA

Os indicadores e índices econômicos vem ao encontro de tangibilizar e, também, metrificar o desempenho financeiro (e não financeiro, por vezes) de uma entidade, neste caso as nações. Igualmente importante é demonstrar a evolução no

tempo dessas métricas a fim de averiguar a melhora ou piora das condições tanto econômicas quanto sociais da região. Nesse sentido, atualmente o indicador mais apropriado para uma análise global do progresso de toda uma sociedade é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento³³, haja vista que ele condensa não só aspectos econômicos como também sociais.

De acordo com UNDP (2022), o IDH é uma medida que resume a conquista de áreas chave do desenvolvimento humano, tais como: vida longa e saudável, o nível de conhecimento e educação e padrão de vida decente. Logo, ele mede o grau de qualidade de vida nacional. Ainda segundo UNDP (2022), na área da saúde é considerada a expectativa de vida ao nascer, na da educação o número de anos que adultos acima de 25 anos permaneceram estudando e, também, a quantidade de anos esperada de aprendizado para as crianças nascidas e no escopo da economia é utilizado o Produto Nacional Bruto (PNB) *per capita*³⁴ como medida de riqueza e distribuição de renda. Com relação ao PNB, Sandroni (1999, p. 475) conceitua-o como:

O valor agregado de todos os bens e serviços resultantes da mobilização de recursos nacionais (pertencentes a residentes no país), independente do território econômico em que esses recursos foram produzidos. Incluem-se nele o valor da depreciação e o resultado, positivo ou negativo, da conta de rendimentos do capital do balanço de pagamentos. Ou seja, os rendimentos recebidos em decorrência de investimentos no exterior são agregados ao PNB; paralelamente, deduzem-se os rendimentos remetidos para o exterior em virtude de inversões do capital estrangeiro no país.

Não à toa o PNB é integrante do IDH, pois ele de fato demonstra o produto auferido por capitais nacionais, isto é, a riqueza obtida expressa pela quantidade de trabalho que o ente nacional é capaz de comandar e as rendas obtidas com esse trabalho, mesmo estas sendo vindas do exterior. Em vista disso, o PNB pode ser também chamado de Renda Nacional Bruta (RNB). Quando é descontado do valor da RNB as depreciações do capital fixo e dos recursos naturais tem-se um novo indicador: a Renda Nacional Líquida Ajustada. Segundo World Bank (2023):

O rendimento nacional líquido ajustado é calculado subtraindo do RNB um encargo pelo consumo de

³³ UNDP, na sigla em inglês.

³⁴ Termo em latim para designar “por pessoa”.

capital fixo (um cálculo que produz o rendimento nacional líquido) e pelo esgotamento dos recursos naturais. A dedução para o esgotamento dos recursos naturais, que cobre o esgotamento líquido da floresta, esgotamento de energia e esgotamento mineral, reflete o declínio nos valores dos ativos associados à extração e colheita de recursos naturais. Isso é análogo à depreciação de ativos fixos. (tradução nossa)

No momento em que é feito um comparativo entre a RNB ou a renda racional líquida com o número de habitantes da região analisada, o resultado traduz a renda média dessa localidade, fato esse que pode ser um indicativo da produtividade geral da economia e a capacidade de atração de renda dos indivíduos da referida região. Igualmente, enquanto há o produto gerado por uma nação expresso pelo PNB, existe outra métrica para mensurar aquele produto gerado dentro de uma nação, chamado de Produto Interno Bruto (PIB). Na prática, “a diferença entre o PNB e o PIB corresponde à renda líquida enviada ou recebida do exterior” (SANDRONI, 1999, p. 475).

O PIB é a medida macroeconômica mais amplamente utilizada com o fito de quantificar a atividade econômica de uma região e “refere-se ao valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários das unidades produtoras desses bens e serviços” (SANDRONI, 1999, p. 459). Ele pode ser calculado sob três aspectos: pela ótica da produção, da renda ou do dispêndio (a forma mais difundida de cálculo). Conforme Sandroni (1999) e Suno (2023), o PIB pode ser calculado pelo somatório do consumo das famílias, gastos do governo, investimentos (com formação bruta de capital fixo e variações de estoques) e as exportações menos importações (exportações líquidas).

As exportações e as importações, conforme exposto no cálculo do PIB, têm papel influente na indicação do produto e da renda, haja vista que as exportações líquidas aferem se uma região está financiando a produção de outra ou se, por outro lado, ela mesma está gerando riqueza. Além disso, o comércio internacional serve como meio para as diversas localidades negociarem bens e serviços dos quais ora carecem, ora abundam. Caso exista o déficit ou outro local seja capaz de colocá-los a preços mais competitivos, surge a necessidade de importação, cuja definição, à luz de Sandroni (1999, p. 291), é a “entrada de mercadorias e serviços estrangeiros num país”. Do contrário, as exportações serão encorajadas, sendo referidas como:

Vendas, no exterior, de bens e serviços de um país. Resulta, como a importação, da divisão internacional do trabalho, pela qual os países tendem a especializar-se na produção dos bens para os quais têm maior disponibilidade de fatores produtivos, garantindo um excedente exportável. (SANDRONI, 1999, p. 230 e 231)

Basicamente, as importações e exportações são classificadas de acordo com sua natureza, podendo ser de serviços ou de produtos. Além do mais, World Bank (2023) não só expõe os valores gerais relativos às exportações e importações de bens e serviços de uma dada nação, como também os segrega em categorias, tais como: de serviços financeiros e seguros, de serviços ligados à comunicação e tecnologia da informação (TI), de produtos manufaturados, de bens de média e alta tecnologia, de bens de alta tecnologia e entre outras classificações.

Logo, com base nas definições de Sandroni, infere-se na lógica do comércio exterior que exportações e importações na verdade funcionam como duas faces de uma mesma moeda ao servirem tal qual meios de troca para angariar bens e serviços no comércio mundial. Essa relação entre as entradas e saídas mercantis entre nações é chamada de termos de troca e a partir dela pode-se depreender o poder de compra de um país no comércio global. Em vista disso, tão maior será o poder de compra de uma dada nação no mercado externo quanto mais elevados forem os preços das exportações de seus produtos comparados aos das importações; com isso, o excedente das exportações líquidas por unidade exportada e a renda nacional aumentam. De acordo com OECD (2023):

Os termos de troca são definidos como a razão entre o índice de preços de exportação e o índice de preços de importação. Se os preços de exportação aumentarem mais do que os preços de importação, um país tem termos de troca positivos, pois para a mesma quantidade de exportações, pode comprar mais importações. (tradução nossa)

Ainda sobre a formação do PIB, um de seus integrantes, mais precisamente categorizado dentro de investimentos, é a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF). A FBCF³⁵ mensura os investimentos em capital fixo dirigidos ao incremento da capacidade produtiva de uma economia. Conforme *System of National Accounts* apud IBGE (2000, p. 2), ela “é medida pelo valor das aquisições líquidas das cessões de

³⁵ Também utilizada na sigla FBKF, em alusão à letra “K” usada como sigla para “capital” nos modelos econômicos.

ativos fixos, [...], mais aumentos de valor de ativos não-produzidos proporcionados pelo próprio desenvolvimento das atividades das unidades institucionais”. De forma mais abrangente ela:

Registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos. (IBGE, 2000, p. 2)

Isto posto, é natural correlacionar os aportes nacionais em FBCF com a dita profusão de mercadorias e serviços advogada por (SMITH, 2022); afinal, ao se aumentar a capacidade produtiva, também se incrementa, em maior ou menor grau, o potencial de produto a ser gerado pelos ativos empregados. É através desse perfil de investimento que decorrem os impulsos de produtividade e melhorias quando acompanhados de aportes em pesquisa e desenvolvimento (P&D) ou mesmo na implantação de tecnologias mais produtivas. Assim, dada uma maior produtividade geral econômica, uma nação coloca-se em posição mais favorável no comércio internacional.

Ademais, a FBCF, por se tratar daquele investimento dirigido à implantação de capital produtivo, está intimamente ligada ao desenvolvimento de parques fabris e manufatureiros de um país, sendo assim também relacionada ao valor agregado por esses setores na economia. Isto posto, o valor agregado pelo setor industrial, de acordo com World Bank (2023), refere-se à produção líquida do setor após ser somada a produção total e serem deduzidos os insumos intermediários. Nesse dado, são compostos os valores agregados da mineração, manufatura, construção, eletricidade, água e gás.

Em paralelo, World Bank (2023) também dispõe do valor agregado pelo setor manufatureiro, em separado. Nessa métrica, são consideradas as produções das indústrias pertencentes às divisões ISIC³⁶ 15 à 37, indicando manufaturas tais como: moveleira, de papel, química e farmacêutica, petroquímica e plástica, de minerais e de metais, curtume, eletrônica e óptica, elétrica, maquinaria e equipamentos afins, automobilística e de transportes, joalheira, musical, de produtos esportivos e entre outras (UNSD, 2008).

³⁶ Sigla para *International Standard Industrial Classification*.

Por conseguinte, a competitividade geral de uma nação é uma peça chave para se criar valor agregado e, não menos importante, perpetuá-lo. Nesse sentido, o índice de Competitividade Mundial divulgado pelo *International Institute for Management Development*³⁷ (IMD) materializa um ranking o qual define os países mais ou menos competitivos globalmente. Segundo IMD (2023), ele é dividido em quatro esferas de análise: performance econômica, eficiência governamental, eficiência empresarial e infraestrutura. Em termos mais amplos, o ranking de competitividade global pode ser descrito, conforme IMD (2023), como:

o Anuário Mundial de Competitividade do IMD, [...], é um relatório anual abrangente e um ponto de referência mundial sobre a competitividade dos países. [...] Analisa e classifica os países de acordo com a forma como gerem as suas competências para alcançar a criação de valor a longo prazo. A competitividade de uma economia não pode ser reduzida apenas ao PIB e à produtividade porque as empresas também têm de lidar com dimensões políticas, sociais e culturais. Os governos precisam, portanto, de proporcionar um ambiente caracterizado por infraestruturas, instituições e políticas eficientes que incentivem a criação de valor sustentável pelas empresas. [...] O Ranking Mundial de Competitividade é baseado em 333 critérios de competitividade selecionados como resultado de uma pesquisa abrangente usando literatura econômica, fontes internacionais, nacionais e regionais, e feedback da comunidade empresarial, agências governamentais e acadêmicos. Os critérios são revistos e atualizados regularmente à medida que novas teorias, pesquisas e dados se tornam disponíveis e à medida que a economia global evolui. (tradução nossa)

Outra métrica importante é o Índice de Liberdade Econômica, publicado pela *Heritage Foundation*. Nesse dado, são inferidas proposições relacionadas ao quão abertos são os mercados, a eficiência regulatória, o tamanho do governo e o nível de cumprimento das leis, (HERITAGE, 2022). Essas informações são preciosas por balizarem os níveis de investimentos diretos e indiretos dentro do país, os quais segundo Keynes (1996) determinam o nível do produto e do emprego nacional. No que tange a investimentos, Sandroni (1999, p. 308) alude à ideia de que “como está mais diretamente ligado à compra de bens de capital e, portanto, à ampliação da capacidade produtiva, o investimento líquido mede com maior precisão o crescimento da economia”.

³⁷ Instituto Internacional para Desenvolvimento de Gestão, em português.

Aliás, não apenas o Índice de Liberdade Econômica como outros indicadores influenciam os níveis de investimento em uma região. Nessa linha, tem-se o Índice de Confiança Empresarial³⁸, o qual denota as expectativas dos agentes produtores de bens e serviços em relação ao aquecimento econômico e aos ganhos financeiros futuros. Keynes (1996) salienta o papel das expectativas dos agentes econômicos, principalmente as perspectivas do empresariado, como variável responsável pelo crescimento econômico no longo prazo. Sendo assim, OECD (2023) resume que:

Este indicador de confiança empresarial fornece informação sobre o desenvolvimento futuro, com base em inquéritos de opinião sobre a evolução da produção, encomendas e estoques de produtos acabados no setor industrial. Pode ser usado para monitorar o crescimento da produção e antecipar pontos de virada na atividade econômica. Números acima de 100 sugerem maior confiança na performance em um futuro próximo dos negócios, e números abaixo de 100 indicam pessimismo em relação à performance futura. (tradução nossa)

Não obstante o BCI, na ótica da demanda existe o Índice de Confiança do Consumidor³⁹. Esse indicador demonstra o quão dispostos a consumir ou a poupar estão os consumidores de uma determinada região. Os desdobramentos dessa métrica não só auxiliam na análise futura da demanda efetiva assim como servem de âncora para balizar o grau de oferta a ser disponibilizada pelos empresários no mercado (e, conseqüentemente, o nível de investimento). Da mesma forma que o BCI, o CCI pode guardar correlação com o grau de produto geral econômico e é também afetado por deteriorações ou melhora das expectativas de mercado. OECD (2023) define que:

Este indicador de confiança do consumidor fornece uma indicação do desenvolvimento futuro do consumo e poupança das famílias, com base em respostas sobre a sua situação financeira esperada, o seu sentimento sobre a situação econômica geral, desemprego e capacidade de poupança. Um indicador acima de 100 sinaliza um aumento da confiança dos consumidores em relação à situação econômica futura, o que os torna menos propensos a poupar e mais propensos a gastar dinheiro majoritariamente em compras nos próximos 12 meses. Valores abaixo de 100 indicam uma atitude pessimista em relação à evolução futura da economia, possivelmente resultando em uma tendência para poupar mais e consumir menos. (tradução nossa)

³⁸ *Business Confidence Index* (BCI), em inglês.

³⁹ *Consumer Confidence Index* (CCI), em inglês.

Com efeito, só é possível haver investimento caso haja uma poupança prévia ou, como Keynes (1996) menciona, uma propensão a poupar. Nesse rumo, torna-se valorosa a exposição sobre outro agregado macroeconômico: a poupança nacional. Em partes é através dela que os recursos não destinados a consumo em um país servem de investimento futuro com reverberações na renda, no produto e, também, no emprego (KEYNES, 1996). Desse jeito, Sandroni (1999, p. 485) a qualifica como “parte da renda nacional [...] que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada depois de deduzidos os impostos”.

Dito isso, a poupança nacional mencionada pode ser desfrutada não só por quem a poupa, mas também por quem a necessita (o agente deficitário). Através do sistema financeiro nacional, os recursos poupados por um podem se transformar nos investimentos de outro, através de um novo ator na equação do desenvolvimento econômico: o crédito. Ele traduz-se na confiança na solvência de um ente e sua boa reputação e, para Michaelis (2023), é tido como “bem, serviço ou quantia em dinheiro postos à disposição de alguém por empresa, loja credora, estabelecimento bancário [...], mediante quaisquer tipos de provas [...] que configuram a oficialização de um compromisso de pagamento futuro”. Nesse sentido, o crédito tem o papel de alavancar o capital em uma nação e viabilizar os projetos econômicos.

Assim, pode-se aferir o volume de alavancagem de uma economia, ou seja, do quão participativo o crédito é na geração de produto em um país, através do indicador de crédito doméstico destinado ao setor privado, em percentual do PIB, o qual de acordo com World Bank (2023) “refere-se aos recursos financeiros fornecidos ao setor privado por sociedades financeiras, via empréstimos, compras de títulos não representativos de capital e créditos comerciais e outras contas a receber, que estabelecem um pedido de reembolso”.

Igualmente, por meio da análise da poupança nacional e do crédito contratado por uma economia é possível avaliar quem são as nações fornecedoras, no geral, de capitais e aquelas tomadoras. O indicador de financiamento líquido divulgado pela OCDE, demonstra os percentuais de crédito tomado ou de poupança aplicada para os países-membros. Em outras palavras, esse dado representa o montante líquido que os setores agregados de um país (governo, empresas e famílias) têm disponível para financiar direta ou indiretamente outro entre ou setor, sendo calculado como a

diferença entre a aquisição líquida de ativos financeiros e a incorrência líquida de passivos (OECD, 2023).

Os indicadores relatados nos parágrafos anteriores interferem diretamente nos níveis de investimento corrente e futuro do capital nacional, contudo não só. Em face de um mundo globalizado, os capitais internacionais possuem grande fruição nos diferentes mercados, buscando oportunidades para a sua multiplicação. Assim, surgem os investimentos estrangeiros, os quais somados às aplicações nacionais podem suscitar impulsos de investimento em resposta aos desequilíbrios estruturais e de mercado de um país, aumentando seus níveis de produto e emprego (HIRSCHMAN (*apud* SOUZA, 2012)). Portanto, Sandroni (1999, p. 309) classifica o investimento estrangeiro como:

Aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países. O investimento de capital estrangeiro pode ser direto, quando aplicado na criação de novas empresas ou na participação acionária em empresas já existentes; e indireto, quando assume a forma de empréstimos e financiamentos a longo prazo. Os investimentos privados no exterior são feitos geralmente em decorrência de algumas motivações básicas: 1) visando a um lucro maior, ou a maiores facilidades fiscais e/ou legislativas do que se conseguiria no próprio país; 2) na expectativa de variações cambiais favoráveis; 3) por temor a mudanças políticas ou fiscais no país de origem.

Os investimentos diretos e indiretos mencionados por Sandroni podem ser encontrados na Contabilidade Nacional de um país. Segundo Sandroni (1999), as contas nacionais registram a atividade econômica global de um país em um dado tempo. Ela segue padrões contábeis aplicados pela ONU e é subdividida em: conta do produto interno, conta da renda nacional, conta dos consumidores, conta do governo, conta das transações com o exterior e conta consolidada de capital. A partir das transações internacionais, surge a necessidade de contabilizar entradas e saídas de capitais, bens e serviços com o resto do globo. Esses movimentos são contabilizados no Balanço de Pagamentos. Sandroni (1999, p. 41) delimita-o como:

Registro de todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países. O balanço de pagamentos é constituído basicamente de quatro contas ou balanças. Dependendo da natureza da transação econômica ou financeira, que dá lugar à receita ou despesa de divisas, podem ser classificadas como operações em transações

correntes ou movimento de capitais. As transações correntes incluem as contas de comércio ou balança comercial de serviços ou balança de serviços e as transferências unilaterais. O movimento de capitais constitui uma conta também chamada de conta de capital. A balança comercial registra os valores FOB⁴⁰ das exportações e o valor das importações. [...] A balança de serviços registra as receitas e despesas de diversos tipos de transação, destacando-se os transportes, os seguros, as viagens internacionais, os royalties, a assistência técnica, os lucros e os juros. As transferências unilaterais registram as entradas ou saídas de divisas decorrentes, por exemplo, do envio de recursos ao exterior para a manutenção de embaixadas e serviços consulares, de imigrantes que mandam parte de seus salários para familiares em seus países de origem etc. O resultado conjunto dessas três contas é consolidado nas transações correntes. [...] A conta de capital registra os investimentos diretos, isto é, as entradas de capital de risco das empresas estrangeiras que se estabelecem no Brasil e as saídas de investimentos de empresas nacionais que se estabelecem no exterior; os empréstimos e financiamentos obtidos por residentes no Brasil, no exterior (entradas de divisas) e as saídas representadas por empréstimos concedidos a não-residentes; as amortizações, isto é, o pagamento de parte ou da totalidade de uma dívida, representando uma saída de divisas quando residentes no Brasil transferem esses recursos para não-residentes, e uma entrada, quando acontece o inverso; e os capitais de curto prazo, que significam empréstimos e financiamentos por um prazo inferior a um ano. A soma das transações correntes e do movimento de capitais proporciona o resultado final do balanço de pagamentos.

Isto posto, o Balanço de Pagamentos possui ligação com os movimentos do PNB assim como com a participação nacional no comércio mundial. Ainda por cima, relaciona-se também com o crescimento (ou não) do mercado interno, haja vista que ele apura as somas das entradas e saídas monetárias de um país com o resto do mundo, sendo que isso pode determinar se um dado país está enviando ou recebendo riquezas do mercado internacional e se essa mesma nação está gerando produto (leia-se criando valor, emprego e investimentos) ou financiando-o. Esse ponto pode ser exposto tanto na balança comercial quanto na de serviços. No que tange à última, Sandroni (1999, p. 41) precisa como se consegue deduzir dados sobre a distribuição da riqueza internacionalmente e a posição do país nela:

⁴⁰ A sigla FOB designa a expressão inglesa "*Free On Board*", a qual em português pode ser entendida como a opção em que o comprador arca com todos os custos relativos ao frete no comércio exterior.

A balança de serviços registra as receitas e despesas de diversos tipos de transação, destacando-se os transportes, os seguros, as viagens internacionais, os royalties, a assistência técnica, os lucros e os juros (estes últimos de grande peso no balanço de pagamentos de países com grande dívida externa, como é o caso do Brasil). Se as receitas totais (entradas) superarem as despesas totais (saídas), o balanço de pagamentos apresentará um superávit; se ocorrer o inverso, haverá um déficit, e, se os valores forem equivalentes, o balanço de pagamentos estará equilibrado. No caso de países endividados e anfitriões de empresas multinacionais, como o Brasil, a conta de serviços apresenta-se geralmente deficitária devido à pressão ali exercida pelos juros e pelos lucros e dividendos remetidos ao exterior. Se esse déficit não for compensado por um superávit na balança comercial (as transferências unilaterais são geralmente de pouca monta), a conta de capital terá de acusar um superávit muito elevado para que não ocorra um déficit no balanço de pagamentos. É preciso salientar, no entanto, que as contas do balanço de pagamentos se influenciam mutuamente: por exemplo, se na conta de capital entrar uma grande quantidade de investimentos diretos e de empréstimos de financiamentos, algum tempo depois isto significará uma saída mais intensa de lucros e dividendos e juros pela conta de serviços, provocando e/ou aumentando um eventual déficit.

O fluxo de pagamentos computado na balança de serviços é capaz de averiguar o envio ou o recebimento de rendas do exterior. Sejam elas oriundas de rendas de capital (como as financeiras e empresariais) ou de propriedade intelectual e comercial, um país que possuir saldo positivo nessa balança específica demonstra maturação de seu aparato exportador e, conseqüentemente, de sua capacidade de atrair produto e riqueza. De outra forma, ele retira maiores excedentes econômicos do mercado internacional do que os envia. No que tange à contabilidade nacional, mais precisamente dentro das receitas, a linha da renda primária trata de consolidar esses fluxos mencionados, pois segundo BCB (2022) ela:

indica os montantes a pagar ou a receber em troca do uso temporário de recursos financeiros, trabalho ou ativos não financeiros não produzidos, a saber, remuneração de trabalhadores, renda de investimentos e demais rendas primárias. Fazem parte da primeira a remuneração do trabalho assalariado (salários e ordenados); da segunda, renda de investimento direto, renda de investimento em carteira, renda de outros investimentos e renda de ativos de reserva; e da terceira, tributos sobre a produção e importação, subsídios e aluguéis.

De forma mais profunda, a renda primária líquida cobre sim os recebimentos oriundos de remessas estrangeiras de salários, mas também, e principalmente, trata de compilar as rendas provindas das atividades empresariais e daquelas ligadas à posse de propriedades. Conforme World Bank (2023), as receitas de propriedades e empresariais referem-se aos rendimentos de investimento da propriedade de ações financeiras forâneas (juros, dividendos, aluguéis e afins) e à renda de propriedades não financeiras (patentes, direitos autorais, etc.). Visto de tal forma, a renda primária serve como um indicador que mede a capacidade de atrair receitas de uma nação.

No tocante às propriedades não financeiras, os números de patentes, direitos autorais, designs industriais e marcas registradas detém valia adicional no estudo do desenvolvimento industrial e comercial das diferentes regiões do globo. À luz de World Bank (2023), os designs industriais representam os pedidos para registro de desenhos de produtos industriais e artesanais, especificando suas cores, linhas e formas tridimensionais, isto é, aspectos técnicos e estéticos, em escritórios de propriedade intelectual. O prazo de proteção contra o uso indevido dos desenhos referidos é de geralmente 15 anos, a depender da localidade de registro.

Em seguida têm-se as patentes, as quais representam direitos exclusivos de invenção (seja um processo ou um produto, geralmente inovadores) registrados em escritórios nacionais de patentes - regidos pelo Tratado de Cooperação de Patentes. Normalmente, esses direitos são válidos por 20 anos (WORLD BANK, 2023). Igualmente, as marcas registradas asseguram ao possuidor direitos de uso para comercialização e indicam procedência (produção ou fornecimento) de certos bens e serviços relacionados a uma marca. Esses direitos são exclusivos ao requerente, mas podem ser delegados a terceiros mediante pagamento. Inclusive, elas podem ser renovadas indefinidamente através de pagamentos adicionais (WORLD BANK, 2023).

Igualmente, a quantidade de artigos científicos e técnicos publicados em jornais e revistas especializados podem avaliar os níveis de inovação e de desenvolvimento industrial das nações. À luz de World Bank (2023), eles “referem-se ao número de artigos científicos e de engenharia publicados nas seguintes áreas: física, biologia, química, matemática, medicina clínica, pesquisa biomédica, engenharia e tecnologia e ciências da terra e do espaço”.

Em suma, as inovações, sejam elas advindas dos estudos acadêmicos ou da atividade empresarial, requerem injeção de recursos a fim de concebê-las e viabilizá-las. Nesse sentido, o gasto doméstico bruto em pesquisa e desenvolvimento fornece

um parâmetro de quanto o agregado de entes nacionais investem na inovação futura. Conforme OECD (2023), a despesa interna bruta em pesquisa e desenvolvimento (P&D) é definida como a despesa total (corrente e de capital) no desenvolvimento de novos conhecimentos, processos e produtos podendo ser feita por todas as empresas residentes, institutos de investigação, universidades e laboratórios governamentais e entre outros, em um dado território. Também é inclusa a P&D financiada pelo exterior.

Outro tipo de gasto que pode se correlacionar com a prosperidade e mais ainda com o bem estar geral de uma sociedade é aquele ligado à saúde. Sendo assim, ao mesmo tempo que quanto maior for o gasto em serviços de saúde per capita em um local maior tende ser a riqueza econômica dessa região, um indicador elevado nessa categoria leva a crer que a nação e seus habitantes se preocupam com o bem estar social, com a qualidade de vida e a produtividade das pessoas. De acordo com OECD (2023):

as despesas com a saúde medem o consumo final de bens e serviços de saúde (ou seja, despesas correntes com saúde), incluindo cuidados de saúde pessoais (cuidados curativos, cuidados de reabilitação, cuidados de longa duração, serviços auxiliares e bens médicos) e serviços coletivos (serviços de prevenção e de saúde pública, como bem como a administração da saúde), mas excluindo despesas com investimentos. (tradução nossa)

Nessa linha, pode-se analisar a produtividade social e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal através da quantidade de horas trabalhadas por um indivíduo. OECD (2023) disponibiliza a média anual de horas trabalhadas divididas pelo número médio de pessoas empregadas por ano (empregados e profissionais independentes). Para OECD (2023) as horas efetivamente trabalhadas incluem:

as horas normais de trabalho dos trabalhadores a tempo inteiro, a tempo parcial e a tempo parcial, horas extraordinárias remuneradas e não remuneradas, horas trabalhadas em empregos adicionais e excluem o tempo não trabalhado devido a feriados, férias anuais remuneradas, doença própria, lesões e incapacidade temporária, licença de maternidade, licença parental, escolaridade ou formação, falta de trabalho por motivos técnicos ou econômicos, greve ou conflito laboral, mau tempo, licença compensatória e outros motivos.

De forma análoga, com as horas efetivamente trabalhadas em uma economia é possível identificar a produtividade geral econômica, em termos de produto interno gerado, por unidade de tempo. Com isso, a métrica de PIB por hora trabalhada “mede

a eficiência com que o fator trabalho é combinado com outros fatores de produção e utilizado no processo de produção. O volume de trabalho é definido como o total de horas trabalhadas de todas as pessoas envolvidas na produção” (OECD, 2023). A partir desse dado podem ser feitas considerações à despeito de como e quão bem cada nação aplica seus recursos com o fito de conceber produto, como também a presença ou não de economias de escala e de fatores preponderantes no processo produtivo (capital perante mão de obra).

Ademais das horas trabalhadas em uma economia, é mister observar a taxa de empregabilidade de uma nação, afinal ela demonstra o tamanho da fatia populacional de uma nação que efetivamente está originando produto e, logo, renda e consumo. A taxa de emprego é definida como uma medida da magnitude das pessoas disponíveis para trabalhar que estão sendo utilizadas. É calculada como a razão entre população empregada e população em idade ativa – de 15 a 64 anos – (OECD, 2023). A taxa de empregabilidade é sensível aos ciclos econômicos, assim como às políticas públicas de incentivo à renda, à escolaridade, aos negócios etc.

Dentro da empregabilidade geral de um país destaca-se o grupo de idade entre 20 a 24 anos chamados de NEET⁴¹, ou seja, aqueles jovens que nem estudam e nem trabalham. Essa métrica é valorosa no âmbito de compreender o esforço e, inclusive, a ambição dos jovens de uma nacionalidade em obter sucesso profissional e fomentar habilidades que os assegurem um futuro digno. Outrossim, pode-se deduzir disso um fenômeno cultural de incentivo ao trabalho, ao aprendizado e à criação, pontos elencados por Weber (2004) no estudo da riqueza nacional. O indicador exposto em OECD (2023) apresenta o percentual de jovens NEET sobre o total de jovens da mesma idade em um território e classifica-os em:

jovens na educação incluem aqueles que frequentam o ensino em tempo parcial ou em tempo inteiro, mas excluem os que frequentam a educação não formal [...]. O emprego [...] abrange todos aqueles que exerceram trabalho remunerado durante pelo menos uma hora na semana ou que estiveram temporariamente ausentes desse trabalho. (tradução nossa)

Sob tal ótica, além de se averiguar a empregabilidade nacional e a quantidade de trabalho em horas comandado, vale mencionar a migração líquida de pessoas com

⁴¹ Sigla para o termo em inglês “*not in employment, education or training (NEET)*”, isto é, nem empregados, nem estudando e nem em treinamento, em português.

destino à um país, as quais firmam residência. Os motivos por trás desse fenômeno podem ser inúmeros, todavia, esse movimento pode demonstrar o quão bem um dado país é capaz de atrair pessoas e talentos, fato esse que gera reflexão sobre a criação de um ambiente social pró-negócios, pró-qualidade de vida etc. De forma acessível, World Bank (2023) define a migração líquida como “o total líquido de migrantes durante o período, ou seja, o número de imigrantes menos o número de emigrantes, incluindo cidadãos e não cidadãos.”

Ainda em termos de mercado de trabalho, OCDE (2023) exibe a média salarial para os países-membros, dita como a divisão entre a massa salarial total baseada nas contas nacionais pelo número médio total de empregados na economia, o qual é logo multiplicado pela razão entre a média de horas semanais por trabalhador por tempo integral e a média de horas semanais para todos os funcionários. Assim, maiores salários médios podem indicar tanto preços mais elevados em uma economia quanto maior renda, poder de compra e capacidade de poupança, naturalmente. Outrossim, é capaz de demonstrar a tecnicidade da mão de obra de um local, pois salários maiores são pagos a pessoas mais qualificadas em funções de maior valor agregado.

Com o intuito de quantificar de fato o poder de compra dos salários médios apresentados no parágrafo anterior, é necessário escolher um parâmetro que sirva como medida relativa de preços em termos globais e, para isso, foi escolhido o índice *Big Mac* divulgado pela revista britânica *The Economist*. Essa métrica foi criada em 1986, baseada na teoria de paridade do poder de compra⁴², e busca evidenciar se as moedas estão negociando a paridades “corretas” e, se não, o grau de distorção dessa paridade (*THE ECONOMIST*, 2023).

Em se tratando de salários e rendas de propriedade, tem-se o coeficiente de Gini como métrica para entender os níveis de desigualdade de renda em uma dada localidade. Com seu resultado, são possíveis estabelecer análises de quão efetivo um país é em distribuir de forma adequada os rendimentos entre seus cidadãos. À luz de World Bank (2023), o índice de Gini mede:

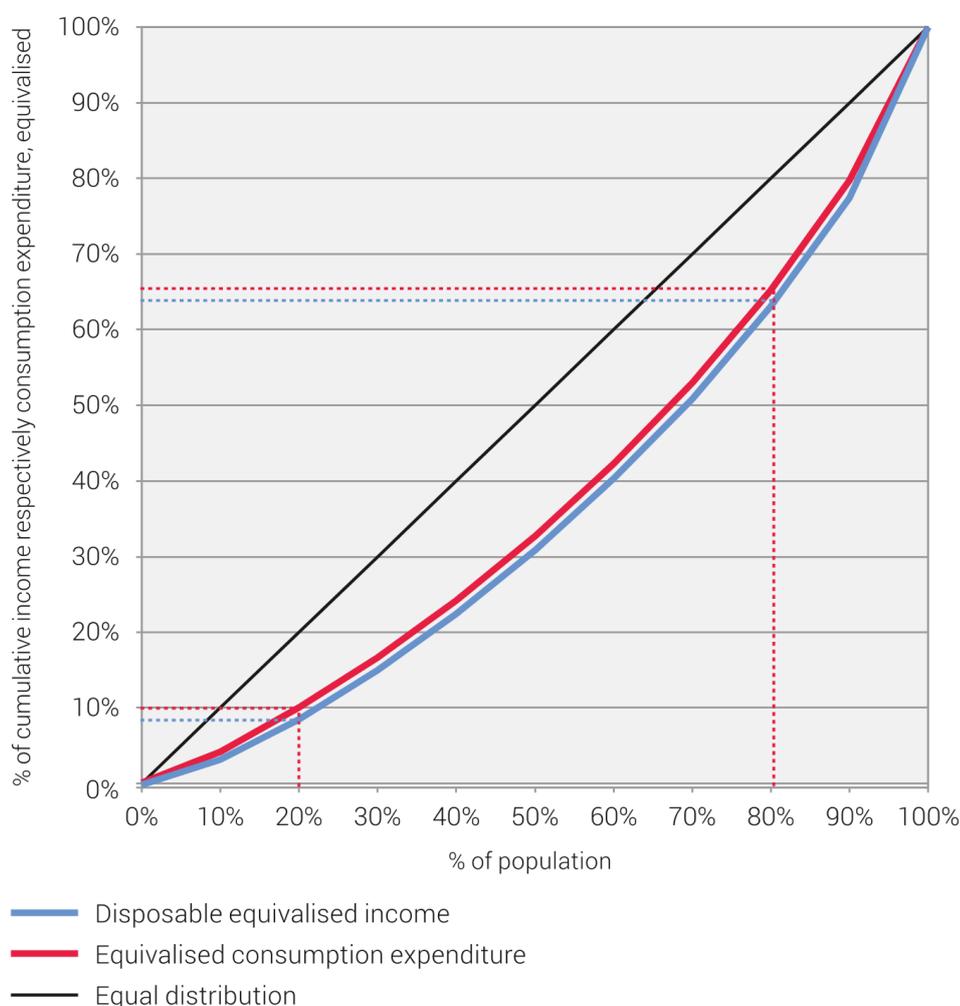
até que ponto a distribuição do rendimento (ou, em alguns casos, despesas de consumo) entre indivíduos ou famílias dentro de uma economia se desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz representa as percentagens cumulativas do rendimento total recebido em relação ao número

⁴² *The Economist* (2023) a define como “a noção de que, no longo prazo, as taxas de câmbio deveriam evoluir em direção à taxa que equalizaria os preços de uma cesta idêntica de bens e serviços (neste caso, um hambúrguer) em quaisquer dois países”.

cumulativo de beneficiários, começando pelo indivíduo ou agregado familiar mais pobre. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, expressa como uma percentagem da área máxima abaixo da linha. Assim, um índice de Gini de 0 representa uma igualdade perfeita, enquanto um índice de 100 implica uma desigualdade perfeita. (tradução nossa)

Com o intuito de materializar o entendimento da curva de Lorenz, abaixo tem-se uma figura ilustrativa. À título de exemplo, foi utilizada a distribuição de consumo e renda na Suíça, para o ano de 2014.

Gráfico 1 – Curva de Lorenz: distribuição da renda e do consumo suíço em 2014



Source: FSO – Household Budget Survey (HBS)

© FSO 2017

Fonte: Bundesamt für Statistik, Schweizerische Eidgenossenschaft⁴³.

⁴³ Escritório Federal de Estatística, Confederação Suíça (tradução do alemão para o português).

Com relação ao efeito governamental na geração da riqueza, a atuação do ente nacional reverbera-se em vários segmentos da sociedade através da legislatura, da qualidade de seus gastos, dos investimentos, da segurança habitacional e entre outras áreas. Tudo isso somado resultando em um ambiente pró-desenvolvimento (ou não). Um indicador que sintetiza a credibilidade do estado perante sua população, e consequentemente o grau de sua eficiência percebida pelas pessoas, é o de confiança no governo – divulgado pela OCDE. De acordo com OECD (2023), essa métrica refere-se ao:

percentual de pessoas que declaram ter confiança no governo nacional. Os dados apresentados refletem a percentagem de inquiridos que responderam “sim” (sendo as outras categorias de resposta “não” e “não sei”) à pergunta do inquirido: “Neste país, tem confiança no... governo nacional? Devido ao pequeno tamanho das amostras, as médias dos países para as desigualdades horizontais (por idade, género e educação) são agrupadas entre 2010-18 para melhorar a precisão das estimativas. A amostra é ex ante concebida para ser representativa a nível nacional da população com 15 ou mais anos. Este indicador é medido como uma percentagem de todos os entrevistados. (tradução nossa)

Além da confiança que ele inspira, o governo nacional pode facilitar a atuação de empresas multinacionais no seu território, ao incentivar o estabelecimento de sua sede fiscal nele ao fornecer incentivos tributários. Nessa atitude, o estado aumenta consideravelmente sua arrecadação com impostos corporativos e o produto interno, por meio do afluxo de novas divisas monetárias. Dito isso, alguns países mundo a fora destacam-se por, deliberadamente, auxiliarem as multinacionais a pagarem menos impostos sobre a renda corporativa. Mediante à divulgação do *Corporate Tax Haven Index*⁴⁴ (CTHI), a *Tax Justice Network*⁴⁵ “avalia minuciosamente os sistemas fiscais e financeiros de cada jurisdição para criar uma imagem clara dos maiores facilitadores mundiais do abuso fiscal corporativo global” (TAX JUSTICE NETWORK, 2023).

Para a valoração do CTHI, *Tax Justice Network* (2023) combina no seu cálculo a pontuação de paraíso fiscal da jurisdição em questão em uma escala que vai de 0 a 100 (medido por 20 variáveis dos sistemas fiscais e financeiros da localidade) e o peso percentual dessa jurisdição na escala global de abusos tributários e financeiros (medido por quanta atividade financeira essa nação hospeda). A divulgação é anual

⁴⁴ Em português, Índice de Paraíso Fiscal Corporativo.

⁴⁵ Rede de Justiça Fiscal, na tradução para o português.

e no relatório de 2021 haviam 70 territórios listados no CTHI. Dessa maneira, completa-se a explanação sobre as características dos dados a serem analisados no capítulo seguinte e os conceitos e exemplos históricos que servem de referência para o exame ambicionado.

Quadro 2 – Resumo dos Principais Indicadores Econômicos

Agregados Econômicos	RNB, S, FBCF, PIB/hora trabalhada, Ativos Financeiros, Gastos com Saúde, Inflação e Empréstimos Líquidos.
Comércio Internacional	Renda Primária Líquida Recebida, IED Retiradas e Entradas, Exportações e Conta Corrente.
Mercado de Trabalho	Salários Médio, Migrações Líquidas, Jovens nem Trabalhando e nem Estudando, Poder de Compra (salários médios/índice <i>Big Mac</i>) e Horas Trabalhadas.
Inovação	Recebimentos de Propriedade Intelectual, Artigos Científicos, Gasto Bruto Doméstico com P&D, Patentes e Exportações de Alta Tecnologia.
Setor Público	Confiança no Governo Central, Impostos Corporativos e Índice de Paraíso Fiscal Corporativo.
Outros Índices	Competitividade Global (IMD), Liberdade Econômica (<i>Heritage Foundation</i>), IDH e Confiança Empresarial e do Consumidor.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos indicadores explicados no capítulo 3.

Haja vista o Quadro 2 acima, são demonstrados os principais indicadores sobre a temática econômica descritos na seção 3.3 do capítulo terceiro. O referido quadro busca concatenar e, ao mesmo tempo, facilitar a visualização das métricas por tema e importância. Apoiado no que fora enunciado no decorrer deste capítulo, seguir-se-á na próxima seção o exame de quão bem o fenômeno da pujança é explicado pelas métricas em questão.

4 ENSAIO DOS PRINCÍPIOS GERADORES DE RIQUEZA E PROSPERIDADE ECONÔMICA

No capítulo predecessor foram expostos indicadores, históricos de nações e definições, os quais corroborarão na compreensão geral do intuito deste trabalho acadêmico. Nesta seção, com base nas teorias e estatísticas já evidenciadas, serão compilados e analisados dados de diversas naturezas e fontes sobre países optados, baseados em um índice de riqueza, de forma a deduzir reflexões por trás do processo de enriquecimento global. Por último, essas reflexões transformar-se-ão em princípios que reunirão as semelhanças encontradas no tocante a criação de riqueza nas nações a seguir.

4.1 ÍNDICE DE RIQUEZA ECONÔMICA E METODOLOGIA

Antes de mais nada, é imperioso estabelecer quais serão as nações analisadas e, mais importante ainda, quais serão os critérios utilizados para selecioná-las. Para isso, foi criado um índice intitulado Índice de Riqueza Econômica (IRE) na esperança de aglutinar os critérios julgados mais apropriados com o fito de mensurar a riqueza econômica de uma região e de ranquear as nações, das mais às menos ricas. Com vistas ao engendro desse ranking, foram utilizados dados extraídos principalmente do Banco Mundial e da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da Agência de Inteligência Central (CIA, na sigla em inglês) e da *The Economist*⁴⁶.

Ademais, no que tange ao catálogo de países, inicialmente foram selecionados os 193 estados-soberanos, de acordo com a ONU. Contudo, devido a restrições de dados fidedignos para a maioria deles, o filtro se limitou a 34 dos 38 membros da OCDE⁴⁷ (excluindo-se Colômbia, Costa Rica, Islândia e Turquia), ou seja, um pouco menos que 20% do espaço amostral. Nessa linha, serão seletados 20% dos países mais bem colocados no IRE à título de qualificação para o estudo subsequente.

⁴⁶ O Economista, na tradução do inglês. *The Economist* é uma revista de âmbito mundial que trata de assuntos econômicos. Além disso, é a responsável por publicar desde 1986 o índice BigMac, índice que busca medir a paridade do poder de compra nos países onde é vendido esse hambúrguer do McDonald's.

⁴⁷ O Brasil, por conta da falta de disponibilidade de muitos dados os quais foram selecionados para este estudo (além do fato de ele não pertencer à OCDE), não compõe o ranking do IRE.

No tocante aos critérios, o raciocínio por trás de sua elaboração surge de uma reflexão acerca do que torna, de fato, um indivíduo rico. De forma pgressa, já fora dito que a riqueza pode ser interpretada como a abundância de recursos, portanto, indubitavelmente um ente é rico na medida em que detém renda elevada em relação à média, mas não só, pois é necessário também que essa renda possua alto poder de compra, haja vista que de nada adianta possuir renda elevada se os bens e serviços na economia são caros comparativamente a ela. Além disso, é mister que haja capacidade de poupança, afinal parte da renda retida na forma de investimento, ou até para precaução, se traduz em incremento do estoque de capital e poder de compra futuro.

Quando esse estoque de capital acumulado através de sucessivos processos de poupança é aplicado, por exemplo em ativos financeiros, com vistas a rentabilizá-lo, tem-se que a capacidade econômica do ente e sua riqueza global é incrementada. Além do mais, conforme já aludido por Smith (2022), um ente é rico na medida em que possa comandar trabalho e quanto maior for o trabalho capitaneado por unidade de tempo tão logo maior será a riqueza desse agente econômico. Similarmente, os aportes feitos no presente para melhorias e incremento produtivo à frente (seja ele em capacidade fabril, em infraestrutura, em inovações tecnológicas, na construção civil etc.), eleva o produto e a profusão potencial futura.

Contudo, esses apontamentos trazem consigo a mensuração da bonança em termos absolutos apenas, ao passo que se faz também necessário analisar a ótica da distribuição dos recursos em uma economia – afinal, um país é formado por pessoas e quanto maior for a riqueza individual, maior será a pujança do todo. Por conta disso, as variáveis de renda, poupança, poder de compra e patrimônio financeiro, além de serem avaliadas em termos *per capita*, serão ponderadas pelo índice de Gini. Com base no exposto, chega-se à definição dos critérios para o ranqueamento das nações:

- i. RNB *per capita* ponderada pelo índice de Gini;
- ii. Poupança bruta *per capita* ponderada pelo índice de Gini;
- iii. Salários médios por trabalhador divididos pelo índice *Big Mac* e ponderados pelo índice de Gini;
- iv. PIB por hora trabalhada;
- v. Ativos financeiros *per capita* ponderados pelo índice de Gini;
- vi. FBCF *per capita*.

O critério utilizado para a pontuação das nações será feito através do somatório das posições relativas dos países em cada uma das seis métricas analisadas. À título de exemplo, caso uma dada localidade mantenha-se na primeira colocação para todas as variáveis, ela somará seis pontos (1 somado seis vezes). Entretanto, suponha-se que em uma das seis métricas essa nação tenha ficado na quarta posição, mantendo-se na dianteira nas outras, para tanto seu score final será de nove pontos (1 somado cinco vezes somado com 4). Dessa forma, os países mais bem classificados no IRE serão aqueles com o menor somatório para os seis indicadores. Dito isso, na tabela abaixo se vislumbra o resultado final para os países aderentes ao modelo.

Tabela 1 – Índice de Riqueza Econômica

	País	Código	Soma	Ranking
	Luxemburgo	LUX	19	1
	Dinamarca	DNK	30	2
	Suíça	CHE	36	3
	Irlanda	IRL	39	4
	Noruega	NOR	46	5
	EUA	USA	51	6
	Países Baixos	NLD	57	7
	Suécia	SWE	59	8
	Austrália	AUS	63	9
	Áustria	AUT	73	10
	Bélgica	BEL	79	11
	Canadá	CAN	85	12
	Alemanha	DEU	87	13
	Finlândia	FIN	92	14
	Japão	JPN	103	15
	França	FRA	109	16
	Israel	ISR	117	17
	Nova Zelândia	NZL	117	18
	Reino Unido	GBR	118	19
	Coréia do Sul	KOR	121	20
	Itália	ITA	146	21
	Eslovênia	SVN	152	22
	República Tcheca	CZE	160	23
	Espanha	ESP	169	24
	Estônia	EST	178	25
	Lituânia	LTU	188	26
	Portugal	PRT	201	28
	Eslováquia	SVK	205	29
	Polônia	POL	207	30
	Letônia	LVA	213	31
	Continua			

Grécia	GRC	247	32
Chile	CHL	254	33
México	MEX	290	34

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial, da OCDE, da CIA e da revista *The Economist*.

Nesse sentido, os países optados para o estudo subsequente, mencionados no início deste capítulo, serão: Luxemburgo, Dinamarca, Suíça, Irlanda, Noruega, EUA e Países Baixos (informalmente chamados de Holanda). A decisão baseou-se no fato de os ditos territórios representarem 20% da amostra, a qual por sua vez corresponde por volta de 20% do total de estados soberanos no globo. Para essas nações foram delegadas cores para representar tais países em figuras adiante, consoante à Tabela 1.

Vale ressaltar que o ano base para a maioria dos dados é 2022, a exemplo do índice *Big Mac*, no qual a amostra utilizada data de janeiro de 2022. Os dados de ativos financeiros, salários médios, produtividade por hora trabalhada, RNB, Poupança e FBCF possuem em sua maioria dados referentes a 2022, sendo que apenas alguns poucos territórios possuem dados com um ano ou dois de defasagem. No que tange ao índice de Gini a dispersão é grande; pois, tanto pela consulta aos dados do Banco Mundial quanto pela apuração feita pelo *Factbook*⁴⁸, houve variações significativas nas datas de amostragem, variando de 2013 à 2022.

Compreendida a metodologia e as métricas que compõem o IRE, é imperioso tratar da metodologia que será utilizada para avaliar o grau de causa e consequência dos dados expostos na seção “indicadores sobre riqueza e prosperidade econômica” do capítulo três com o engendro da riqueza, isto é, com o próprio IRE.

4.2 ANÁLISE DE INDICADORES E ÍNDICES ECONÔMICOS

Evidenciado, pois, anteriormente o critério para a elegibilidade das nações a serem analisadas nesta seção, seguir-se-á verdadeiramente a consolidação dos indicadores explanados no capítulo três e a dedução das causas e efeitos geradores da riqueza nacional. Com o intuito de organizar o estudo, essa seção será dividida em seis seções terciárias: indicadores acerca dos agregados econômicos, do comércio

⁴⁸ Livro de fatos, em inglês. Trata-se de um documento divulgado pela agência de inteligência central estadunidense com dados de diversas naturezas por países.

internacional, do mercado de trabalho, da inovação, do setor público e, inclusive, lançar-se-á mão de outros índices para a análise.

Na tabela abaixo, estão consolidadas todas as métricas investigadas a fim de conceber as causas do processo de prosperidade econômica. A maioria dos dados referem-se ao ano calendário de 2022 ou à média do espaço amostral existente nos sítios de pesquisa. Todavia, certos acervos contavam com alguns números para uma ou outra nacionalidade desatualizados, sendo assim foram utilizados os registros dos anos mais atualizados disponíveis. Igualmente, alguns poucos indicadores possuíam muitos dados faltantes e, por conta disso, não será possível realizar qualquer tipo de inferência. Para determinadas variáveis de confiança ou inflação, foi utilizado o desvio padrão como análise estatística.

Tabela 2 – Indicadores e índices econômicos

Indicadores	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
RNB per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,98	6
FBCF per capita (US\$, 2022)	0,97	5
S per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,95	5
Renda primária líquida recebida per capita (US\$, 2022)	0,92	6
Produtividade econômica (PIB/hora trabalhada, US\$, 2022)	0,91	5
Salários Médios (US\$, 2022)	0,91	5
PIB por pessoa empregada (US\$ 2017 PPP, 2022)	0,90	6
Competitividade (IMD, pontos, 2022)	0,90	5
Ativos financeiros per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,90	5
Índice de desenvolvimento humano (IDH, escala de 0 a 1, 2022)	0,89	4
Gastos com saúde per capita (US\$, 2022)	0,88	4
Infraestrutura (IMD, pontos, 2022)	0,84	5
Recebimentos de propriedade intelectual per capita (US\$, 2022)	0,83	5
Eficiência Empresarial (IMD, pontos, 2022)	0,82	5
IED retiradas per capita (US\$, média)	0,79	5
Migração líquida per capita (número de pessoas, média)	0,76	3
Confiança no governo central (% população, média)	0,76	5
Exportações financeiras e de seguros per capita (US\$, 2022)	0,76	4
Jovens nem trabalhando, nem estudando (% jovens 20-24 anos de idade, média)	0,73	5
Exportações e renda primária per capita (US\$, 2022)	0,73	6
Recebimentos de propriedade intelectual (% PIB, 2022)	0,73	5
Eficiência Governamental (IMD, pontos, 2022)	0,73	5
Artigos científicos per capita (US\$, 2022)	0,72	4
Poder de compra ponderado por Gini (nº mensal de <i>Big Macs</i> passíveis de consumo, 2022)	0,72	4

Continua

BCI (desvio padrão)	0,70	4
Renda primária líquida recebida (% PIB, 2022)	0,68	4
Exportações per capita (US\$, 2022)	0,67	6
Conta corrente (% PIB, média)	0,67	4
Gasto bruto doméstico com P&D per capita (US\$, 2022)	0,67	2
Inflação (anual, desvio padrão)	0,66	4
Performance Econômica (IMD, pontos, 2022)	0,65	4
Conta corrente (% PIB, 2022)	0,65	3
Recebimentos de propriedade intelectual (por km2, 2022)	0,63	4
Horas trabalhadas por trabalhador (horas, 2022)	0,62	4
IED entradas per capita (US\$, média)	0,61	3
Exportações de serviços per capita (US\$, 2022)	0,61	6
Liberdade Econômica (Heritage Foundation, pontos, 2022)	0,60	4
Empréstimos líquidos (% PIB, média)	0,60	4
Exportações de serviços de TI per capita (US\$, média)	0,60	4
IED retiradas (% PIB, média)	0,59	4
Patentes per capita (US\$, 2022)	0,58	1
Inflação (% anual, média)	0,57	2
Renda primária líquida recebida (por km2, 2022)	0,57	4
Exportações de alta tecnologia per capita (US\$, média)	0,55	3
Gasto bruto doméstico com P&D (% PIB, 2022)	0,53	2
IED retiradas (por km2, média)	0,51	4
Exportações financeiras e de seguros (por km2, 2022)	0,50	4
Reservas totais per capita (US\$, 2022)	0,49	3
Empregabilidade (% população, 2022)	0,48	3
Exportações financeiras e de seguros (% PIB, 2022)	0,47	3
Crédito doméstico para o setor privado (% PIB, média)	0,46	3
Exportações de serviços de TI (por km2, média)	0,43	5
Exportações financeiras e de seguros (% exportações de serviços, 2022)	0,41	4
Produtividade por material consumido (PIB/kg, 2022)	0,40	4
Exportações de serviços (por km2, 2022)	0,40	5
Exportações e renda primária (por km2, 2022)	0,39	4
Exportações (por km2, 2022)	0,36	4
Arrecadação com impostos corporativos (% PIB, 2019)	0,36	2
Exportações de alta tecnologia (por km2, média)	0,33	3
IED entradas (por km2, média)	0,32	3
Patentes (por km2, 2022)	0,32	2
Artigos científicos (por km2, 2022)	0,30	3
Exportações de serviços de TI (% PIB, média)	0,28	2
Índice de Gini (escala de 0 a 1)*	0,27	2
Reservas totais (por km2, 2022)	0,26	3
Renda primária líquida (% PIB, 2022)	0,24	2
Exportações de serviços (% PIB, 2022)	0,20	3
Valor doméstico adicionado em exportações brutas (% PIB, 2022)	0,17	1
Patentes (% PIB, 2022)	0,15	1
Exportações e renda primária (% PIB, 2022)	0,14	4
Valor doméstico adicionado em exportações brutas (% PIB, média)	0,14	2

Continua

Renda primária líquida (por km2, 2022)	0,12	1
Renda primária líquida per capita (US\$, 2022)	0,12	2
Termos de troca (número índice, média)	0,09	1
Exportações (% PIB, 2022)	0,09	3
Exportações de alta tecnologia (% PIB, média)	0,02	2
IED entradas (% PIB, média)	-0,09	3
Reservas totais (% PIB, 2022)	-0,25	2
Artigos científicos (% PIB, 2022)	-0,54	0
Trademarks (% PIB, 2021)		
Trademarks per capita (US\$, 2021)		
Trademarks (por km2, 2021)		
Desenhos industriais (% PIB, 2022)		
Desenhos industriais per capita (US\$, 2022)		
Desenhos industriais (por km2, 2022)		
CCI (desvio padrão)		
Imposto estatutário corporativo (% , 2022)		

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial, da OCDE, da CIA, da ONU, da revista *The Economist*, da *Heritage Foundation* e do *International Institute for Management Development* (IMD).

Compreendida a metodologia e as métricas que compõem o IRE, assim como os indicadores os quais comporão o estudo a seguir, é imperioso tratar da metodologia que será utilizada para avaliar o grau de causa e consequência dos dados expostos na seção “indicadores sobre riqueza e prosperidade econômica” do capítulo três com o engendro da riqueza, isto é, com o próprio IRE. Portanto, foi optado pela utilização de métodos estatísticos os quais sejam capazes de dimensionar a similaridade entre os movimentos e o ranqueamento do IRE com as variáveis da Tabela 2.

Com vistas a averiguar a interdependência das variáveis postas acima com o IRE, será utilizada a correlação, ferramenta estatística a qual quantifica o grau de similaridade que duas ou mais séries de dados possuem. Ela será responsável por avaliar se as posições relativas dos países em cada indicador detêm semelhança com as colocações dessas mesmas nações no IRE. Para tanto, cada um dos 34 países estudados foi renomeado para sua posição relativa ao ranking do IRE (exemplos: de Luxemburgo para numeral 1, de Noruega para numeral 5 etc.). Igualmente, o mesmo método é aplicado para as outras métricas, atribuindo números aos nomes dos países. Dessa forma, foi possível testar a correlação das posições entre o IRE e com cada um dos dados econômicos.

Quanto a análise da correlação, sua escala pode variar de -1 (perfeitamente correlacionado negativamente), passando por 0 (indiferente) e, por fim, em 1

(perfeitamente correlacionado positivamente). Ademais, conforme SILVA (2023), os valores entre o intervalo de 0,9 a 1 podem ser considerados de correlação muito forte, enquanto aqueles entre o intervalo de 0,7 a 0,9 possuem correlação forte. Além disso, caso o resultado fique entre o intervalo de 0,5 a 0,7, o valor será considerado de correlação moderada. Por outro lado, se a correlação ficar entre 0,3 a 0,5 ela será considerada fraca e se porventura o resultado ficar dentro do intervalo de 0 a 0,3, logo a correlação será desprezível.

Outrossim, com o fito de somar à análise da correlação, serão avaliados quais serão os sete países mais bem classificados em cada métrica – assim como o IRE –. Caso haja ao menos ou quatro representantes do topo da lista do IRE em alguma das sete primeiras colocações da métrica estudada ou a correlação entre o IRE e a variável em questão seja superior à 0,5, o indicador em questão terá nexos com a gestão da riqueza, podendo ter nexos fortes ou modestos. Para mais informações, vide o ANEXO A.

4.2.1 Indicadores acerca dos agregados econômicos

Nesta seção, serão julgados alguns agregados selecionados de diversos setores econômicos que possuem correlação maior ou igual a 0,5 com o IRE, isto é, algumas das métricas constantes na Tabela 2 não serão mais escopo da análise a seguir. As métricas objetos de estudo estão evidenciadas na Tabela 3 abaixo.

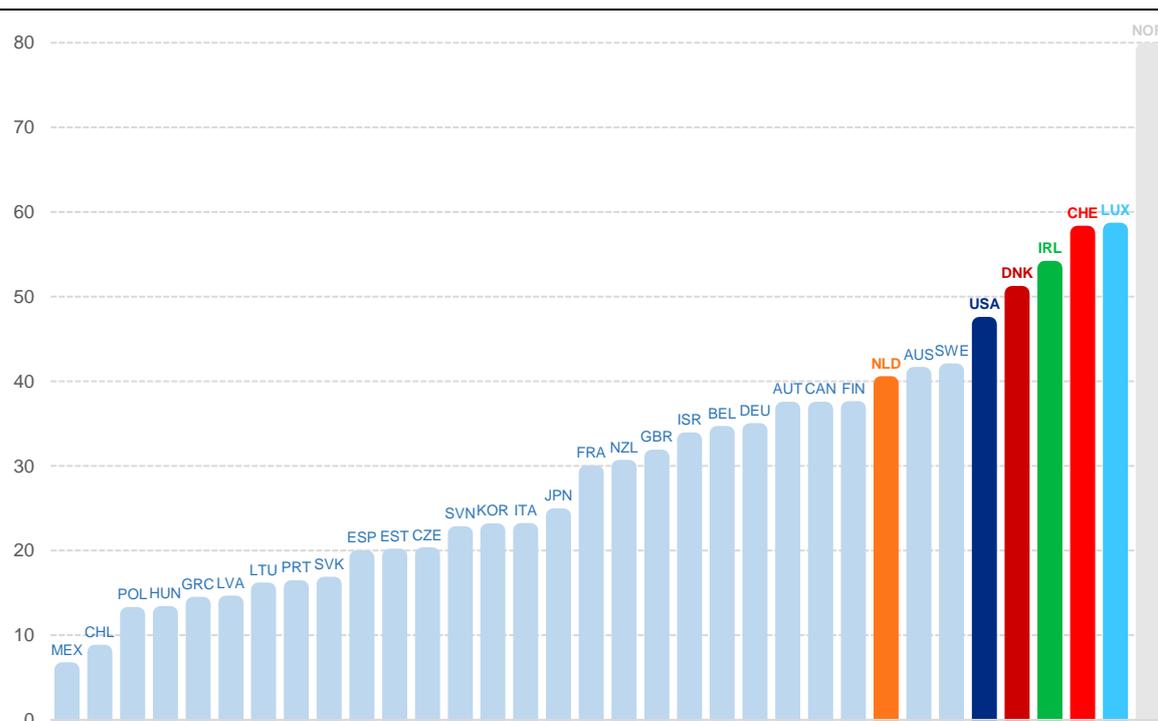
Tabela 3 – Indicadores sobre os agregados econômicos correlacionados ao IRE

Indicadores acerca dos agregados econômicos	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
RNB per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,98	6
FBCF per capita (US\$, 2022)	0,97	5
S per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,95	5
Produtividade econômica (PIB/hora trabalhada, US\$, 2022)	0,91	5
PIB por pessoa empregada (US\$ 2017 PPP, 2022)	0,90	6
Ativos financeiros per capita ponderado por Gini (US\$, 2022)	0,90	5
Gastos com saúde per capita (US\$, 2022)	0,88	4
Inflação (anual, desvio padrão)	0,66	4
Empréstimos líquidos (% PIB, média)	0,60	4
Inflação (% anual, média)	0,57	2

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial e da OCDE.

Além do mais, os dados coletados de fontes diversas serão expostos via gráficos, com o intuito de tangibilizar e aglutinar o maior número de informações possíveis e de uma forma visualmente fácil de leitura. Não obstante, aqui serão postos e analisados os seis indicadores que constituem o IRE, já mencionados no início deste capítulo, a iniciar pela RNB.

Gráfico 2 – RNB per capita ponderada por Gini (em milhares de US\$, 2022)



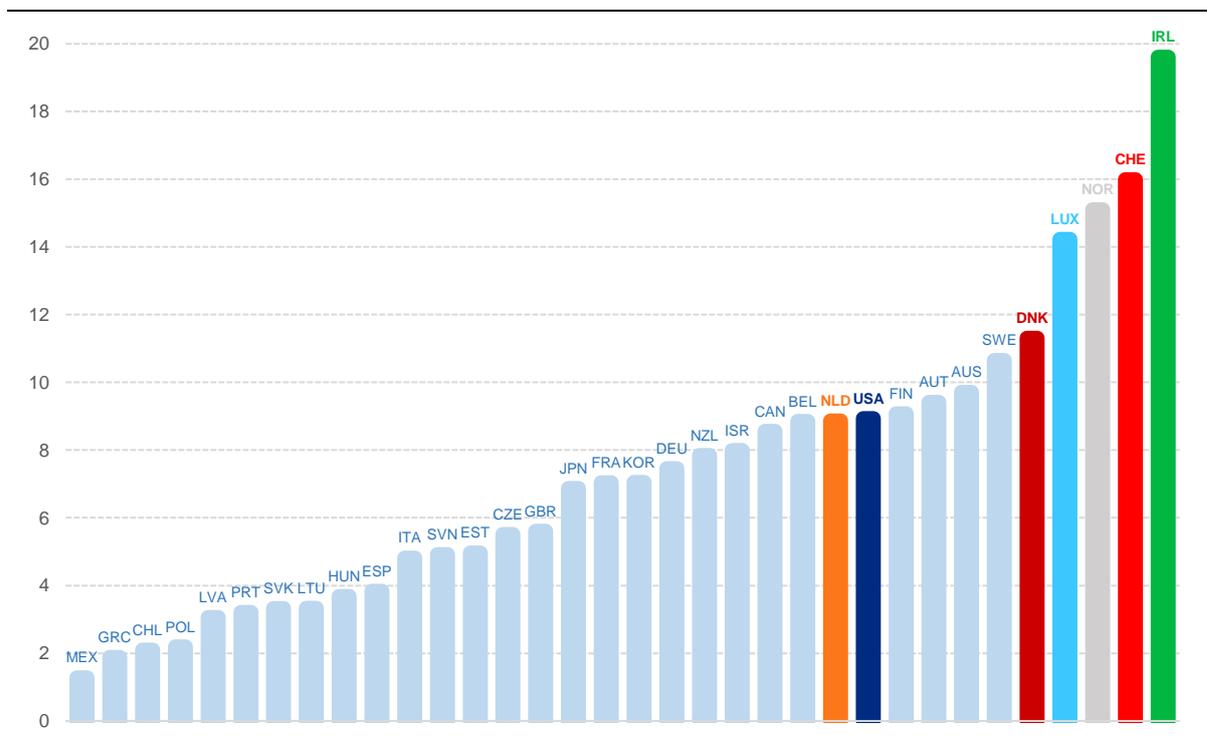
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

À luz do exposto na terceira seção secundária do capítulo três, a RNB não só mede a capacidade de uma economia gerar produto domesticamente, mas também denota o quão bem essa economia é capaz de gerar riqueza fora na nação nativa e reintegrá-la. Dito isso, o somatório agregado das rendas internas e daquelas externas líquidas indica o quão habilidosa a nação em questão é em atrair divisas; e não só, pois, igualmente, uma renda maior significa maior demanda agregada e, portanto, maior validação da satisfação das necessidades individuais dos agentes econômicos.

O indicador referenciado por habitante alude tanto ao fato de quão eficiente as regiões são em gerar produto (produtividade nacional) como também em qual é o potencial de consumo e investimento por pessoa. Ademais, a ponderação por Gini

traz um caráter distributivo dessa renda gerada pelos entes nacionais. Como pode ser visto na Tabela 2, a correlação entre RNB per capita e o IRE é altíssima. Inclusive, seis das sete localidades mais bem posicionadas no IRE assumem ao menos alguma das sete colocações dessa métrica de renda – a exceção dos Países Baixos que ocupam a nona colocação –.

Gráfico 3 – FBCF per capita (em milhares de US\$, 2022)



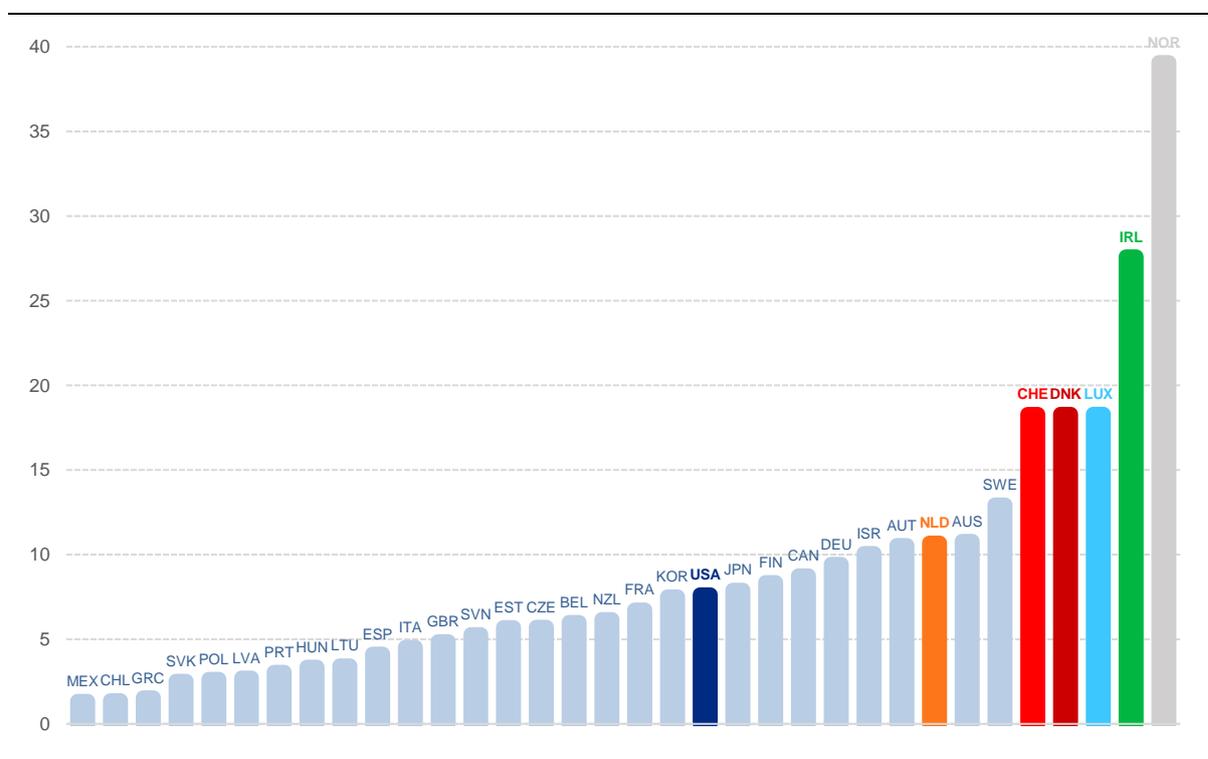
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

O próximo dado mais bem correlacionado com o IRE é a FBCF em termos per capita. Essa métrica quantifica os volumes alocados em investimentos em bens de capitais, construções e edificações, além da formação de culturas agropecuárias. Na verdade, ela fornece uma visualização da ampliação da capacidade produtiva, isto é, da oferta de uma economia – e, caso validada pela demanda efetiva, da criação de riqueza –. Novamente, os valores são a razão pelo número de residentes no país, demonstrando o quanto cada nação no Gráfico 3 aloca em criação de riqueza e renda futura para seus habitantes.

A correlação entre a FBCF e o índice de riqueza referência para esta análise é muito forte, haja vista à Tabela 3. A consequência disso, logo, se traduz no ranking do gráfico acima, em que Irlanda, Suíça, Noruega, Luxemburgo e Dinamarca ocupam da

primeira até a quinta colocação geral, respectivamente. Igualmente, EUA e Holanda também estão bem classificados, o primeiro ocupando a 10ª posição e o segundo a 11ª.

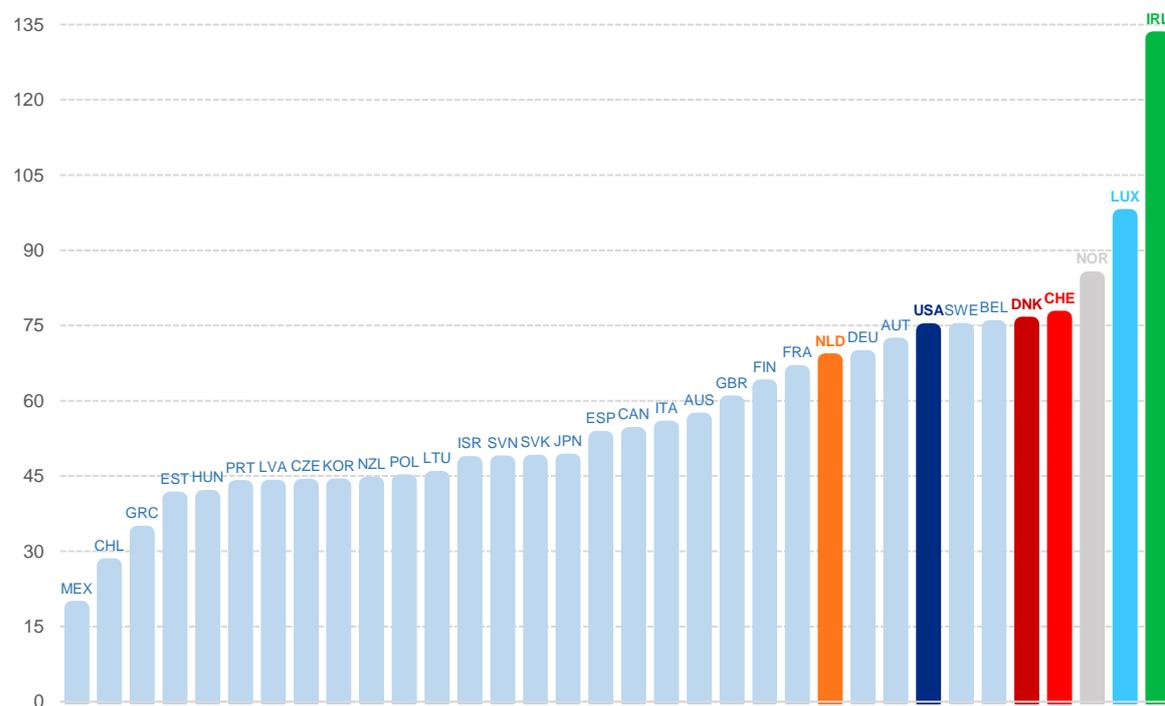
Gráfico 4 – Poupança bruta per capita ponderada por Gini (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No Gráfico 4 são demonstradas as classificações das 34 nações analisadas no tocante à capacidade de acumular capital por habitante. Essa métrica é valiosa na medida em que aponta aqueles países com maiores excedentes financeiros (podendo ser esses valores retidos para fins de precaução ou de investimento), os quais são traduzidos por estoques de capitais que por fim podem ser destinados a ativos reais ou financeiros com vistas a multiplicar e perpetuar esse capital acumulado. A correlação com o IRE é de 0,95 e novamente Noruega, Irlanda, Luxemburgo, Dinamarca e Suíça ocupam as cinco primeiras posições, sendo que a Holanda fica na 8ª e os EUA na 15ª.

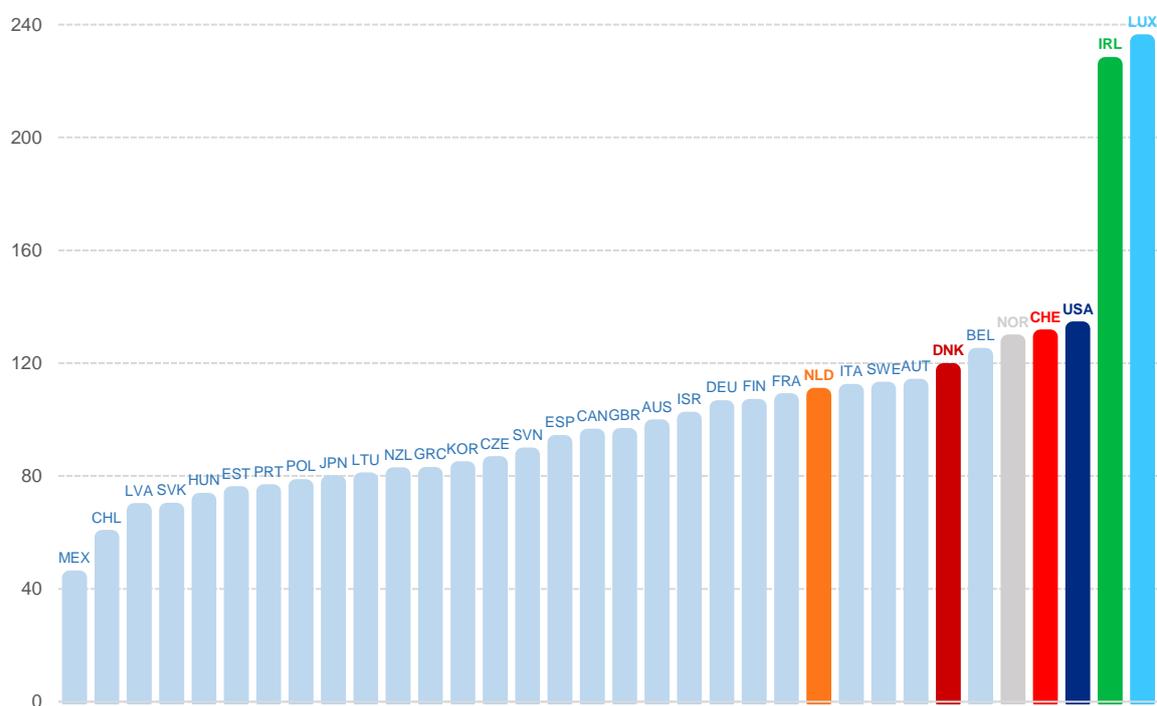
Gráfico 5 – Produtividade econômica (PIB/hora trabalhada, US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

No Gráfico 5 é feita uma análise de produto doméstico gerado em uma economia por unidade temporal (em horas). O tempo é um fenômeno universal e de equivalente distribuição, sendo assim, aquelas nações mais bem ranqueadas solidam sua habilidade em produzir mais com menos, ou seja, suas economias acabam sendo mais eficientes por haver menos desperdícios de tempo nas atividades econômicas. Aqui mais uma vez as cinco primeiras localidades dos indicadores de poupança e formação de capital se repetem na ponta do ranking, apenas em ordem diversa. Os EUA, em 8º, ficam à frente dos Países Baixos, os quais permanecem em 11º.

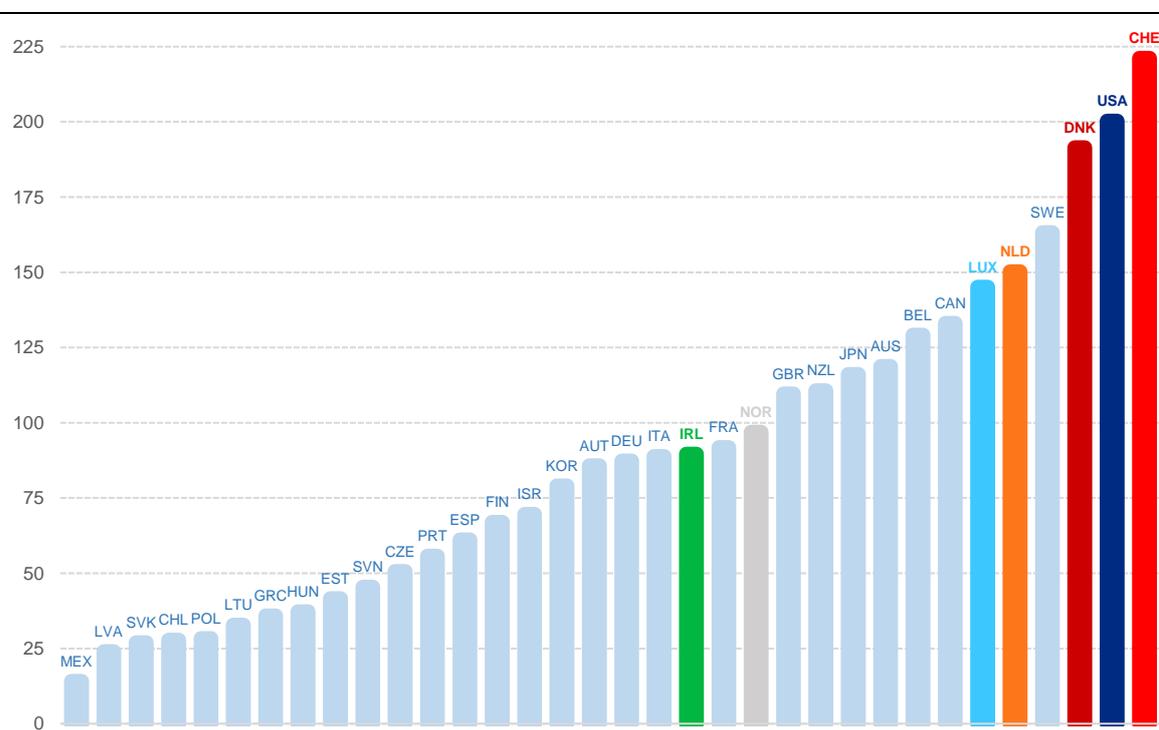
Gráfico 6 – PIB por pessoa empregada (US\$ 2017, PPP, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Já na figura que trata sobre o produto gerado por trabalhador formal empregado pode-se averiguar a capacidade humana e laboral de uma economia em criar valor agregado. As implicações dessa métrica podem levar a crer que as regiões mais bem posicionadas possuem grande eficiência na alocação de sua mão de obra disponível e que seus trabalhadores possuem grande especialização técnica e funcional, aluz de SMITH (2022). No Gráfico 6 apenas a Holanda não ocupa alguma das sete melhores colocações, ocupando a 11ª posição. O PIB por pessoa empregada possui correlação muito forte com o IRE, segundo Tabela 3.

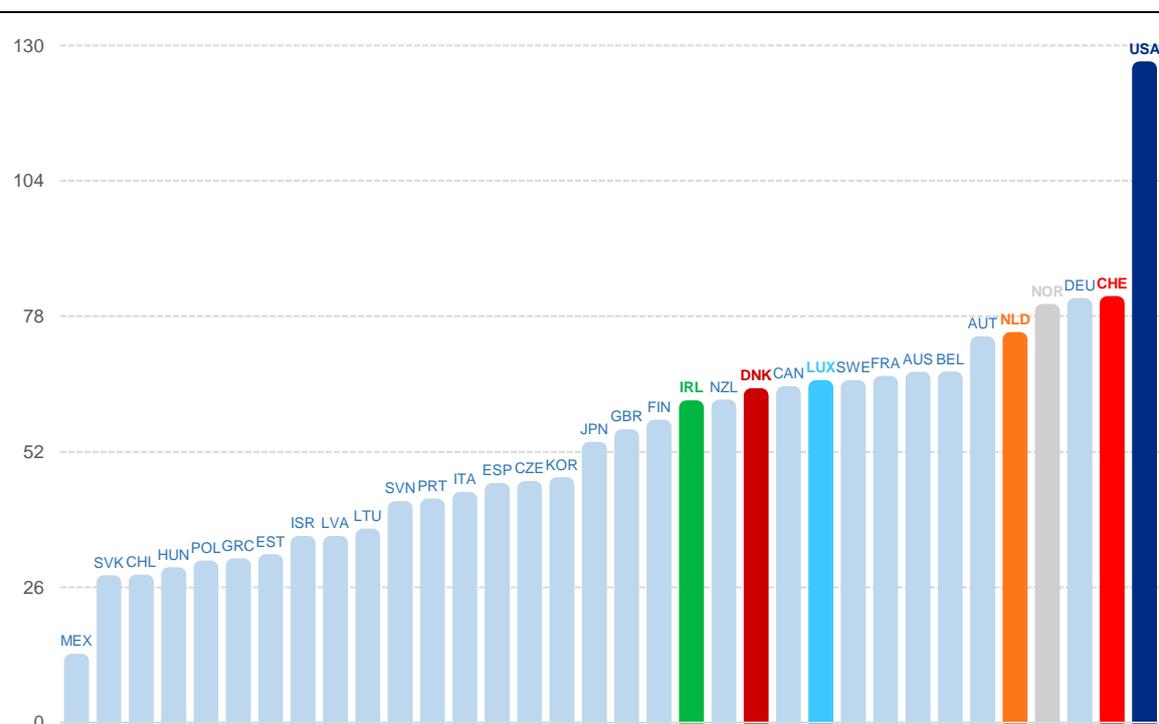
Gráfico 7 – Ativos financeiros per capita ponderados por Gini (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE e do Banco Mundial.

Nesse Gráfico 7 é possível visualizar o estoque de ativos financeiros per capita de uma nação, ponderados pelo índice de Gini. Quanto maior for a quantidade de ativos geradores de renda que um ente possuir naturalmente maior será a sua riqueza. Além disso, essa métrica é consequência da capacidade dos agentes econômicos em criar excedentes de capital ou de multiplicar mais eficazmente os recursos financeiros de uma economia. Ademais, esse indicador possui correlação muito forte com o IRE, de 0,9; inclusive, cinco dos sete mais bem colocados no índice mencionado ocupam algum dos 7 primeiros lugares no ranking de ativos financeiros, pois Noruega e Irlanda ocupam a 13^a e a 15^a posições, respectivamente.

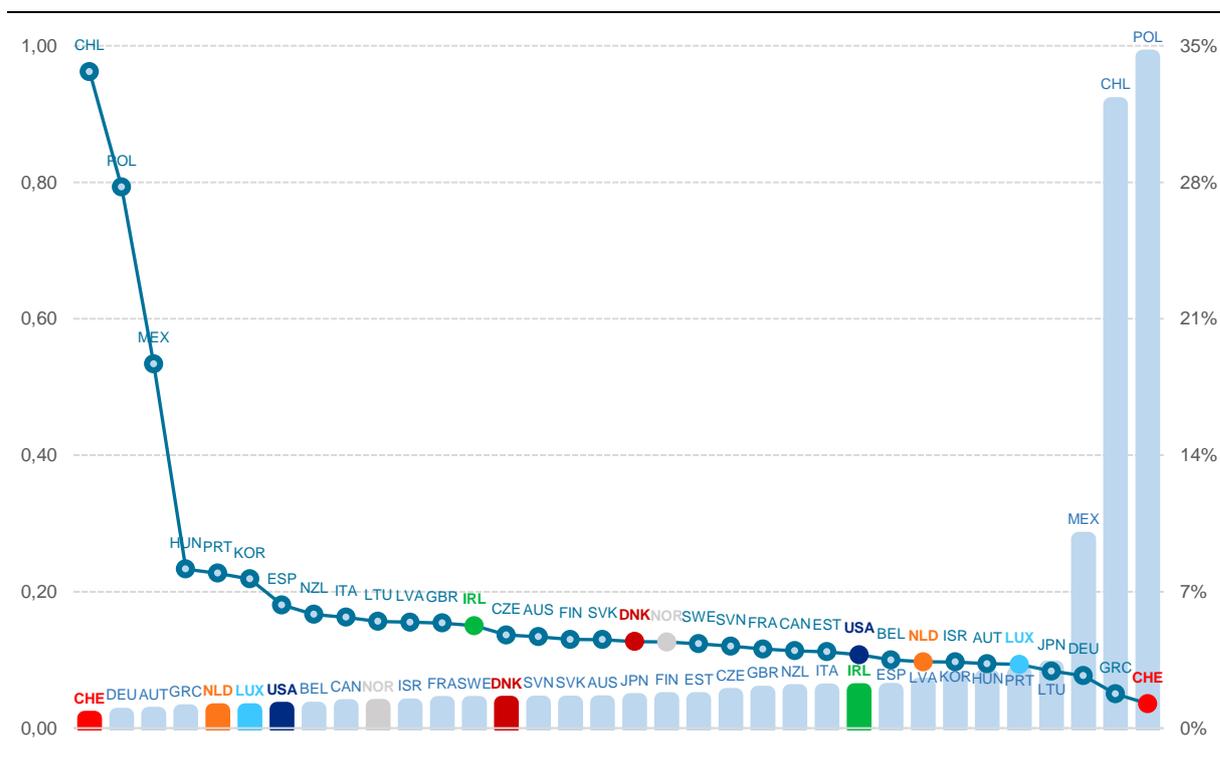
Gráfico 8 – Gastos com saúde per capita (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Os gastos gerais (públicos e privados) com saúde por habitante da localidade denotam a consequência da opulência e a conversão desse “sucesso econômico” em melhor qualidade de vida para a população residente. Não à toa a primeira metade da amostra é quase idêntica a primeira metade dos dados que se referem à RNB per capita. Outro ponto é o fato de a correlação ser forte entre IRE e este indicador, além de quatro dos sete países mais bem posicionados no IRE estarem no top sete desta métrica.

Gráfico 9 – Inflação anual, desvio padrão (coluna à esquerda) e média anual (linha à direita)



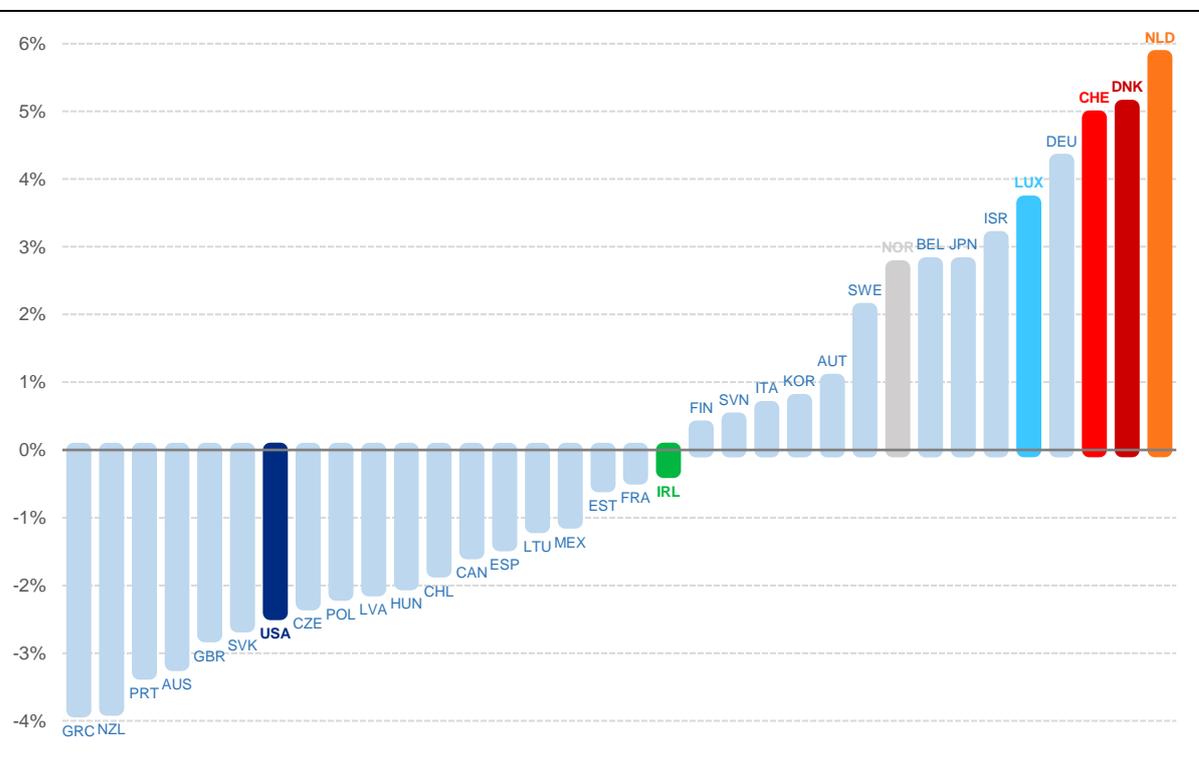
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No Gráfico 9 tem-se dois pontos de vista acerca do mesmo tema: a inflação. A inflação nada mais é do que a perda do poder de compra de uma moeda em função do aumento dos preços de bens e serviços em uma dada economia (SANDRONI, 1999). Portanto, quanto maior for a taxa de inflação maior será a corrosão da renda dos agentes econômicos. Similarmente, na medida em que ocorram oscilações muito amplas nos níveis de preços esses mesmos agentes sofrem com a imprevisibilidade causada pela incerteza com relação aos níveis de preços e taxas de juro no âmbito de realizar aquisições ou investimentos futuros.

Sob a ótica do gráfico de colunas, pode-se vislumbrar as variações sofridas nas taxas de inflação anuais a partir do desvio padrão e baseado no acervo disposto pelo Banco Mundial. Com suporte na inspeção visual, nota-se que Suíça, Países Baixos, Luxemburgo e EUA despontam entre os sete primeiros lugares, seguidos em 10º pela Noruega e 14º pela Dinamarca. Neste indicador, a Irlanda destoa dos demais ficando na segunda metade da amostra. De forma análoga, o padrão quase que se repete por completo no gráfico de linhas, o qual denota as taxas médias anuais de inflação nos

países analisados. Isto posto, conclui-se que os níveis de preços sim possuem relação com a riqueza (na prática, quanto menor ou menos volátil ele for melhor) contudo é uma correlação moderada.

Gráfico 10 – Empréstimos líquidos (% PIB, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

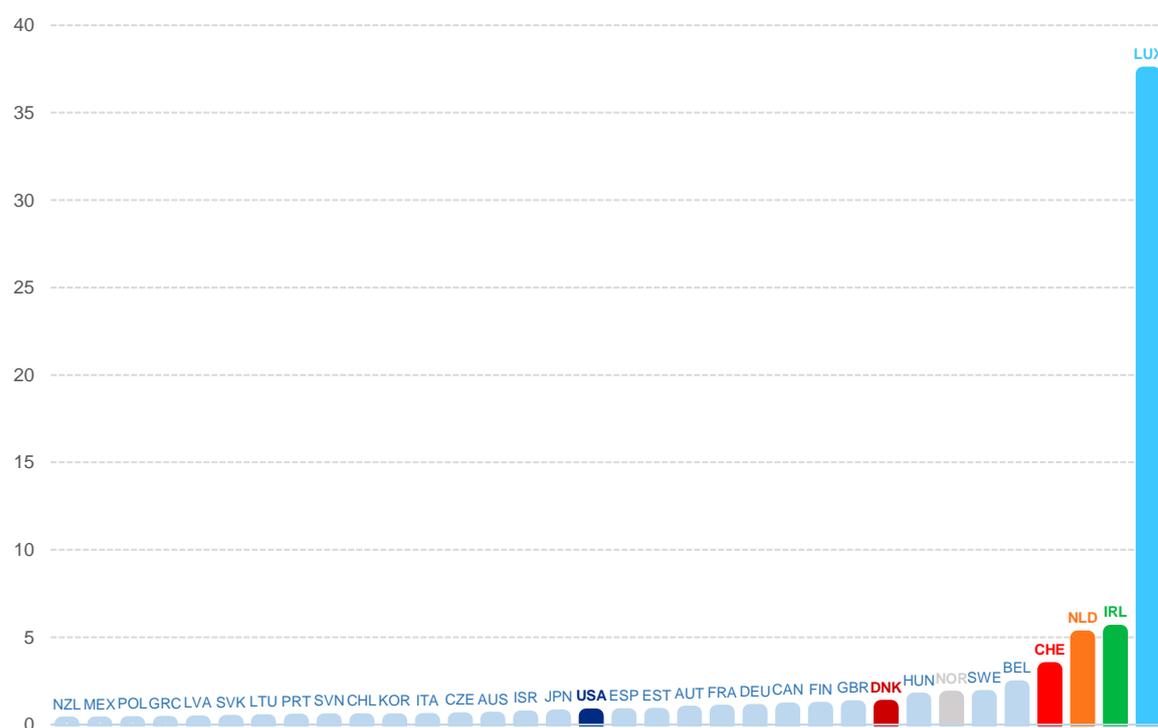
Da mesma forma que a inflação, o indicador de empréstimos líquidos sobre o PIB indicado no gráfico 9 possui correlação moderada com o IRE, baseado na Tabela 3, mesmo havendo quatro representantes dos sete países optados no topo do ranking. Por outro lado, pode-se estabelecer certa relação com riqueza a partir da inspeção visual, havendo cinco dos sete nomes selecionados como agentes econômicos superavitários significativos em relação ao mundo – a exceção de EUA e Irlanda –.

4.2.2 Indicadores acerca do comércio internacional

Da mesma forma que a seção anterior, serão analisados alguns indicadores econômicos que possuem correlação maior ou igual a 0,5 com o IRE, desta vez ligados aos fluxos de comércio internacional. Os dados a serem explanados nessa seção estão contidos na Tabela 4 abaixo.

No Gráfico 11 é exposto o ranking das nações analisadas baseado no indicador de recebimentos de renda primária do exterior, os quais significam efetivamente as rendas auferidas como os pagamentos de salários de trabalhadores no estrangeiro e as receitas de investimentos. De acordo com a Tabela 4, pode-se afirmar que de fato a correlação dessa métrica com o IRE é fortíssima, isto é, acima de 0,9. Outrossim, seis dos sete países optados encontram-se nas sete posições frontais, com os EUA ficando na 13ª colocação. Este indicador é expresso per capita, afinal dessa maneira pode-se identificar a quantidade de rendas por residente ganhadas do exterior e, logo, indica a capacidade de uma dada nação atrair divisas para si.

Gráfico 12 – IED retiradas per capita (em milhares de US\$, média)



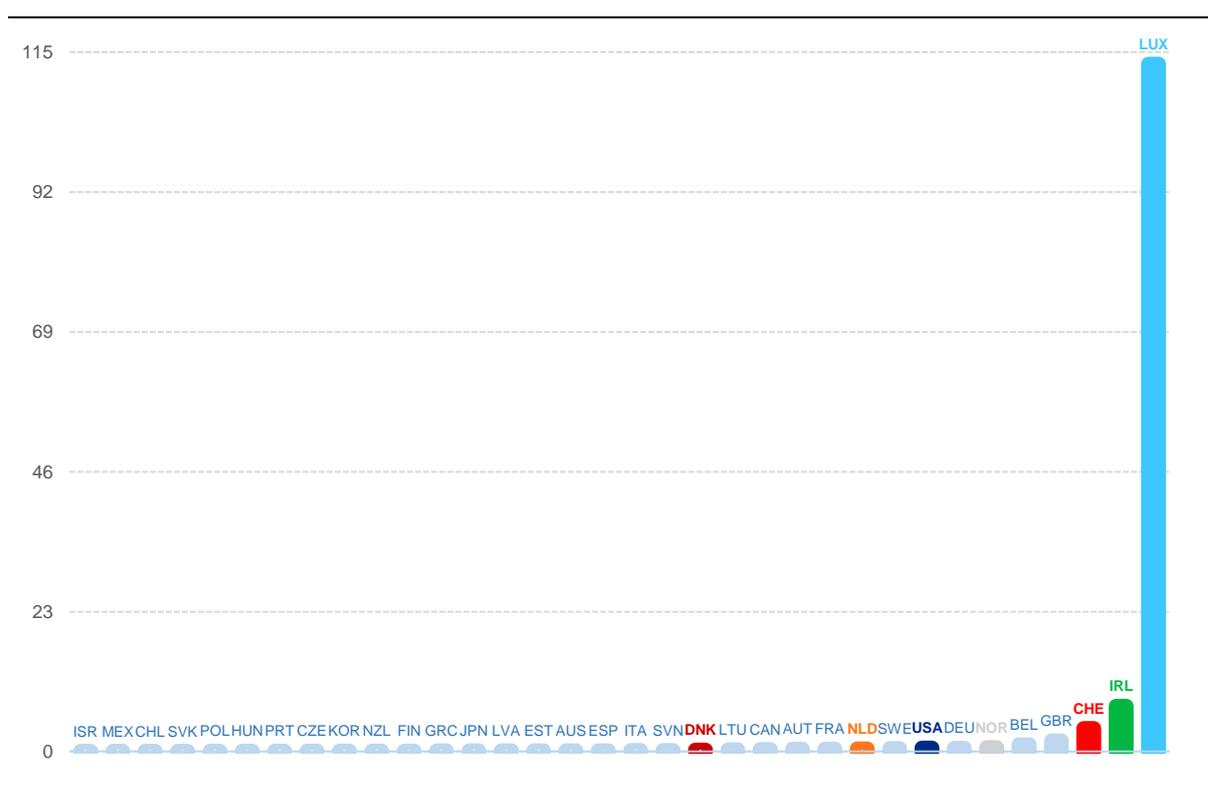
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No tocante ao Gráfico 12, tem-se os valores que representam transações que crescem o patrimônio que os investidores da economia declarante têm em empresas do país de destino (estrangeiras). Esse indicador denota que os países mais ricos do mundo comandam investimentos ligados a participações em empresas localizadas em nações estrangeiras. Posteriormente, essas nações recebem as rendas provenientes de lucros, juros ou outros pagamentos referentes a resultado da atividade empresarial, conforme gráfico predecessor. Os valores são expressos per capita, dessa maneira

eles informam o investimento proporcional aos entes econômicos individuais de uma nação e sua capacidade de comandar trabalho.

Além do mais, cinco dos sete países mais bem ranqueados no IRE preenchem ao menos algum dos sete primeiros lugares no indicador de saídas de investimentos. A Dinamarca ocupa a 9ª colocação e os EUA 18ª. A correlação com o índice proposto para a riqueza é forte, à luz da Tabela 4.

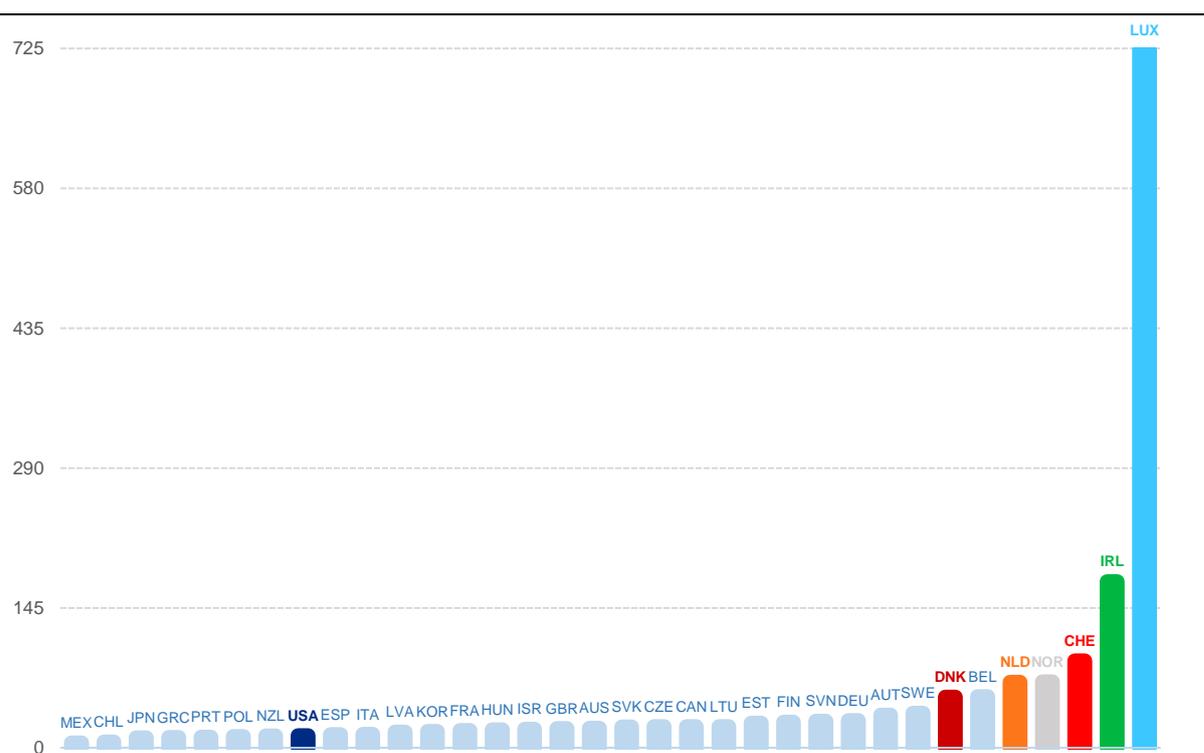
Gráfico 13 – Exportações financeiras e de seguros per capita (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Aqui, no Gráfico 13, pode ser observado as colocações das nações em relação às exportações literalmente de “dinheiro”. Conforme Tabela 4, a correlação com o IRE é forte, fato esse evidenciado por todas as nações selecionadas estarem na primeira metade do gráfico e, ademais, com quatro representantes nas sete primeiras posições nesse ranking per capita. Vale ressaltar as posições de Luxemburgo e da Suíça, nações estas com grande penetração do setor financeiro em seu PIB (OECD, 2023).

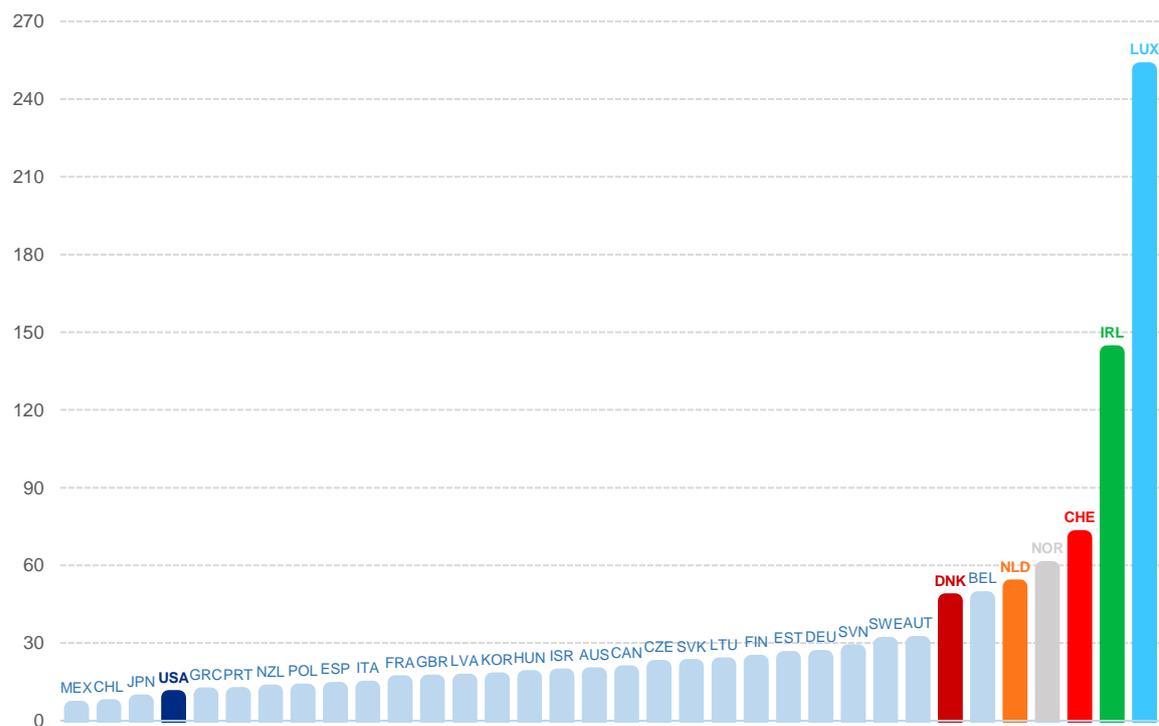
Gráfico 14 – Exportações e renda primária per capita (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Já no Gráfico 14 tem-se a classificação conforme o somatório das exportações totais de bens e serviços com a renda primária do país, indicadores esses somados que dão a real dimensão dos recebimentos de divisas com o exterior com produtos, serviços ou mesmo remuneração do capital acumulado. Os dados são consolidados por pessoa, novamente com o intuito de incluir a produtividade econômica desses países na pauta. A partir da análise da Tabela 4 e também da imagem acima, torna-se relevante salientar a concentração nas primeiras colocações de seis dos países optados retirados do IRE. A exceção fica com os EUA que ocupam uma posição na segunda metade da amostra de dados.

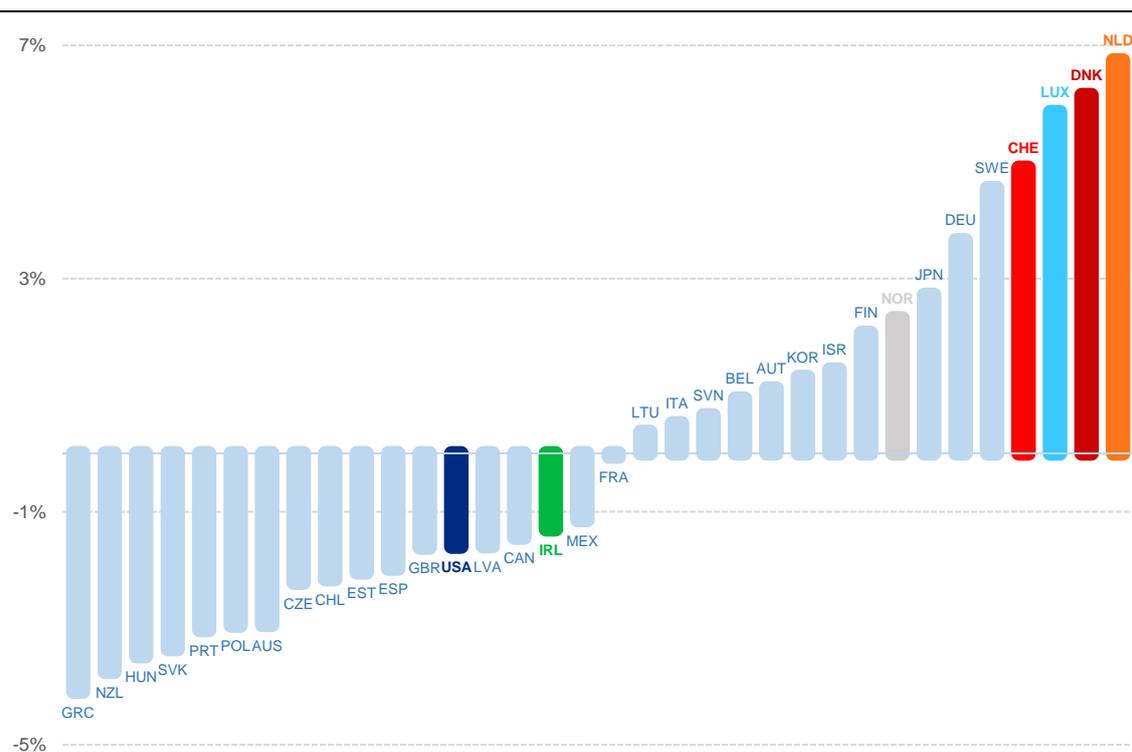
Gráfico 15 – Exportações per capita (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No Gráfico 15, tem-se apenas as exportações per capita e a imagem traduz-se com semelhança em relação ao gráfico anterior; afinal, os mesmos seis territórios Luxemburgo, Irlanda, Suíça, Noruega, Holanda e Dinamarca ocupam a ponta da figura em questão. Por conta disso, os países com maior saldo de exportação por habitante detém certa correlação com a geração da riqueza, apropriando-se do mercado de escala oferecido pelo comércio internacional.

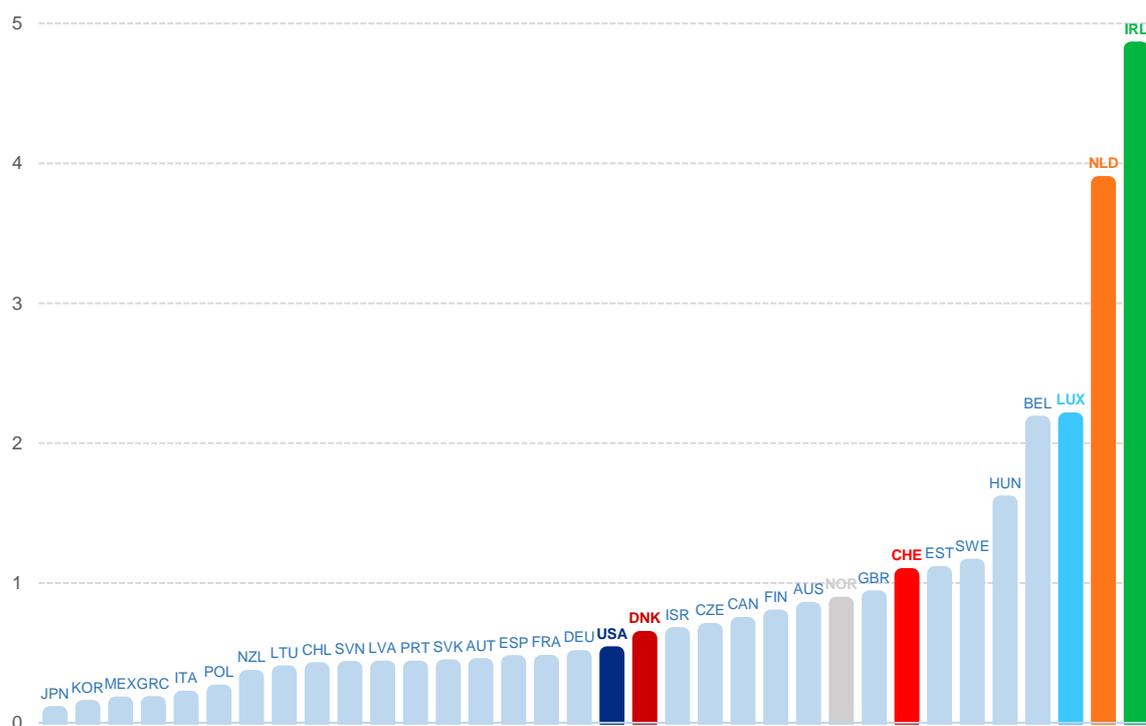
Gráfico 16 – Conta corrente (% PIB, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

No tocante ao próximo indicador, é investigada a relação entre a exposição e, também, se ela é superavitária ou deficitária, da conta corrente sobre o PIB nacional. É na conta corrente que são registradas as transações internacionais envolvendo os produtos e serviços, sendo que esse indicador pode demonstrar como determinados países se beneficiam do comércio internacional e quanto esse fenômeno agrega de valor ao seu produto agregado. Segundo a inspeção visual e a Tabela 4, percebe-se certa similaridade desse indicador e com a riqueza, afinal Países Baixos, Dinamarca, Luxemburgo, Suíça e Noruega assumem posições de destaque. A exceção fica com os EUA e a Irlanda com déficits nessa conta.

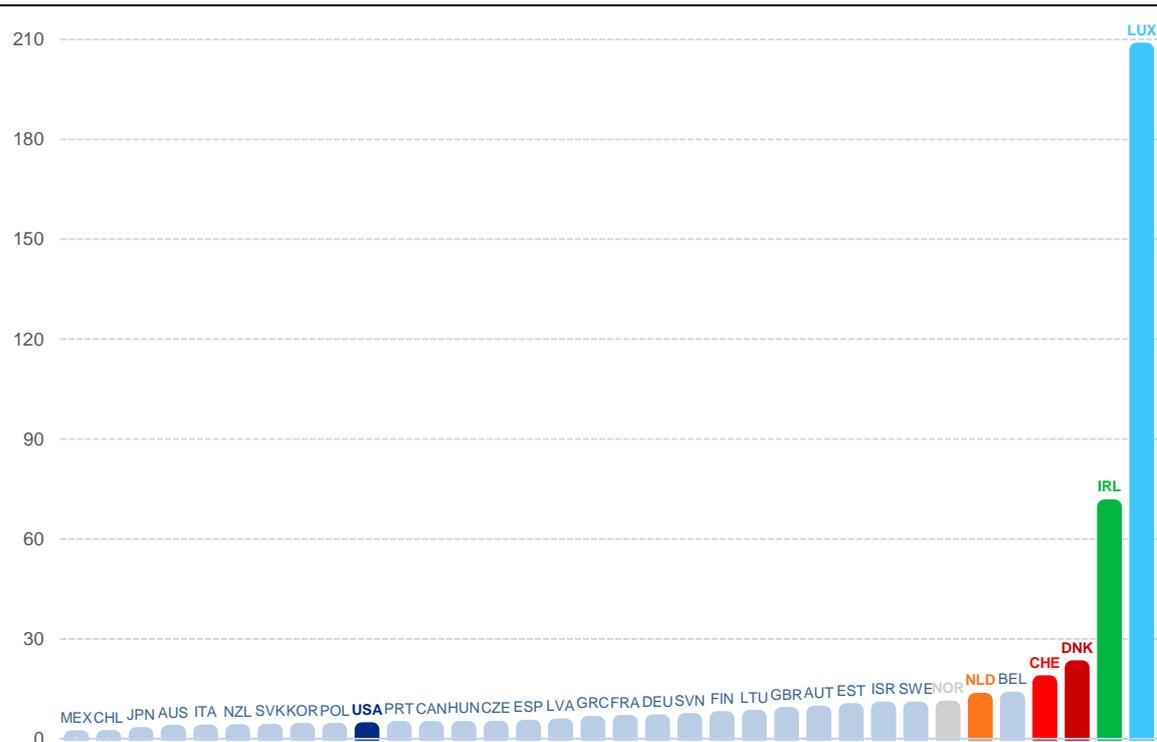
Gráfico 17 – IED entradas per capita (em milhares de US\$, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No Gráfico 17 tem-se os valores para as entradas de investimentos externos per capita. De forma menos correlata que as saídas de investimento para outros territórios – demonstrada no Gráfico 11 – é possível visualizar três das sete nações optadas no top sete desta métrica e a correlação, com base na Tabela 4, é modesta. Suíça, Noruega, Dinamarca e EUA não chegaram às primeiras sete posições, contudo ainda assim ficaram na primeira metade da amostragem. As entradas de investimento estrangeiro direto representam o aporte de capitais externos em participações de negócios nativos dos países em questão de no mínimo 10%.

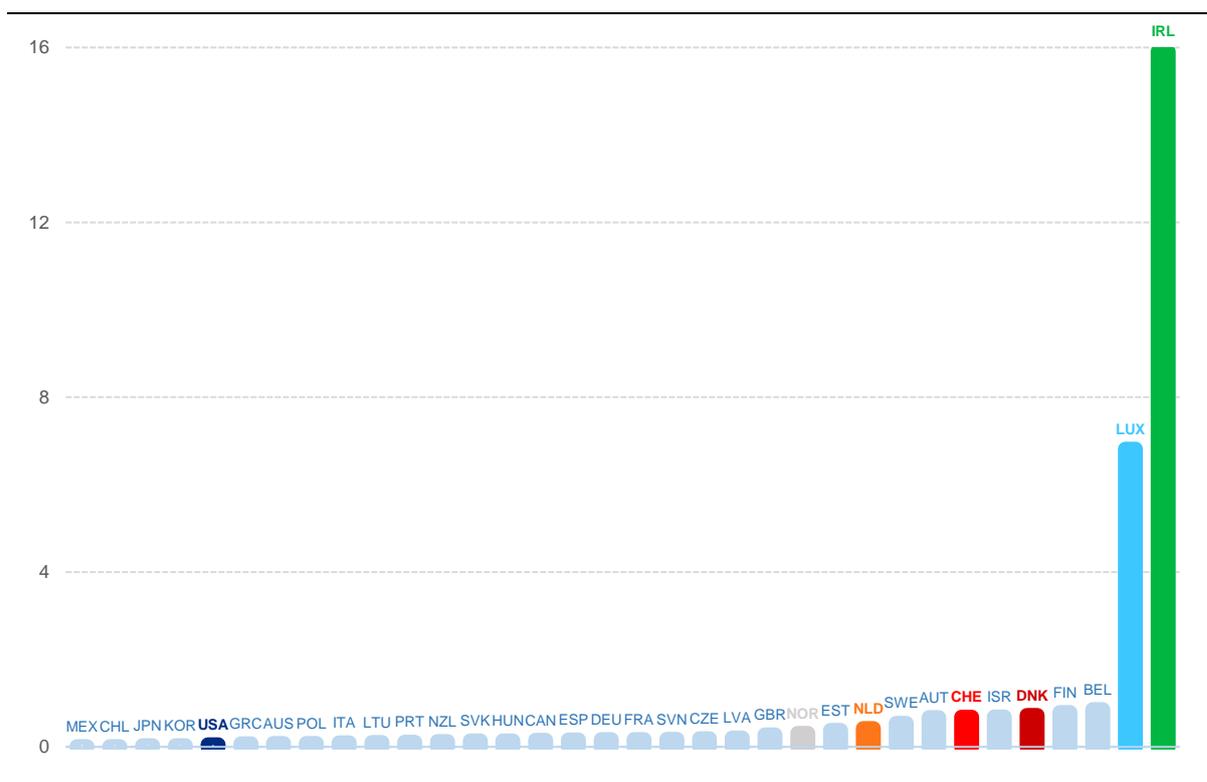
Gráfico 18 – Exportações de serviços per capita (em milhares de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Diferentemente do indicador anterior, no Gráfico 18 pode-se depreender uma forte posição na dianteira das nações selecionadas com seis de seus representantes em algumas das sete primeiras posições, à exceção dos EUA, o maior país em termos populacionais da amostra (WORLD BANK, 2022). Esse indicador denota que as nações mais prósperas do mundo possuem alta especialização na venda externa de seus serviços per capita. A correlação é moderada, tendo em vista a Tabela 4.

Gráfico 19 – Exportações de serviços de TI per capita (em milhares de US\$, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Em seguida, pode-se perceber que os dados do Gráfico 19 são mais esparsos e possuem correlação moderada e menos nações das optadas na dianteira, quatro delas mais precisamente. Nesse caso, apenas os EUA ficam deslocados da dianteira, pois Holanda e Noruega mesmo não estando nas primeiras sete posições ainda assim detêm lugares de destaque. O indicador em questão trata da exportação de serviços e produtos ligados à comunicação e à tecnologia da informação por indivíduos das referidas nações, métrica essa que possui preponderância econômica a partir do advento da internet e de seus subprodutos.

Consoante à análise dos indicadores inseridos nessa seção, fica evidente que a penetração das nações no comércio internacional e os recebimentos oriundos dele detêm correlação com a profusão dos produtos e serviços de uma nação. Aliás, a métrica com a maior semelhança com o IRE dessa seção, os recebimentos de renda primária por residente, e a seguinte, as retiradas de investimento direto estrangeiro per capita, aludem a seguinte reflexão: a capacidade empresarial e de capitais de uma dada localidade é determinante a fim de atingir os afluxos supramencionados.

Tabela 5 – Presença dos países optados na *Fortune Global 500* (2022)

País	Nº Empresas	Receita (milhões de US\$)	Receita/capita (US\$)	Receita (% PIB)
EUA	124	11.217.290	33.656,49	44,05%
Suíça	14	810.731	92.446,40	100,37%
Países Baixos	10	497.906	28.125,37	50,24%
Irlanda	3	111.631	21.944,42	21,09%
Dinamarca	2	90.775	15.377,68	22,96%
Noruega	1	90.924	16.661,51	15,70%
Luxemburgo	1	76.571	117.661,43	93,07%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da *Fortune Global 500* e *World Bank*.

Posto isso, o ranking da *Fortune Global 500* concretiza a argumentação anterior acerca do valor de se criar uma capacidade e capilaridade empresarial robusta ao redor do mundo. Segundo *Fortune* (2023) e à luz da Tabela 5 acima, todos os sete países optados possuem ao menos uma empresa dentre as quinhentas maiores empresas do mundo quando o assunto é faturamento. Na lista de 2022, EUA possui 124 companhias, Suíça detém 14 empresas, Países Baixos por sua vez possuem 10, Irlanda 3 empresas, Dinamarca possui 2 negócios e Noruega e Luxemburgo são o país sede de 1 companhia presente na lista cada. Esse fator enunciado corrobora a tese de que companhias exportadoras ou atratoras de receitas internacionalmente são um dos recursos chave com o fito de enriquecer as nações.

4.2.3 Indicadores acerca do mercado de trabalho

Nesta seção serão abordados e verificados os dados em comum com o tema de mercado de trabalho. A seguir, tem-se a Tabela com a correlação e o número de países optados nas sete primeiras colocações para cada indicador objeto de estudo.

Tabela 6 – Indicadores sobre o mercado de trabalho correlacionados ao IRE

Indicadores acerca do mercado de trabalho	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
Salários Médios (US\$, 2022)	0,91	5
Migração líquida per capita (número de pessoas, média)	0,76	3
Jovens nem trabalhando, nem estudando (% jovens 20-24 anos de idade, média)	0,73	5

Continua

Poder de compra ponderado por Gini (nº mensal de <i>Big Macs</i> passíveis de consumo, 2022)	0,72	4
Horas trabalhadas por trabalhador (horas, 2022)	0,62	4

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial, da OCDE, da CIA e da revista *The Economist*.

A partir de agora serão apresentadas às figuras segmentadas. Em sintonia com a Tabela 6, pode-se perceber que apenas um dado dispõe de correlação moderada e um deles apresenta correlação fortíssima, o qual é o enfoque do parágrafo a seguir.

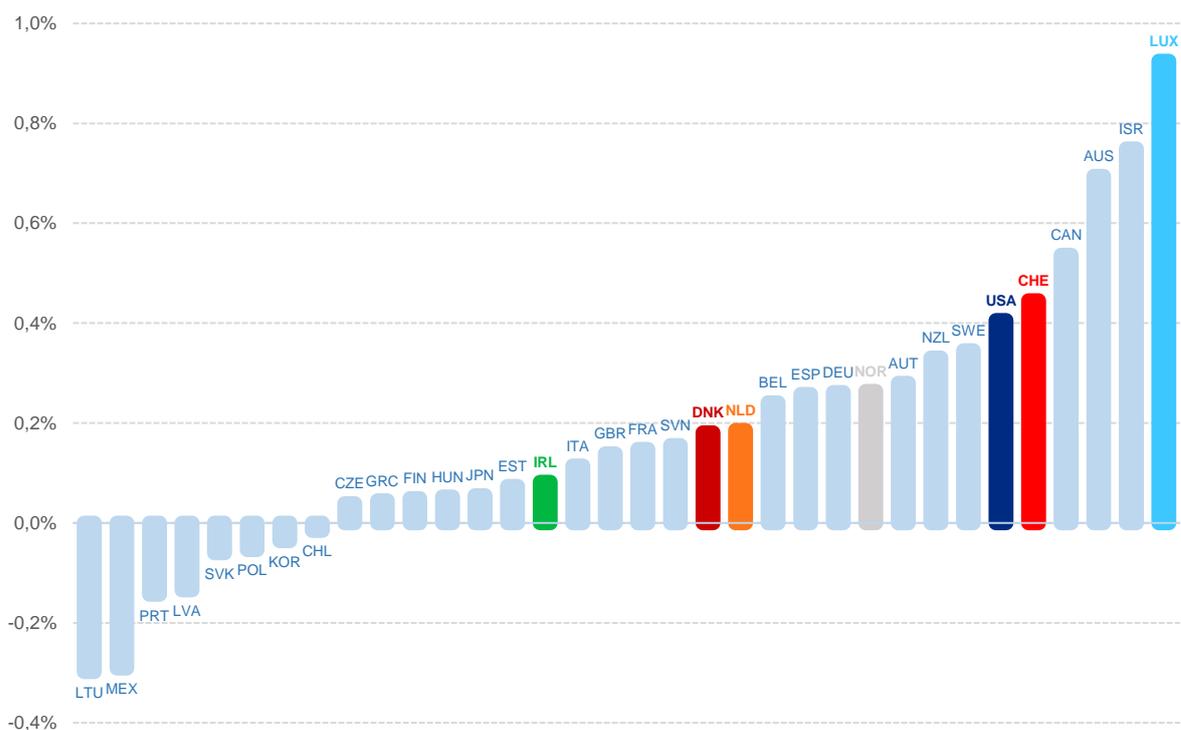
Gráfico 20 – Salários Médios (em milhares de US\$, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Com base no Gráfico 20, tem-se como desdobramento da riqueza de fato uma faixa salarial média maior; pois há significativa concentração das nações optadas na parte superior do ranking. Nesse indicador, cinco dos países seletados (Luxemburgo, EUA, Suíça, Dinamarca e Países Baixos) assumem a dianteira, com Noruega em 12º e Irlanda em 13º. Decerto, uma renda maior paga aos trabalhadores se repercute em maior capacidade de criar consumo e produto, consequentemente.

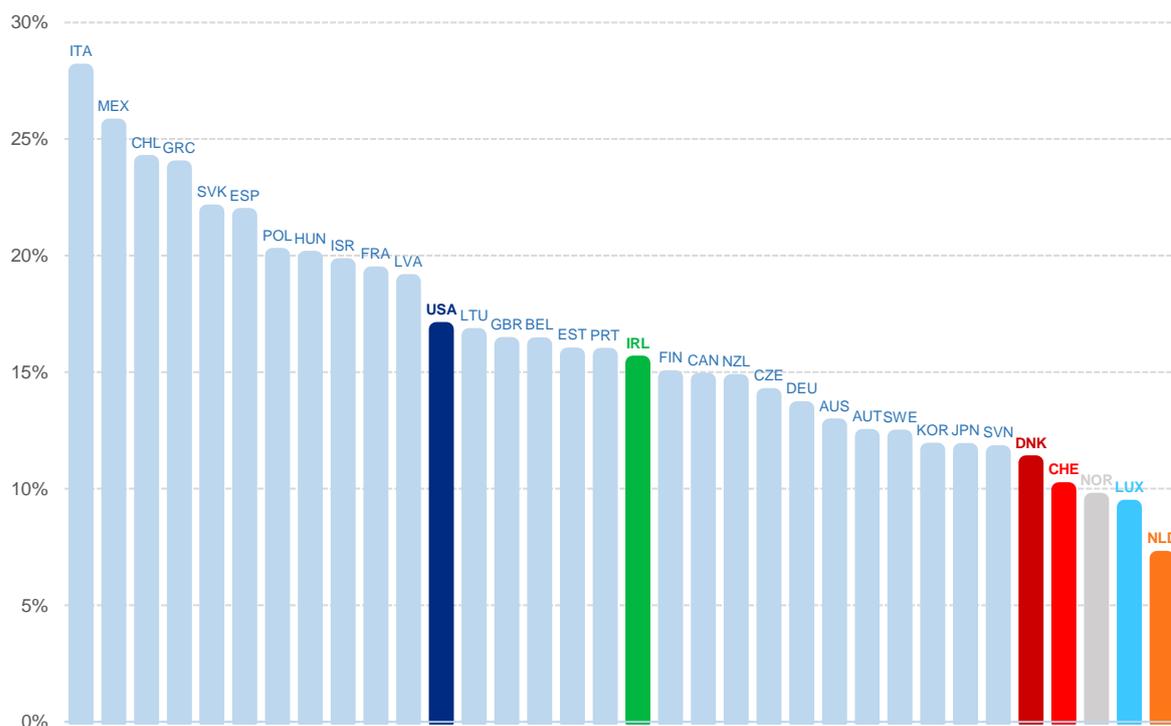
Gráfico 21 – Migração líquida per capita (número de pessoas, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Outro indicador relevante para a análise é o fluxo de imigração populacional para as referidas nações. Quanto maior for a entrada de líquida de novos residentes sobre o montante populacional prévio, maior tenderá a ser a demanda agregada geral da economia. A correlação aqui é forte conforme Tabela 6, mesmo havendo apenas três representantes da já mencionada lista com sete países seletados. Contudo, todos os sete posicionam-se com fluxos de imigração positivos, na média.

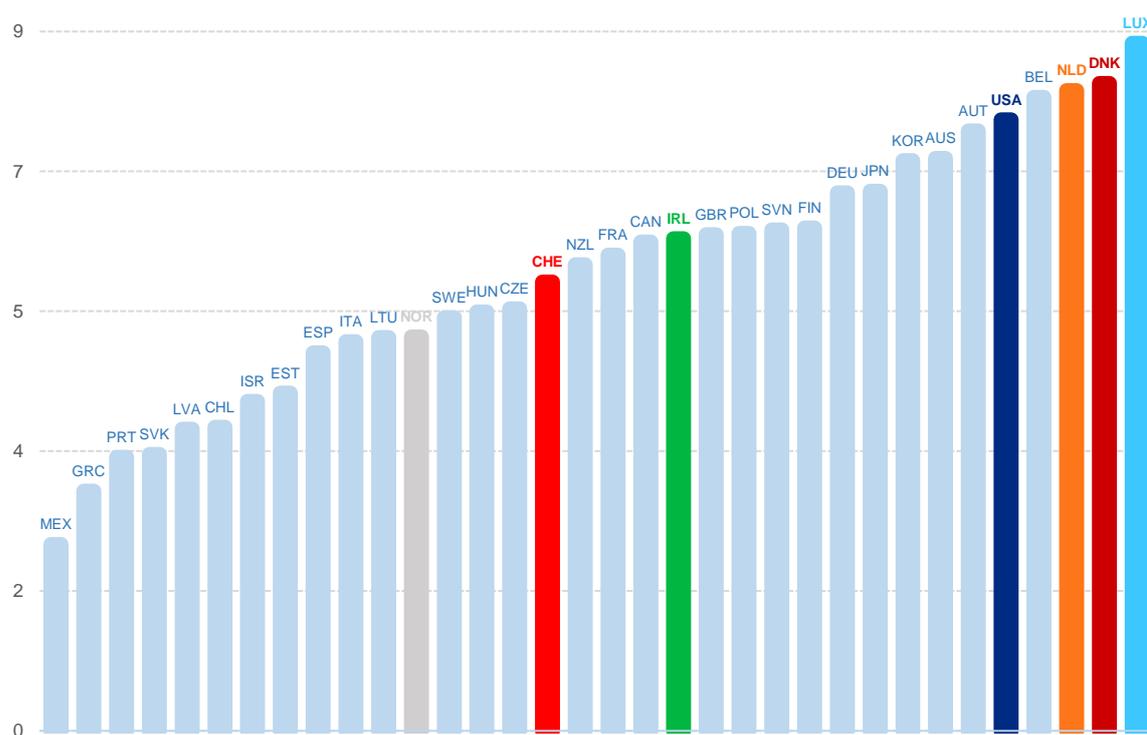
Gráfico 22 – Jovens nem trabalhando, nem estudando (% jovens 20-24 anos de idade, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Quando se trata de mercado de trabalho, a dedução demonstra que os países top 7 no IRE tendem a apresentar uma cultura mais pró-trabalho e estudo em relação aos demais membros da OCDE. No compilado expresso pelo Gráfico 22, depreende-se que existe correlação entre as nações mais ricas serem aquelas em que os jovens se interessam mais, seja qual for o motivo, por atividades produtivas. Além disso, resultados baixos no índice de jovens nem estudando e nem trabalhando são sinais, com efeito, da pujança econômica e tecnológica.

Gráfico 23 – Poder de compra ponderado por Gini (nº mensal de *Big Macs*, em centenas, passíveis de consumo por salário médio, 2022)

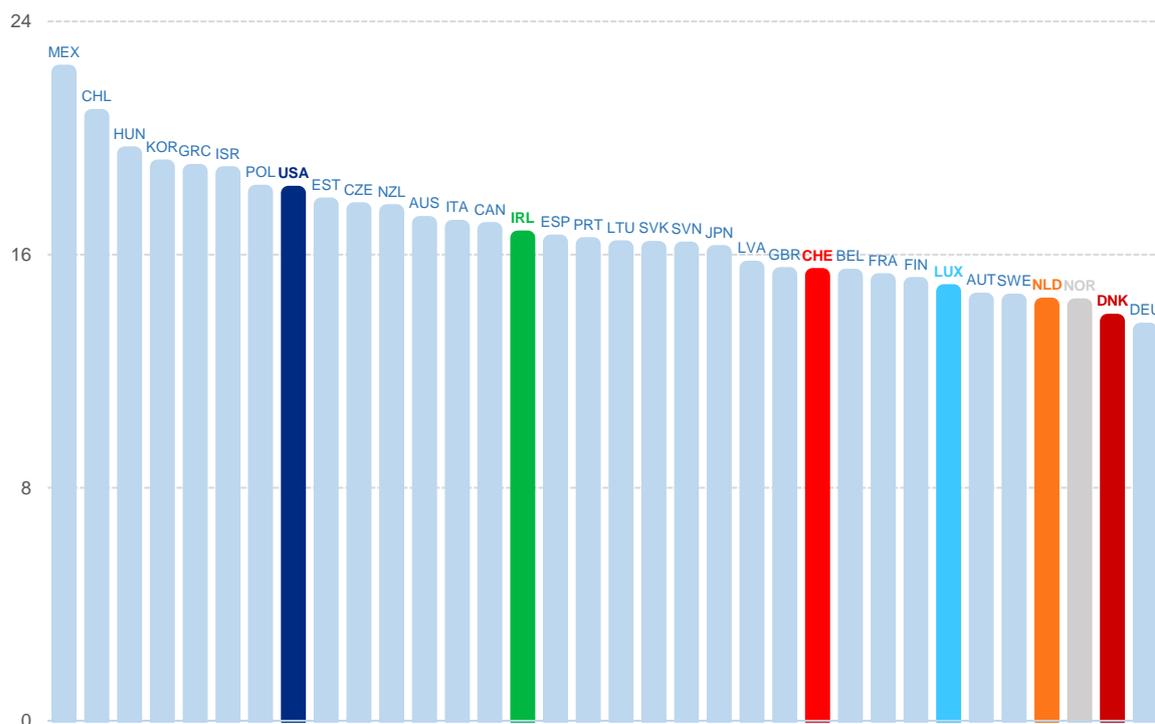


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE e da *The Economist*.

Nesse Gráfico número 23 é posto em perspectiva o poder de compra médio de um cidadão ponderado pelo índice de Gini baseado na quantidade de *Big Macs* que podem ser consumidos mensalmente de acordo com a faixa salarial de cada ente governamental. A predileção foi basear essa análise utilizando o comparativo dos preços internacionais desse hambúrguer por conta de que a cadeia de fornecimento é global, apresentando, em tese, um custo similar em cada nação apresentada.

De acordo com a figura acima e a Tabela 6, quatro das sete nações optadas ocupam ao menos alguma das sete primeiras posições em poder de compra, em outras palavras, maior potencial de consumo. Pode-se inferir que na Noruega, Suíça e Irlanda de fato a riqueza é elevada, mas os preços do bem igualmente os são. Aliás, a correlação é forte, sendo que Luxemburgo, Dinamarca, Holanda e EUA despontam à frente.

Gráfico 24 – Horas trabalhadas por trabalhador (horas em centenas, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Neste dado, o qual trata da quantidade de horas laborais por ano e também por trabalhador, pode-se deparar com uma correlação menor com o IRE – à luz da Tabela 6 –. Os dados são mais esparsos se tratando das sete nações optadas, mesmo assim existem quatro integrantes da lista nas sete primeiras posições. Essa métrica sugere que as nações mais abonadas tendem em certa medida trabalhar menos, ou seja, são mais produtivas ao alocar seu capital humano.

4.2.4 Indicadores acerca do processo de inovação

Abaixo, na Tabela 7, são elencados os indicadores que de certa forma são representativos na construção riqueza. A análise é feita por contagem dos top 7 em relação aos sete países seletados do IRE e também da similaridade de colocações com esse último indicador, sob o parâmetro da correlação.

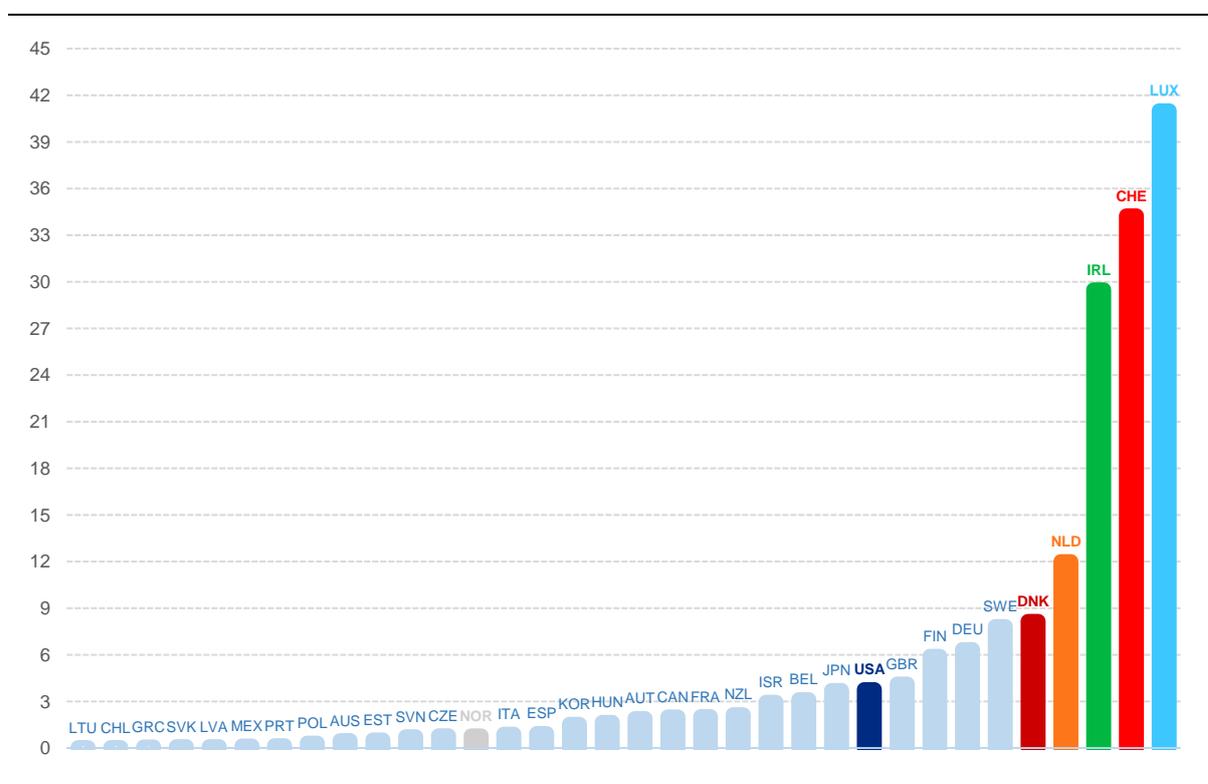
Tabela 7 – Indicadores sobre a inovação correlacionados ao IRE

Indicadores acerca da inovação	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
Recebimentos de propriedade intelectual per capita (US\$, 2022)	0,83	5
Artigos científicos per capita (US\$, 2022)	0,72	4
Gasto bruto doméstico com P&D per capita (US\$, 2022)	0,67	2
Patentes per capita (US\$, 2022)	0,58	1
Exportações de alta tecnologia per capita (US\$, média)	0,55	3

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial e da OCDE.

Desta vez nenhum indicador apresentou correlação muito forte, tendo a maior parte similaridade modesta. A seguir, expõe-se o indicador mais representativo desta categoria.

Gráfico 25 – Recebimentos de propriedade intelectual per capita (em centenas de US\$, 2022)



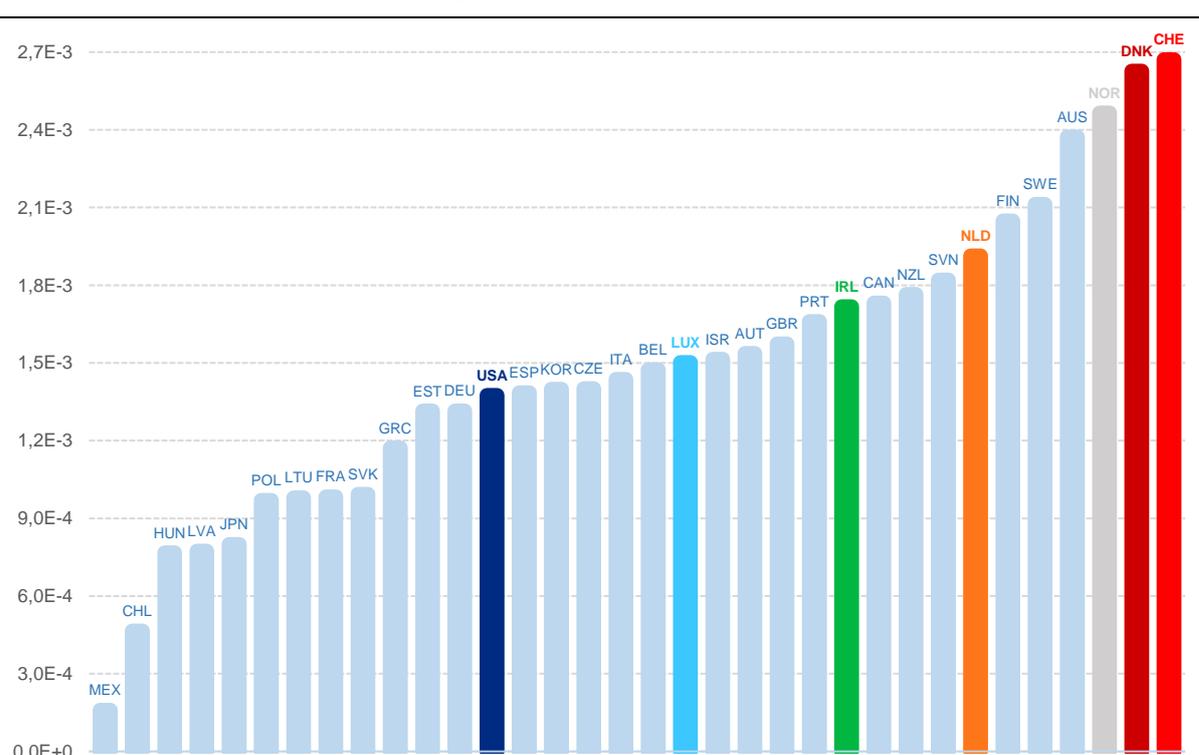
Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

Com vistas ao Gráfico 25, infere-se que na prática os recebimentos advindos do uso autorizado da exploração comercial de direitos de propriedade e autorais como patentes, marcas registradas, designs industriais, obras literárias e cinematográficas,

licenciamento de softwares e franquias, por exemplo, corroboram para o fomento do processo de enriquecimento nacional ao denotar uma renda propriamente proveniente da criatividade e das inovações sejam elas dos mais diversos campos econômicos.

Esse indicador, expresso em termos per capita, possui forte correlação com a opulência geral, visto que a correlação é forte conforme a Tabela 7. Outrossim, nota-se que cinco dos sete estados soberanos optados assumem a dianteira da figura, enquanto EUA fica em 10º lugar e Noruega em 22º.

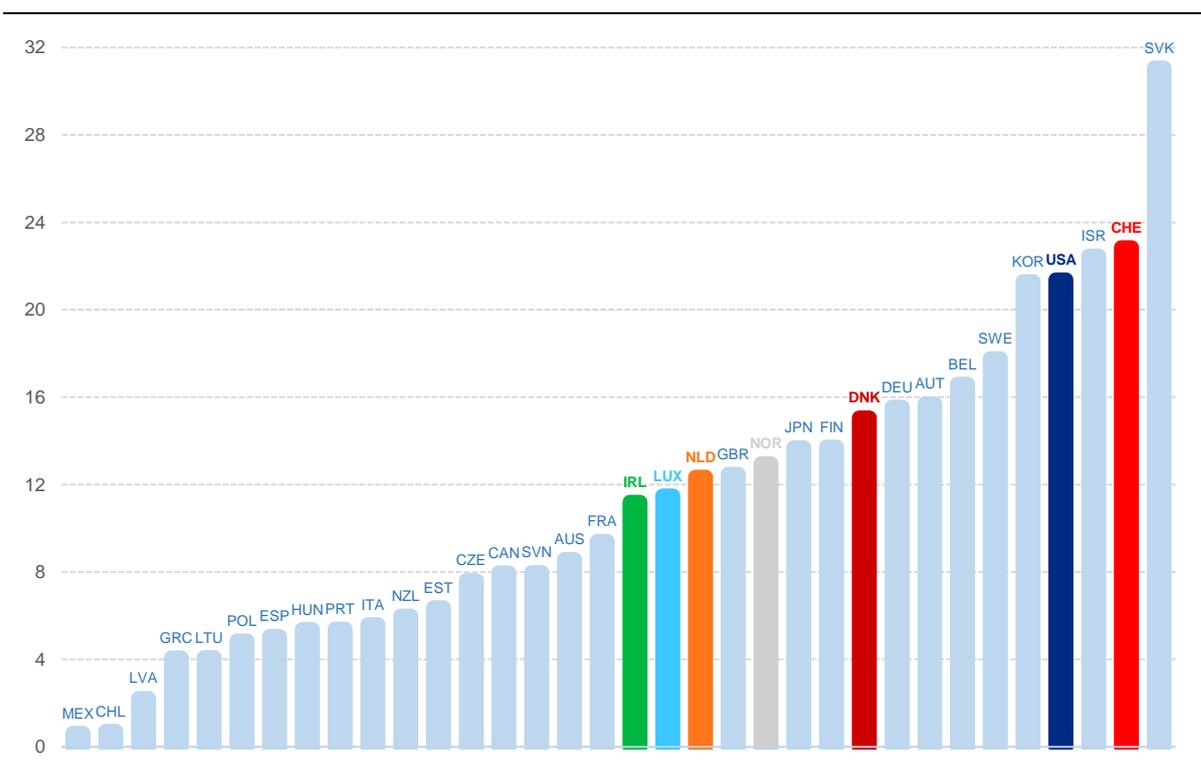
Gráfico 26 – Artigos científicos per capita (US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do Banco Mundial.

No gráfico acima, de número 26, são demonstradas as quantidades para o ano de 2022 ou mais atual de publicação artigos em jornais científicos sobre o número de habitantes de cada região exposta. Aqui tem-se quatro das sete nações selecionadas na dianteira, enquanto Irlanda, Luxemburgo e EUA ocupam posições intermediárias. A correlação evidenciada na Tabela 7 é moderada e, portanto, sugere que a produção de novos conhecimentos científicos ou aprimoramentos dela possui certo efeito causa e consequência.

Gráfico 27 – Gasto bruto doméstico com P&D per capita (em centenas de US\$, 2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

No Gráfico 27, como seu próprio título indica, são avaliados os gastos por pessoa com pesquisa e desenvolvimento, aportes esses que em tese têm como fim a inventividade e melhoria dos processos. Apenas dois integrantes da seleção de sete países já supracitados ocupam lugares de ênfase: Suíça e EUA. Os demais, embora ainda na primeira metade da amostra, aglutinam-se em posições mais intermediárias. Destarte, tendo em vista a Tabela 7 e a inspeção visual, pode-se inferir que esse dado possui ligeira repercussão na profusão.

4.2.5 Indicadores acerca do setor público

Na seção de indicadores sobre o setor público unicamente uma métrica apresentou correlação forte com o IRE. A seguir segue-se a Tabela 8, a qual traz os dados da correlação e número das regiões seletadas nos sete primeiros lugares.

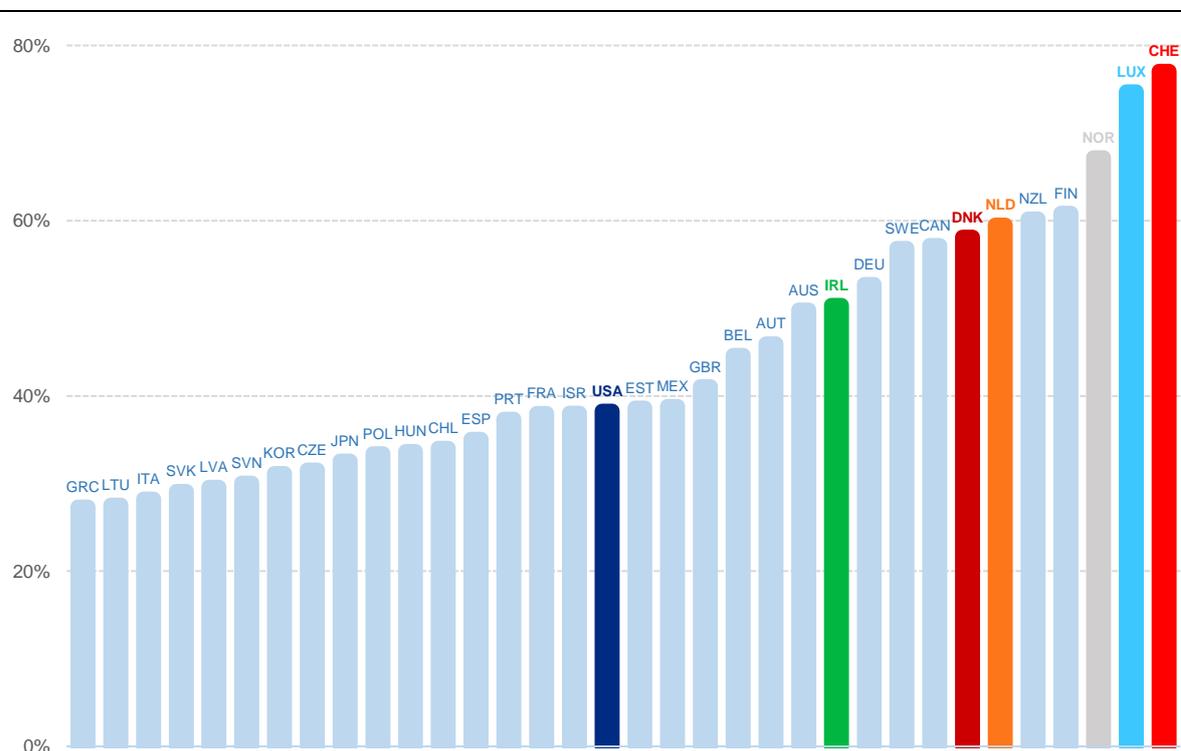
Tabela 8 – Indicador sobre o setor público correlacionado ao IRE

Indicadores acerca do setor público	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
Confiança no governo central (% população, média)	0,76	5

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites da OCDE.

A partir do já enunciado, serão postos os valores através de um gráfico com o fito de facilitar o discernimento acerca da confiança no ente soberano nacional. Os resultados estão expressos em valores médios a começar da primeira data disponível até o ano de 2022.

Gráfico 28 – Confiança no governo central (% população, média)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Dito tudo isso, no Gráfico 28 tem-se o grau de credibilidade que os governos centrais possuem com a sua população, em termos percentuais. Nesse caso, Suíça, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos e Dinamarca constam em alguma das sete colocações mais avançadas. Vale mencionar que essas nações somadas à Irlanda detêm percentuais de aceitação superiores à 50% do contingente social, com os EUA apresentando um percentual um pouco inferior a 40%. Doravante a visualização do

gráfico destacado e igualmente da Tabela 8, conclui-se que o grau de confiança na máquina pública possui uma correlação robusta com o fomento de um ambiente pró-riqueza; com sorte, efeito esse devido à eficiência e prestatividade de certos Estados.

Tabela 9 – Presença dos países optados no CTHI (2021)

	País	Ranking	Quota CTHI	Escore Paraíso Fiscal	Peso Global
	Países Baixos	4	5,50%	80	11,00%
	Suíça	5	5,10%	89	3,40%
	Luxemburgo	6	4,10%	74	9,00%
	Irlanda	11	3,30%	77	3,20%
	EUA	25	1,20%	47	12,00%
	Dinamarca	34	0,67%	56	0,44%

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da *Tax Justice Network*.

Mas não só de confiança vive um Estado, ele também existe em decorrência das arrecadações de impostos e outras tarifas. Apesar de o indicador sobre alíquota de imposto cobrada da atividade empresarial não possuir correlação significativa com o IRE ao se analisar a lista de países considerados paraísos fiscais pela *Tax Justice Network* nota-se que dos seis países optados apenas a Noruega não é incluída no índice divulgado pela entidade (TAX JUSTICE NETWORK, 2023). Conforme Tabela 9 acima, os holofotes recaem para Holanda, Suíça, Luxemburgo e Irlanda, presentes no topo da lista. Logo, infere-se que os países julgados os mais ricos do IRE apresentam em comum, na maioria dos casos fornecer facilidades e deduções em alíquotas com o fisco.

4.2.6 Outros índices

Nesta última seção terciária, serão averiguados dados consoantes à gênese da riqueza considerando outros índices criados e divulgados por fundações, institutos, associações e organizações que buscam, assim como o IRE, criar parâmetros a fim de se ranquear as diversas nações do globo. A seguir, eles são em fim apresentados na Tabela 10.

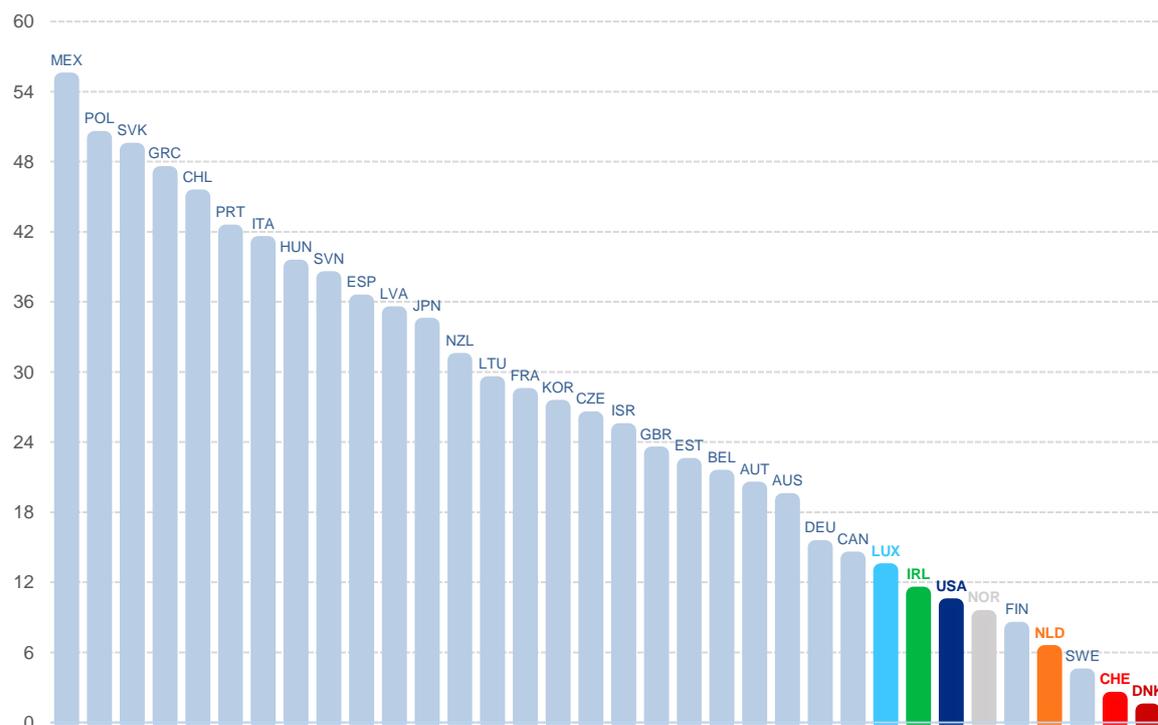
Tabela 10 – Outros índices correlacionados com o IRE

Outros índices	Correlação IRE	Nº de países no top 7
Índice de riqueza econômica (IRE)	1,00	7
Competitividade (IMD, colocação, 2022)	0,90	5
Índice de desenvolvimento humano (IDH, escala de 0 a 1, 2022)	0,89	4
Infraestrutura (IMD, colocação, 2022)	0,84	5
Eficiência Empresarial (IMD, colocação, 2022)	0,82	5
Eficiência Governamental (IMD, colocação, 2022)	0,73	5
BCI (desvio padrão)	0,70	4
Performance Econômica (IMD, colocação, 2022)	0,65	4
Liberdade Econômica (Heritage Foundation, pontos, 2022)	0,60	4

Fonte: Elaborado pelo autor baseado nos dados extraídos dos sites do Banco Mundial, da OCDE, da CIA, da ONU, da revista *The Economist*, da *Heritage Foundation* e do *International Institute for Management Development (IMD)*.

Tendo em vista os indicadores acima, serão esmiuçadas as figuras as quais correspondentes a eles. Abaixo uma métrica sobre o ecossistema de negócios dos 34 países objetos deste ensaio.

Gráfico 29 – Competitividade (IMD, colocação, 2022)

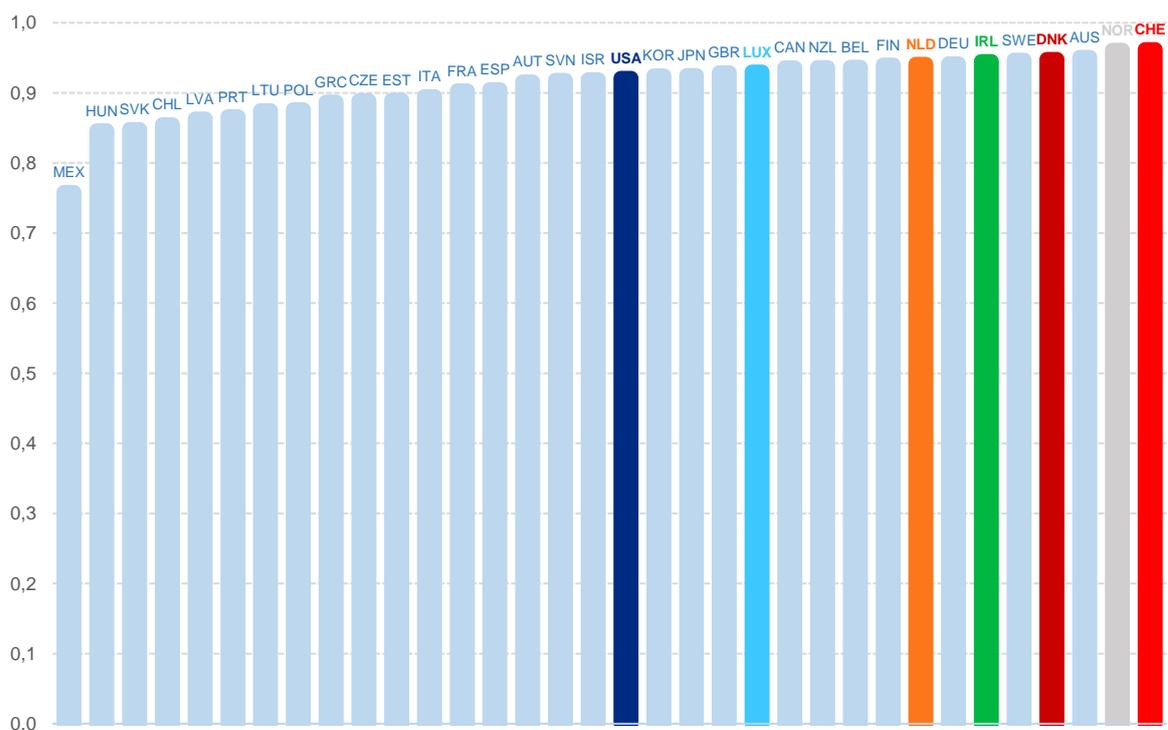


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da IMD.

No Gráfico 29 é demonstrada as posições relativas às 34 nações mencionadas no parágrafo anterior no tocante à sua competitividade global, baseado no índice feito pelo IMD. Nessa métrica são aglutinadas uma série de outros dados pautados tanto em aspectos econômicos como políticos e sociais. O ranking da competitividade é subdividido em outros quatro eixos que o integram: eficiência empresarial, eficiência governamental, performance econômica e infraestrutura. De outra forma, ele afere o quanto um local facilita o comércio, o quão bem o governo central supre as requisições sociais, se o crescimento da riqueza é perene e qual é a magnitude e, por último, a qualidade e acesso às comodidades econômico-sociais.

À luz da figura logo acima e também da Tabela 10, é evidente o grau elevado de correlação entre esse indicador e o IRE, do qual cinco dos sete territórios mais bem ranqueados estão na ponta desse índice, com Irlanda e Luxemburgo logo no oitavo e nono lugar. Assim, deduz-se que a competitividade nacional é uma fonte relevante a fim de criar riqueza interna.

Gráfico 30 – Índice de desenvolvimento humano (IDH, escala de 0 a 1, 2022)

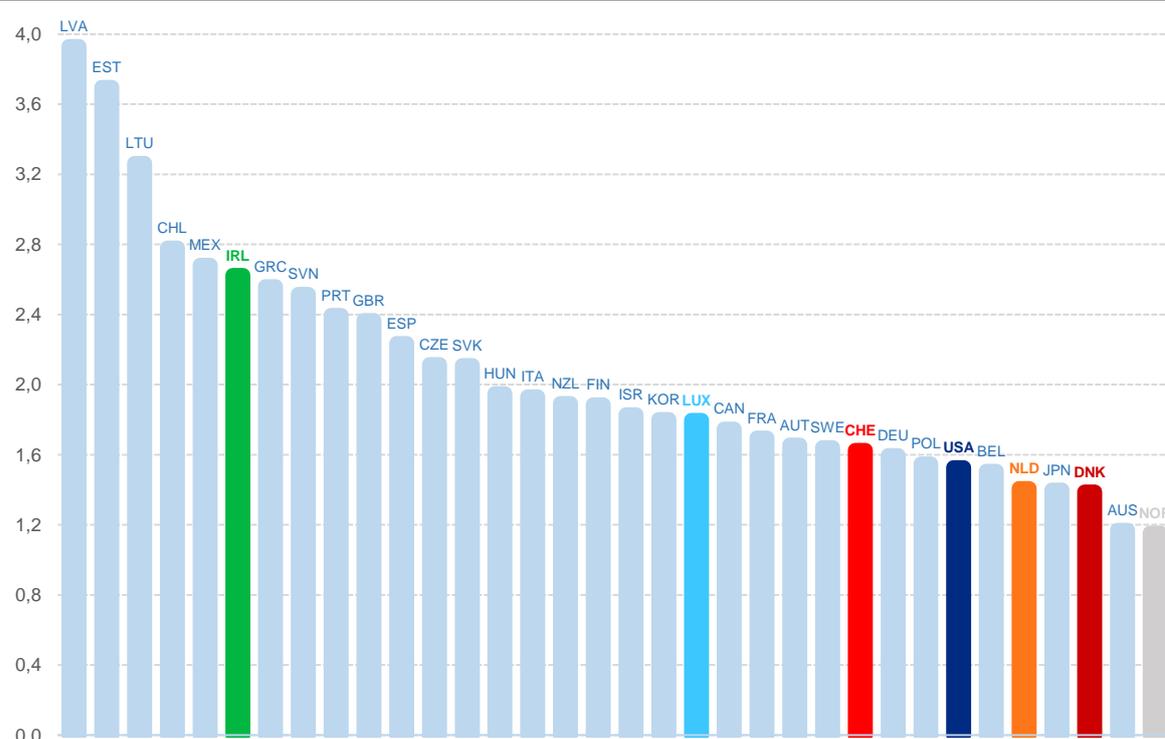


Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da ONU.

Em seguida, o Gráfico 30 apresenta a pontuação de cada nação na medição de desenvolvimento humano promovida pela ONU. Nela são levados em conta dados

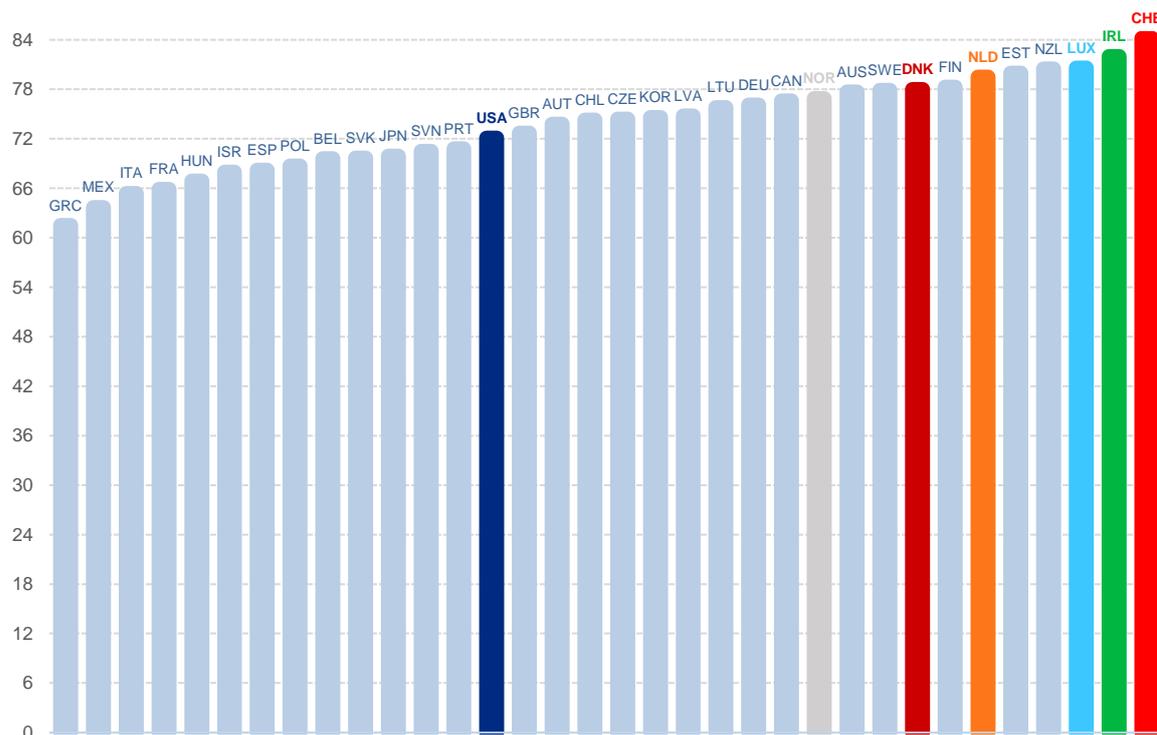
de expectativa de vida ao nascer, quantidade de anos que um adulto permanece estudando e a renda nacional bruta por habitante (à título de exemplo). O nível de correlação entre o IDH e o IRE é de 0,89, isto é, na prática a similaridade e pode ser quase considerada fortíssima. À luz da figura, pode-se verificar que Suíça, Noruega, Dinamarca e Irlanda assumem ao menos alguma das sete primeiras colocações e que Luxemburgo e EUA posicionam-se mais ao meio das colunas – todavia, ainda assim na primeira metade da amostra –.

Gráfico 31 – BCI (desvio padrão)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCDE.

Aqui tem-se o desvio padrão do índice de confiança empresarial, coletado pela OCDE. O intuito desse dado é mensurar o qual amplas são as variações ocorridas no sentimento empresarial, sendo que a correlação desse indicador com o IRE é forte, haja vista a Tabela 10. Quanto menor é a oscilação da confiança dos empresários no ambiente de negócios de uma nação mais é propício esse local para se gerar comércio e, conseqüentemente riqueza. Além do mais, Noruega, Dinamarca, Holanda e EUA encabeçam o topo da lista, com Suíça e Luxemburgo assumindo posições ligeiramente atrás e Irlanda mais próxima à lanterna (o que pode ventilar a ideia de que o ambiente empresarial irlandês vem se consolidando recentemente).

Gráfico 32– Liberdade Econômica (*Heritage Foundation*, pontos, 2022)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da *Heritage Foundation*.

No último gráfico, sobre o ranking de liberdade econômica divulgado pela *Heritage Foundation*, pode-se observar também uma certa concentração pronunciada dos países optados na parte dianteira da figura – à exceção dos EUA, país típico na adoção de medidas protecionistas a fim de fortalecer sua indústria nacional –. Esse dado demonstra aspectos nacionais como o grau de abertura dos mercados, o quão a lei é seguida, o tamanho dos governos e, ademais, a eficiência regulatória do local. A correlação aqui é moderada, contudo quatro das nações seletadas encontram-se nas sete primeiras posições, com a Dinamarca em oitava e a Noruega em décima primeira colocação.

4.3 PRINCÍPIOS E INFERÊNCIAS SOBRE O FOMENTO DA RIQUEZA

Portanto, a partir de toda a análise construída no capítulo 4, alguns princípios são passíveis de inferência no tocante ao processo de prosperidade econômica. Eles, com vistas ao exame executado na seção anterior, demonstram possuir certa relação causal com o conceito de riqueza definido pelo IRE. A ideia por trás de se estipular

resoluções deduzidas no percurso do estudo é justamente extrair a essência daquilo que de fato motiva a opulência e prosperidade em um país.

Assim, o primeiro princípio identificado é o da produtividade; afinal, a maior parte das métricas que compuseram o IRE e daquelas que tiveram forte afinidade com ele foram em termos relativos à quantidade de habitantes de um país. Na prática, o efeito produtividade nada mais é do que aquele em que se gera ora mais produto, ora mais renda, ora mais investimento, à título de exemplo, por unidade de comparação – nesse caso, *per capita* –. Sendo assim, a produtividade em resumo, como bem dita por Smith (2022), é o ato de se realizar mais com menos, ou até se de fazer mais com o mesmo.

Algumas das métricas que exemplificam o efeito produtividade podem ser, por exemplo: a RNB, a poupança bruta, os recebimentos de renda primária e, também, os ativos financeiros (todos em termos *per capita*). Esses dados validam, portanto, o nível de profusão relativa de um país, porém não explicam o seu porquê. Dadas as reflexões da seção anterior, algumas causas correlacionam-se com os ganhos de produtividade, notadamente entre elas: a capacidade empresarial, o grau de inovação, a manutenção de níveis estáveis de expectativas empresariais e governamentais, a capacidade de atração de rendas internacionalmente e a vocação ao trabalho.

Por ventura, a colocação prática no mercado da inventividade gerada por uma nação seja um dos causadores do efeito produtividade. Tal como já referenciado por Schumpeter (1997), as inovações decorrem de novas maneiras de se realizarem ou processos ou estratégias comerciais ou mesmo produtos e afins. Logo, os casos ditos na seção 3.2 intitulada de “breves menções históricas sobre a promoção da riqueza” narram como, à exemplo dos neerlandeses do século XVII, novas práticas, sejam elas comerciais ou de produtos, que descontinuem o fluxo circular de renda podem induzir à ganhos de produtividade e escalabilidade e, por conseguinte, de renda em termos relativos.

Assim, tem-se o princípio da inovação como um fator preponderante para a continuidade da geração de produto e da escalabilidade de uma economia. Algumas das variáveis que exemplificam esse processo são: os recebimentos de propriedade intelectual, a divulgação de artigos científicos e o gasto bruto interno com P&D, ambos em razão do número de habitantes de cada localidade. Porém, ainda para Schumpeter (1997), a inovação só acontece devido ao papel de um agente primordial no sistema

capitalista: o empreendedor. Através dele, a invenção sai do papel e torna-se, de fato, inovação – princípio da capacidade empresarial –.

Dessa forma, o empresário torna-se o ator do processo de transformação de recursos em uma economia e também aquele responsável por dar o dinamismo crucial a fim de se manter o processo de desenvolvimento econômico. Mediante a qualidade empresarial de uma nação, ela poderá expandir suas atividades interfronteiramente e, assim, auferir maiores receitas e, conseqüentemente, mais lucros ao aproveitar o posicionamento estratégico global das empresas sediadas em seu território; pois são justamente as empresas as autoras da oferta de bens e serviços em uma economia passível de ser consumida, ou seja, de serem trocadas por dinheiro, e quanto maior for a competência de uma nação em atrair divisas, maior será a sua renda e profusão.

Dito isso, a Tabela 5 sobre os dados das nações optadas no ranking *Fortune Global 500* e os indicadores de exportações e rendas internacionais por habitante avalizam a noção de que a aptidão empresarial, no instante em que valida a vontade de consumo, é capaz de ser o grande ator na atração de divisas para o ente nacional e seus cidadãos; afinal, quanto maior for a competência de uma economia em se gerar vantagens competitivas, maior será a profusão doméstica. Conseqüentemente, torna-se evidente que o afluxo de rendas e lucros oriundos do estrangeiro serve de propulsor na fatura de produtos e serviços de uma nação, fato esse que pode ser vislumbrado, especialmente, nas variáveis de entradas de rendas, exportações, investimentos em ativos financeiros e afins, medidos em termos *per capita*.

Ao mesmo tempo que as admissões de divisas geram o progresso de um dado país (princípio de exportação e recebimento de renda externa), esse mesmo país criou condições favoráveis para que esse rito aconteça. Com isso, os agentes econômicos de uma nação acabam sendo os responsáveis por garantir que as expectativas, sejam corporativas ou governamentais, estejam ancoradas e tenham viés a favor da geração de produto. Tendo em vista as métricas que se relacionam com o tema (os índices de competitividade global, de confiança empresarial e de liberdade econômica e o grau de confiança do governo central) tem-se o princípio das expectativas.

Todavia, para que haja qualquer formação de produto interno em um país é imprescindível que se tenha disposição ao trabalho e ao aperfeiçoamento. À luz de Weber (2004), esses fatores transmitem certos padrões de comportamento ligados à profusão mercantil e ao progresso, cujo solo fértil encontra-se na prática empresarial. A variável de jovens nem trabalhando e nem estudando sobre o total da juventude de

um país, aliás, relaciona-se com a conduta de melhoria e ganho referida pelo autor alemão. Desse modo, estabelece-se o princípio da vocação ao trabalho e completa-se a correlação entre os princípios geradores de riqueza inferidos.

5 CONCLUSÃO

Com o intuito de se compreender o desfecho deste presente estudo foi mister referenciar teoricamente o conhecimento econômico difundido até então no campo econômico e de áreas correlatas, como o comércio internacional e a sociologia. De início lançou-se mão das teorias mercantilistas e clássicas, para então explicar sobre os ideais keynesianos e, após, rumar para Weber, Schumpeter e os economistas austríacos em alguma medida. Ademais, foram referenciadas as teorias de comércio internacional e aquelas de crescimento econômico.

No capítulo seguinte houve uma preocupação em se construir, juntamente com as teorias anteriores, as bases para a posterior análise. Assim, iniciou-se com a definição do conceito a ser utilizado durante o trabalho de riqueza e seus pontos de vista. A partir dele, foram narrados casos históricos de fomento econômico ocorridos durante a idade moderna, em especial o caso neerlandês do século XVII, o inglês e o estadunidense dos séculos XVIII e XIX e o asiático dos séculos XIX e XX. Em seguida, foram examinados diversos indicadores econômicos, empresariais, governamentais e sociais utilizados na análise do capítulo seguinte.

Já no capítulo quatro, a ambição foi direcionada a avaliar quais são, de fato, as causas basilares deduzidas do processo de enriquecimento econômico. Posto isso e a fim de organizar o conceito do que seria analisado como riqueza, foi criado um indicador chamado de Índice de Riqueza Econômica (IRE) com vistas à concatenar todos os seis conceitos julgados apropriados para a correta medição da fartura, sendo eles: a renda nacional bruta per capita, a formação bruta de capital fixo per capita, o poder de compra relativo ao índice Big Mac, a poupança bruta per capita, os ativos financeiros per capita e a produtividade medida pelo produto gerado por hora efetivamente trabalhada. Em alguns desses indicadores tidos como sensíveis à renda foram ponderados pelo índice de Gini a fim de agregar um caráter mais distributivo ao índice.

Posto isso, partiu-se para a análise efetivamente dos dados coletados e das reflexões acerca da prosperidade econômica. Para isso, os dados foram divididos em seis grupos a julgar pelo campo econômico a que se referiam e também com o tipo de ligação com as hipóteses propostas no início do estudo. Essa análise contou com o estudo da correlação e da penetração dos sete países optados como os mais ricos do total de trinta e quatro selecionados (isto é, 20% aproximadamente da amostra)

nas primeiras sete posições de cada métrica avaliada. Por esse método foi possível excluir mais da metade dos indicadores estudados, restando aqueles que de forma efetiva possuem similaridade de movimento com o IRE.

As deduções sobre o tema sugerem que as nações mais prósperas do globo possuem alguns padrões de comportamento econômico; a começar pela demanda e produto. Na prática, a riqueza consiste em aumentar de forma contínua a profusão de bens e serviços em uma economia, sempre validada pela vontade de consumir. Os países que despontam no ranking o são, pois, sua população tem acesso a muita renda e, portanto, possuem alta capacidade de consumo ou investimento.

No tocante a renda, é evidente que quanto maior forem os recebimentos de renda do exterior maior será a riqueza e a capacidade de satisfação de necessidades doméstica. Principalmente os indicadores de entradas de renda primária e aqueles sobre o investimento direto em outras nações corroboram a tese de que a acumulação de capitais e a capacidade empresarial são os grandes agentes de atração de divisas para os entes econômicos.

O investimento assume um caráter preponderante inclusive nas nações mais prósperas. A capacidade de continuar incrementando a oferta econômica de forma mais eficiente demonstra um diferencial competitivo, além de ser capaz de permitir de certa forma a continuidade do processo de acumulação de capital e aumento das rendas provenientes dele. Os países que investem no presente momento para ter maior capacidade futura, em tese, serão aqueles mesmos que tenderão a continuar a ter rendas elevadas. Somado a isso, a disposição ao trabalho e a melhoria possuem forte correlação com as nações que tendem a aumentar seu produto por pessoa.

Junto ao investimento, a inovação configura-se como um fator crucial e os países que detêm maiores rendas advindas de produtos com direitos de propriedade também são os mais ricos. O conhecimento científico também possui correlação forte com o enriquecimento ao longo dos anos. Mas a produtividade talvez seja o principal fator para o processo de fomento nacional. Os indicadores per capita surpreenderam pela correlação forte com o IRE, indicando que a produtividade aumenta a renda por ente econômico.

O ambiente de negócios e governamental serve de propulsão ou freio para o desenvolvimento econômico, sendo que aqueles países com menores oscilações em índices de confiança e de liberdade econômica pendem a ser os mais prósperos. Além disso, as nações em que governos mantêm processos socio-empresariais eficientes

detêm, na média, maior capacidade de produto, bem como de acesso com qualidade à infraestrutura nacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariana Piaia. **Empreendedor “austríaco” vs. empreendedor schumpeteriano**. São Paulo: Mises Brasil, 2012. Disponível em: Empreendedor "austríaco" vs. empreendedor schumpeteriano - Mises Brasil. Acesso em: 28 mai. 2023.

ARISTÓTELES. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. [São Paulo, SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), 2022]. Disponível em: <https://www.pucsp.br/pos/cesima/schenberg/alunos/paulosergio/filosofia.html>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BIG-MAC-DATA. In: *The Economist, GitHub*. [Londres, ING: *The Economist Newspaper Limited*, 2023. Disponível em: <https://github.com/TheEconomist/big-mac-data/releases>. Acesso em: 17 set. 23.

BODIN, Jean. **Lá réponse de Jean Bodin à M. de Malestroit**, 1568, éd. Hausser, Paris, Colin, 1932, cité d'après Latreille, *L'Explication des textes historiques*, Paris, Hachette, 1944.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico,-S%C3%A3o%20assegurados%20%C3%A0. Acesso em: 05 dez. 2022.

BRUE, Stanley L.; GRANT, Randy R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2016. E-book. ISBN 9788522126224. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126224/>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BUSINESS CONFIDENCE INDEX (BCI). In: *Organisation for Economic Co-operation and Development*, OECD. [Paris, FRA: OECD Data, 2023]. Disponível em: <https://data.oecd.org/leadind/business-confidence-index-bci.htm>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CONSUMER CONFIDENCE INDEX (CCI). In: *Organisation for Economic Co-operation and Development*, OECD. [Paris, FRA: OECD Data, 2023]. Disponível em: <https://data.oecd.org/leadind/consumer-confidence-index-cci.htm>. Acesso em: 04 jun. 2023.

CORPORATE TAX HAVEN INDEX (CTHI). In: *Tax Justice Network*. [Bristol, GBR: C/O Godfrey Wilson Ltd, 2023]. Disponível em: <https://cthi.taxjustice.net/en/>. Acesso em: 06 out. 2023.

CRÉDITO. In: Michaelis, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2023. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/credito>. Acesso em: 17 out. 2023.

DATA. *In: World Bank.* [Washington, D.C: *World Bank Group*, 2023]. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator>. Acesso em: 02 jun. 2023.

FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Metodologia do Trabalho Científico.** Curitiba: IESDE Brasil, 2012. E-book (94 p.). Disponível em: <http://197.249.65.74:8080/biblioteca/bitstream/123456789/786/1/METODOLOGIA%20DO%20TRABALHO%20CIENT%20C3%8DFICO.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2022.

GENNARI, Adilson. **HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO.** São Paulo: Editora Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502117327. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502117327/>. Acesso em: 30 out. 2022.

GINI INDEX COEFFICIENT – DISTRIBUTION OF FAMILY INCOME. *In: The World Factbook, Central Intelligence Agency (CIA).* [Langley, EUA: CIA, 2023]. Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/field/gini-index-coefficient-distribution-of-family-income/country-comparison/>. Acesso em: 17 set. 23.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil.** Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003. E-book. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5193169/mod_resource/content/1/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf. Acesso em: 28 nov. 2022.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO. *In: IBGE, Sistema de Contas Nacionais - Brasil, Referência 2000.* [Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2000]. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Sistema_de_Contas_Nacionais/Notas_Metodologicas/19_formacao_capital.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023.

FORTUNE GLOBAL 500. *In: Fortune.* [New York City, USA: *Fortune Media IP Limited*, 2023]. Disponível em: <https://fortune.com/ranking/global500/search>. Acesso em: 06 out. 2023.

FRANKLIN, Benjamin. **Benjamin Franklin, Autobiografia.** Trad. Paulo Belchior. Lisboa: Edições Sílabo, Lda, 2017. E-book. Disponível em: <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789726188933.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2023.

HUMAN DEVELOPMENT INDEX (HDI). *In: United Nations Development Program (UNDP), Human Development Reports.* [New York City, NY: United Nations, 2022]. Disponível em: <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>. Acesso em: 07 dez. 2022.

INDEX OF ECONOMIC FREEDOM (2022). *In: The Heritage Foundation, Country*

Rankings. [Washington, D.C: The Heritage Foundation, 2022]. Disponível em: <https://www.heritage.org/index/ranking>. Acesso em: 07 dez. 2022.

INTERNATIONAL STANDARD INDUSTRIAL CLASSIFICATION OF ALL ECONOMIC ACTIVITIES (ISIC), REV. 4. *In:* United Nations Statistics Division (UNSD), Department of Economic and Social Affairs. [New York City, NY: United Nations Stats, 2008]. Disponível em: https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_4rev4e.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/autores/Keynes,%20John/Keynes%20-%20Os%20economistas.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

KIRZNER, Israel Meir. **Competição e Atividade Empresarial.** Trad. Ana Maria Sarda. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises, 2012. 2ª Edição. ISBN: 978-85-8119-016-7. Disponível em: <https://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/atividade-empresarial.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2023.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marcos Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: Nível Básico e Nível Intermediário.** São Paulo: Editora Atlas S.A, 2008. 3ª edição.

LORENZ CURVE: DISTRIBUTION OF INCOME AND CONSUMPTION 2014. *In:* Bundesamt für Statistik. [Neuchâtel, CH: Bundesamt für Statistik, Schweizerische Eidgenossenschaft, 2023]. Disponível em: <https://www.bfs.admin.ch/asset/en/3902015>. Acesso em: 15 out. 2023.

LOZADA, Gisele; NUNES, Karina da S. **Metodologia Científica.** Porto Alegre: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029576. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029576/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática.** Trad. Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5114391/mod_resource/content/1/MALTHUS.pdf. Acesso em: 15 nov. 2022.

MARX, Karl. **O Capital, Crítica da Economia Política. Livro I, O processo de produção do capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

MENONITAS. *In:* WIKIPÉDIA: A Enciclopédia Livre. [São Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Menonitas>. Acesso em: 09 abr. 2023.

MISSELDEN, Edward. **The Circle of Commerce or the Balance of Trade, in defence of free trade.** London, 1623, edição facsimile.

MUN, Thomas. **A Discourse of Trade from England unto the East Indies.** London: Edição facsimile, 1621.

MUN, Thomas. **England's Treasure by Forraign Trade, Or, The Ballance of Our Forraign Trade Is The Rule of Our Treasure.** London: Printed by T.G, 1664. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FNIAAQAAMAAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=thomas+mun&ots=xckcdsH4ka&sig=Y4Wq0dwEViH0qrAdkZMNOAHiQps#v=onepage&q=thomas%20mun&f=false>. Acesso em: 29 out. 2022.

O Código da Riqueza: Episódio 1 | O que significa ser Rico. Direção: Thiago Nigro. Produção: Ian Maldonado. Youtube. 21 de fevereiro de 2020. 58 min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W7J2_AyHaJ4&t=1285s. Acesso em: 26 nov. 2022.

OUR BIG MAC INDEX SHOWS HOW BURGER PRICES ARE CHANGING. In: *The Big Mac Index, The Economist.* [Londres, ING: *The Economist Newspaper Limited*, 2023. Disponível em: <https://www.economist.com/big-mac-index>. Acesso em: 17 set. 23.

PENSILVÂNIA. In: WIKIPÉDIA: A Enciclopédia Livre. [São Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2023]. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pensilv%C3%A2nia>. Acesso em: 09 abr. 2023.

PESSANHA, Rodolfo Constantino Baptista. **OS QUAKERS E A FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DE PENNSYLVANIA: ÉTICA RELIGIOSA E LIBERALISMO.** Curitiba: Acervo digital, Universidade Federal do Paraná (UFPR), 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/78597/RODOLFO-C-BAPTISTA-PESSANHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 abr. 2023.

PIB. In: SUNO: Suno Artigos. [São Paulo, SP: Suno Research, 2023]. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/pib-produto-interno-bruto/>. Acesso em: 21 mai. 2023.

RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO. In: Mundo Educação. [São Paulo, SP: Universo Online (UOL), 2022]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/renascimento-comercial-e-urbano.htm#:~:text=O%20renascimento%20comercial%20e%20urbano%20aconteceu%20na%20Baixa%20Idade%20M%C3%A9dia,de%20permitir%20o%20aumento%20populacional>. Acesso em: 04 dez. 2022.

RESTO DA DIVISÃO INTEIRA. In: WIKIPÉDIA: A Enciclopédia Livre. [São Francisco, CA: Wikimedia Foundation, 2022]. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Resto_da_divis%C3%A3o_inteira. Acesso em: 19 nov.

2022.

RENDA PRIMÁRIA - MENSAL - RECEITA. *In:* BANCO CENTRAL DO BRASIL, BCB. [Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2022]. Disponível em: <https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/22801-renda-primaria---mensal---receita>. Acesso em: 25 jun. 2023.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996. E-book. Disponível em: <https://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Ricardo,%20David/David%20ricardo%20-%20Os%20economistas.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

RIQUEZA. *In:* Michaelis, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/riqueza>. Acesso em: 26 nov. 2022.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/magaldi/GEO_ECONOMICA_2019/dicionario-de-economia-sandroni.pdf. Acesso em: 07 mai. 2023.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: Uma Investigação Sobre Lucros, Capital, Crédito, Juro e o Ciclo Econômico.** Trad. Maria Sílvia Possas. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1997. Disponível em: https://www.ufjf.br/oliveira_junior/files/2009/06/s_Schumpeter_-_Teoria_do_Developolvimento_Econ%C3%B4mico_-_Uma_Investiga%C3%A7%C3%A3o_sobre_Lucros_Capital_Cr%C3%A9dito_Juro_e_Ciclo_Econ%C3%B4mico.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, Fernando da. **Análise de correlação em estatística.** Rio de Janeiro, RJ: Análise Macro, 2023]. Disponível em: <https://analisemacro.com.br/econometria-e-machine-learning/analise-de-correlacao-em-estatistica/>. Acesso em: 16 out. 2023.

SINGER, Paul. “Apresentação”. *In:* RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação.** Trad. Paulo H. R. Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações.** São Paulo: Edipro, 2022. 1ª edição.

SMITH, Adam. **An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.** London: T. Nelson and Sons, 1887, edição do original. E-book. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5LEyAQAAMAAJ&oi=fnd&pg=PA3&dq=an+inquiry+into+the+nature+and+causes+of+the+wealth+of+nations~&ots=v6Cle3bwzm&sig=dRxBaSFODOYLcaPsfDoXUM9OtA4#v=onepage&q=an%20inquiry%20into%20the%20nature%20and%20causes%20of%20the%20wealth%20of%20nations~&f=false>. Acesso em: 05

nov.2022.

SOUZA, José Manuel Meireles de. **FUNDAMENTOS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. *E-book*. ISBN 9788502100961. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502100961/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2012.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Moeda, Tesouro e Riqueza: Uma Anatomia Conceitual do Mercantilismo Britânico do Início do Século 17**. São Paulo: Scielo Brasil, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000300005>. Acesso em: 29 out.2022.

TERMS OF TRADE. In: *Organisation for Economic Co-operation and Development*, OECD. [Paris, FRA: OECD Data, 2023]. Disponível em: <https://data.oecd.org/trade/terms-of-trade.htm>. Acesso em: 25 jun. 2023.

VERGARA, Sylvia C. **Métodos de Pesquisa em Administração, 6ª edição**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. *E-book*. ISBN 9788522499052. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522499052/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VOC: HET BEGIN VAN DE AANDELENHANDEL. In: *Beursgeschiedenis*. [Amsterdam, NL: Beursgeschiedenis, 2022]. Disponível em: <https://www.beursgeschiedenis.nl/moment/voc-het-begin-van-de-aandelenhandel/>. Acesso em: 06 dez. 2022.

ANEXO A – ETAPAS DA CRIAÇÃO E ANÁLISE DO IRE

1. Refletir sobre quais são os preceitos que demonstram o resultado da criação de riqueza nacional;
2. Identificar os dados que traduzem cada um dos preceitos (exemplo: produtividade econômica reflete-se no indicador PIB por hora trabalhada, assim como a acumulação de capital per capita é refletida pela métrica de ativos financeiros per capita). Concomitantemente a isso, selecionar as fontes dos dados (sites do Banco Mundial, da OCDE etc.);
3. Compila-los em uma planilha de Excel;
4. Ponderar pelo índice de Gini as métricas per capita (à exceção da FBCF);
5. Ranquear cada métrica do melhor resultado para o pior e identificar cada país relacionado a elas;
6. Somar as posições relativas de cada nação por indicador;
7. Ranquear as nações do menor para o maior somatório resultante;
8. Atribuir números às nações conforme suas posições relativas no IRE;
9. Identificar os demais dados e sites de pesquisa que servirão de estudo para o engendro da riqueza;
10. Compila-los em uma planilha de Excel;
11. Ranquear cada métrica do melhor resultado para o pior e identificar cada país relacionado a elas;
12. Atribuir números às nações conforme suas posições relativas no IRE;
13. Em uma célula da planilha, escrever a função igual “correl” e selecionar a amostra com os números das posições do IRE assim como a amostra com os números das posições do indicador a ser correlacionado;
14. Juntamente ao resultado da correlação, apurar quantas das sete nações mais bem posicionadas no ranking do IRE fazem parte de alguma das sete primeiras colocações da métrica estudada;
15. Baseado nos dois dados extraídos, elaborar tabelas segmentadas por temática dos indicadores a fim de facilitar a análise da causa e do efeito no processo de criação de riqueza;
16. Somado a isso, criar gráficos de cada indicador para facilitar a inspeção visual dos resultados;
17. Deduzir os princípios gerados de riqueza e prosperidade econômica.

Fonte: Elaborado pelo autor a fim de demonstrar o raciocínio por trás das etapas da criação do IRE.